

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL DOUTORADO**

**VAGNO BATISTA RIBEIRO**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO:  
Política Habitacional e Construção de Cidadania em Brasília – Distrito Federal**

**São Leopoldo - RS  
2023**

**VAGNO BATISTA RIBEIRO**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM – TETO:  
Política Habitacional e Construção de Cidadania em Brasília – Distrito Federal**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Hernan Ramiro Ramirez

São Leopoldo - RS  
2023

**VAGNO BATISTA RIBEIRO**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM – TETO: Política Habitacional e  
Construção de Cidadania em Brasília – Distrito Federal**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramirez

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

**BANCA EXAMINADORA**

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Para **Teses**, a banca examinadora é composta por **cinco membros**; nesse caso, devem-se incluir mais duas linhas na folha de aprovação

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, desejo expressar minha gratidão a Deus por mais uma conquista acadêmica e por ter concluído esta etapa dos meus estudos em História das Américas na UNISINOS.

Minha mais profunda gratidão vai para minha amada família, que esteve presente em todas as fases desta jornada acadêmica, desde o momento em que o desejo de cursar o doutorado surgiu. Eles estiveram ao meu lado desde a concepção das ideias iniciais para esta tese, passando pelos primeiros objetivos traçados até a conclusão deste trabalho. Durante todos os altos e baixos que enfrentei, a minha família foi meu apoio incondicional.

Gostaria de estender meus agradecimentos aos meus amigos e professores acadêmicos, em especial a Márcia, Elísia Catarina, Marcelo Máximo, e aos demais professores que me orientaram ao longo desse percurso.

À minha turma, companheiros de jornada, agradeço por compartilharmos essa caminhada ao longo de todo o período de estudos, superando desafios e experienciando momentos memoráveis, seja em nossas viagens conjuntas ou enfrentando dificuldades acadêmicas.

Uma gratidão especial é destinada ao meu orientador, o Dr. Hernán Ramírez, que sempre me apoiou com generosidade e dedicação, fornecendo orientação crucial para o desenvolvimento da minha tese.

Quero agradecer a todos que me ajudaram na coleta de dados junto aos líderes do MTST. Esse projeto não teria sido possível sem a colaboração de tantos envolvidos.

Em particular, quero expressar minha gratidão ao líder do MTST, Eduardo Borges, por sua constante contribuição, fornecendo dados estatísticos, concedendo entrevistas, autorizando visitas in loco e compartilhando materiais essenciais que foram fundamentais na elaboração deste trabalho.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer aos militantes do MTST, cujo comprometimento e parceria foram vitais para o enriquecimento dos estudos que me permitiram acessar informações cruciais sobre o movimento.

*“Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito”*

Boulos, São Paulo, 1º de maio de 2018

*"Não digam que é vontade de Deus que vocês  
fiquem numa situação de pobreza, doença, má  
habitação.*

*Isso contraria sua dignidade de pessoas  
humanas.*

*Não digam "é Deus quem quer".*

João Paulo II

## RESUMO

O direito à moradia e a dignidade da pessoa humana encontram-se atrelados, pois, ela é, acima de tudo, o lugar onde se vive, em toda a extensão do termo, cumprindo um papel social, do qual é indissociável. Desta forma, os indivíduos e os grupos, às vezes organizados em movimentos, pleiteiam por tal direito, que o Estado brasileiro garantiu pela Lei Federal nº 11.977/2009, que com limitações, de ordem legal e de execução, busca atender o déficit histórico que o país apresenta. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) despontou no Brasil como o mais representativo desses grupos, com um ramo em Brasília, Distrito Federal, que aqui abordaremos enquanto a suas vivências com a comunidade local em busca não só de um lar, mas também de formas de se encontrar como grupo social e político, construtor de cidadania. Assim, ao tratar deste tema, não se abordam apenas questões intrínsecas à Habitação, mas, sobretudo, as que nos levam a refletir sobre a gestão política e administrativa do governo e dos movimentos sociais nos últimos anos. Focamos aqui, em particular, desde 2010 em diante, quando a sua ação se faz mais presente, tomando a ocupação Sol Nascente, de Brasília, como seu referente mais importante. Trabalho que metodologicamente embasaremos em fundamentos documentais e de entrevistas junto aos seus líderes e alguns dos seus protagonistas. Buscamos não apenas apresentar os dilemas históricos da exclusão social e da questão habitacional no Brasil e, em especial, no Distrito Federal; mas discutir também acerca dos problemas sociais que acarreta em vastos grupos sociais – a julgar pelo enorme déficit habitacional, geral e local, o que termina por afetar a sociedade como um todo, pois seus efeitos se propagam pelo tecido social de forma ampla e duradoura, para o qual as políticas públicas deveriam olhar de modo mais abrangente do que um mero cálculo mercadológico, pois mais do que consumidores esses indivíduos se tornam cidadãos no processo de se reconhecer como grupo e sujeitos de direitos. O que ocorre em grande parte na ação organizada e coletiva.

**Palavras chaves:** 1. Política Habitacional. 2. MTST. 3. Moradia. 4. Sol Nascente / Brasília. 5. Cidadania.

## **ABSTRACT**

The right to housing and the dignity of the human person are linked, as it is, above all, the place where one lives, fully of the term, fulfilling a social role, from which it is inseparable. In this way, individuals and groups, sometimes organized into movements, plead for this right, which the Brazilian State guaranteed by Federal Law No. the country presents. Of these, the Homeless Workers Movement (MTST) emerged in Brazil as the most representative, with a branch in Brasília, Federal District, which we will discuss here in terms of its experiences with the local community in search not only of a home, but also of ways of finding oneself as a social and political group, builder of citizenship. Thus, when dealing with this topic, issues not only intrinsic to Housing are addressed, but, above all, issues that lead us to reflect on the political and administrative management of the government and of some social movements in recent years. We focus here, in particular, from 2010 onwards, when its action is present, taking the Sol Nascente occupation as its most important reference. Work that we will methodologically base on documentary foundations and interviews with its leaders and some of its protagonists. We seek not only to present the historical dilemmas of social exclusion and the housing issue in Brazil and, in particular, in the Federal District; but also to discuss about the social problems that it entails in vast social groups, judging by the huge general and local housing deficit, which ends up affecting society as a whole. As its effects propagate through the social fabric in a wide and lasting way, to which public policies should look more comprehensively than a mere market calculation, as more than consumers these individuals become citizens in the process of recognizing themselves as a group and subjects of rights. Which only occurs in organized action.

Keywords: 1. Housing Policy. 2. MTST. 3. Housing. 4. Sol Nascente / Brasilia. 5. Citizenship.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Tabela demonstrativo da população brasileira no período de 1940 a 2020

Tabela 2. Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF (Cenário 1 e 2)



## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1. Quantidade de domicílios em Déficit Habitacional
- Gráfico 2. Novo Programa Habitacional para o Distrito Federal
- Gráfico 3. Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF (Cenário 1 e 2)
- Gráfico 4. Evolução do déficit habitacional (Milhões de Unidades) em 2018
- Gráfico 5. Indivíduos por faixa etária
- Gráfico 6. Indivíduos por Gênero
- Gráfico 7. Classificação por escolaridade
- Gráfico 8. Situação Econômica da Comunidade Sem-Teto
- Gráfico 9. Déficit Habitacional no Brasil 2007 - 2015
- Gráfico 10. Faixa Etária das Crianças da Comunidade Sem-Teto
- Gráfico 11. Escolaridade dos Adultos da Comunidade Sem-Teto
- Gráfico 12. Comparação entre Déficit de Moradias e Total de Imóveis com Potencial de Ocupação
- Gráfico 13. Número de Moradores por Casa na Comunidade Sem –Teto (2015)

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1. Domicílios em coabitação sobre o total de domicílios (%)

Mapa 2. Domicílios em ônus sobre o total de domicílios (%)

Mapa 3. Identifica domicílios em adensamento excessivo sobre o total de domicílios.

Mapa 4. Domicílios em precariedade sobre o total de domicílios (%)

Mapa 5. Ocupações MTST/DF (2010-2015)

## **LISTA DE FOTOS**

Foto 1. Vista área da ocupação do MTST no Sol Nascente.

Foto 2. Ocupação na Telebrasília, 1991

Foto 3. Vista área da ocupação do MTST no Sol Nascente

Foto 4. Instalações precárias no assentamento Sol Nascente, 2021.

Foto 5. Construção da Cozinha Solidária Assentamento Sol Nascente

Foto 6. Vista área da ocupação do MTST no Sol Nascente

Foto 7. Integrantes do MTST ocupam terreno de Taguatinga no DF

Foto 8. Vista aérea Assentamento Sol Nascente

Foto 9. Moradia no Assentamento Sol Nascente

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADP	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AMB	Área Metropolitana de Brasília
ANP	Assembleia Nacional Popular
ARIS	Área de Regularização de Interesse Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CODHAB	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
CMP	Central de Movimentos Populares
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CNBB	Confederação dos Bispos do Brasil
CNR1	Ceilândia Norte Conjunto 1
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CoHab	Companhia de Habitação
CONAM	Confederação Nacional de Associação de Moradores
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
d.h.	Déficit Habitacional
DAL	<i>Droit au Logement</i>
DC	Direito à Cidade
DF	Distrito Federal
EC	Estatuto da Cidade
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FCP	Fundação da Casa Popular
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FJP	Fundação João Pinheiro
FLM	Frente Nacional de Luta por Moradia
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRA	Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FPSM	Frente Povo Sem Medo
FUNDHIS	Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social
FUNDURB	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
GDF	Governo do Distrito Federal
HIS	Habitação de Interesse Social
HTMF	<i>Hicks, Muse, Tate &amp; Furst</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idhab-DF	Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JN	<i>Jeudi Noir</i>
MBL	Movimento Brasil Livre

MCMV	Minha Casa Minha Vida
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MP	Ministério Público
MPL	Movimento Passe Livre
MPRS	Ministério Público do Rio Grande do Sul
MS	Movimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSUs	Movimentos Sociais Urbanos
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NMS	Novos Movimentos Sociais
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCV	Pesquisa de Condições de Vida
PCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PED/DF	Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal
PED-DF	Plano Estratégico do Distrito Federal
PEDF	Plano Estratégico do Distrito Federal
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANDHIS	Plano Distrital de Habitação de Interesse Social
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PPP	Parcerias Público-Privadas
PRÓ-DF	Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado do DF
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
QI	Quadra Interna (do Sol Nascente-DF)
QNQ	Quadra Norte Q (da Ceilândia-DF)
QNR	Quadra Norte R (da Ceilândia-DF)
Ras	Regiões Administrativas
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RMs	Regiões Metropolitanas
RU	Resistência Urbana
SE-DEST/GDF	Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do GDF
Sedhab	Secretaria de habitação, regularização e desenvolvimento urbano
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SHEB	Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília
SHIS	Sociedade de Habitações de Interesse Social
SQN	Super Quadra Norte
SSB	Semana Social Brasileira
Terracap	Agencia de Desenvolvimento do Distrito Federal
u.h.	Unidade Habitacional
UCL	University College London
UNE	União Nacional dos Estudantes
UniPermacultura	Universidade Alternativa de Permacultura
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
UPCS	Unidades Padrão de Capital

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	EXCLUSÃO SOCIAL: DILEMAS HISTÓRICOS .....	27
2.1.1	Exclusão Social no Brasil e o acesso à Terra Urbana .....	29
2.1.2	Componentes do Déficit Habitacional.....	38
2.1.3	Habitação e moradia.....	50
2.1.4	A Política Habitacional no Brasil.....	53
2.1.5	Política Habitacional em Brasília – DF.....	66
3	A QUESTÃO SOCIAL HABITACIONAL NO BRASIL .....	79
3.1	O DIREITO DE MORAR: “UM NOVA QUESTÃO SOCIAL” .....	83
3.2	O DIREITO À MORADIA ADEQUADA.....	87
3.3	REFLEXOS DA POLÍTICA DO PRECARIADO NA QUESTÃO DA MORADIA 94	
3.4	DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUMPRIMENTO DO DIREITO À MORADIA .....	100
3.5	O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST) NO BRASIL 101	
3.5.1	Definição e Breve Contexto Histórico .....	102
3.5.2	O Papel das Redes para a (re)Territorialização de Espaços à Luz de dois Casos: MST e MTST.....	112
3.5.3	O MTST e a Construção de um Movimento Social.....	122
3.5.4	Movimentos sociais e suas novas formas de atuações .....	124
3.5.5	Novíssimo Movimento Social do MTST .....	129
4	METODOLOGIA .....	138
4.1	NATUREZA DA PESQUISA .....	138
4.2	AMOSTRA.....	139
4.3	INSTRUMENTOS .....	140
4.4	TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS.....	142
5	TRAJETÓRIA HISTÓRICA E CONQUISTAS DO MTST NA CAPITAL FEDERAL 148	
5.1	SITUAÇÃO ECONÔMICA DO MTST-DF.....	151
5.2	DÉFICT HABITACIONAL DO MTST-DF .....	152

5.3	FAIXA ETÁRIA DAS CRIANÇAS DA COMUNIDADE MTST .....	153
5.4	AÇÕES DO MTST EM BRASÍLIA-DF .....	154
5.5	TRAJETÓRIA DE LUTA DO MTST POR DIREITOS À MORADIA NA CAPITAL FEDERAL.....	161
5.6	A OCUPAÇÃO DE NOVO PINHEIRINHO EM CEILÂNDIA .....	161
5.7	A FRENTE NACIONAL DOS MOVIMENTOS E COMO SE ORGANIZAM ESSES MOVIMENTOS.....	162
5.8	COMO O MTST SE RELACIONA COM AS QUESTÕES POLÍTICAS.....	165
5.9	AÇÕES, CONQUISTAS E PERDAS DO MTST NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS 169	
5.10	ESTRATÉGIAS DOS TRABALHADORES SEM TETO: AÇÕES DE OCUPAÇÃO E DEMARCAÇÃO .....	176
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	187
	APÊNDICES.....	198

## 1 INTRODUÇÃO

O déficit habitacional é um dos maiores problemas sociais do Brasil. Segundo levantamento da ONU, 33 milhões de brasileiros não têm onde morar (CORREIO BRASILIENSE, 2018). No início de 2018, havia 6,05 milhões de imóveis vagos no Brasil ao passo em que também havia 6,69 milhões de famílias sem-teto. Os principais fatores desse déficit habitacional são: altos preços dos imóveis (ou seja, é caro comprar um imóvel ou pagar o aluguel); e salários muito baixos (BBC BRASIL, 2018). Sendo assim, para muitas dessas famílias, pagar aluguel ou financiar uma casa colocaria em risco grande parte da renda familiar.

Um levantamento da Fundação João Pinheiro divulgado em 2019 apontou que mais de 5,8 milhões de domicílios no país enfrentavam problemas relacionados ao déficit habitacional. O índice varia por região. Com a recessão e a contração das políticas públicas habitacionais, tendo-se verificado um aumento preocupante deste indicador. De acordo com o levantamento, as regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentam elevado número de famílias morando juntas e em condições precárias de moradia. Destaca-se também o aumento excessivo dos custos de aluguel, principal responsável pelo déficit habitacional nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país (FJP, 2019).

Para amenizar esse cenário, algumas iniciativas do governo federal visaram a redução do déficit habitacional, das quais a política habitacional brasileira tem tido como foco o agenciamento de moradia digna para todos. Assim, o Estado comprometeu-se a garantir o acesso à habitação a todos os cidadãos desde a Constituição de 1988. A partir disso, foram criados os programas habitacionais voltados principalmente para as necessidades de famílias de baixa renda, a exemplo deles: o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV); Programa Morar Bem do Governo do Distrito Federal (GDF); entre outros. No entanto, especialistas argumentam que o programa foi pouco eficaz porque não coloca como prioridade as famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos).

A política habitacional brasileira, por sua vez, tem seu planejamento, formulação e administração previstos em nossa Carta Magna de 1988, que ratifica um modelo histórico de jurisdição. Motiva ela a criação de programas habitacionais de responsabilidade dos três entes federados, embora seja responsabilidade federal



definir as diretrizes para o planejamento da cidade, inclusive habitacional. Essas políticas vêm sendo regulamentadas e sistematizadas desde o Estatuto da Cidade de 2001, lei que regulamenta a política de cidades no Brasil, e a criação em 2003 do Ministério das Cidades<sup>1</sup>, que em 2019 se fundiu com o Ministério da Integração Nacional e se transformou no Ministério de Desenvolvimento Regional e atualmente, em 1 de janeiro de 2023, o recém eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva recriou o Ministério.

Em geral, a construção de novas unidades habitacionais por empreiteiras financiadas por programas públicos é o modelo mais tradicional de assistência habitacional no Brasil. Merecem destaque também as linhas programáticas direcionadas à melhoria ou substituição de moradias precárias, urbanização de favelas e regularização de assentamentos informais. São modalidades menos comuns os programas de autoajuda ou ajuda mútua (que envolvem o trabalho dos futuros ocupantes em estruturas de mutirão) e as pensões sociais, embora tenham tido importância maior nas últimas décadas. Mais recentemente, devido ao volume de recursos disponibilizados pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) desde 2009, a maioria dos municípios tem direcionado seus esforços de manutenção residencial no país em três linhas: novas unidades construídas por empreiteiras, novas unidades construídas sob gestão foram construídas por Associações de Moradores (na modalidade Minha Casa Minha Vida Entidades) e regularização fundiária.

Particularmente na Capital Federal, uma análise sobre o panorama habitacional possibilita o entendimento do avanço de novas políticas no sentido de represar a produção e entrega de novas moradias de interesse social. Somando-se ao fato de que Brasília foi idealizada em moldes absolutos, desenhada e projetada pelo arquiteto Oscar Niemayer, e incluída como patrimônio histórico, sua desestruturação afeta mais que a urbanização de uma cidade. Afinal, o crescimento desordenado implica no aumento substancial da demanda por serviços públicos e por infraestrutura urbanística (CYMBALISTA, 2000). A precariedade urbanística nesses assentamentos se tornou uma herança difícil da política clientelista do Governo Joaquim Roriz.

Ao assumir o Governo Cristovão Buarque (1995-99), manteve-se o modelo existente há vários anos, o qual lhes rendia votos. Porém, nasciam as cooperativas

---

<sup>1</sup> Criado com os objetivos de combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população a moradia, saneamento e transporte.

habitacionais, organizadas com o objetivo de administrarem seus cadastros, em razão das lacunas sobre a ocupação de habitações sociais. Em 1996, iniciou-se o desafio de empreender políticas habitacionais com infraestrutura e orçamento participativo, efetivando a participação da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Ministério do Planejamento (MP), consoante à política habitacional da União, como formador de um plano mais sólido. Assim, foram instituídos o Conselho de Habitação e Desenvolvimento Urbano e o antigo IDHAB, órgão gestor do sistema na ocasião, criado por Decreto-lei, em meados de 1997. No ano seguinte, ocorreu a mudança de paradigma na política habitacional, apresentando-se à população uma política com critérios mais objetivos e bastante jurídico como referencial para participação da população (CYMBALISTA, 2000, pp. 35-36). Porém, com a extensa entrega de lotes sem a estruturação adequada, a partir de programas do governo distrital<sup>2</sup>, foram criados “assentamentos semiurbanizados”, o que reduzia cada vez mais o patrimônio imobiliário do governo local.

A saturação própria das capitais, somada à inexistência de políticas habitacionais provocou a ocupação de terras no entorno e no Distrito Federal, seja pela compra em condomínios irregulares, seja pela ocupação ilegal de terras públicas (PAVIANI, 1985, p. 133). Em alguns casos, a ocupação ocorreu contra disposições legais ambientais e até em áreas de proteção ambiental, tornando difícil sua regularização, se considerados os padrões mínimos de habitabilidade e urbanidade da capital (PAVIANI, 1985, pp. 35-36). No entanto, apesar de toda afronta à lei ambiental, o governo distrital já iniciou a regularização de algumas.

Foi nesse contexto complexo que a política habitacional distrital se desenvolveu, provocando a necessidade de disposições mais transparentes e eficientes. Com a instalação da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), no âmbito federal, é que o governo do DF procurou albergar os princípios do programa que se utilizava de disposições acerca do plano de habitação federal. No entanto, foi implementada uma política habitacional do GDF em seus próprios moldes, criando o Programa Morar Bem, cujo objetivo foi o de garantir que pudessem participar somente as pessoas que atendam aos critérios da política habitacional do DF. Assim, foi editada a lei distrital 3.877/06, que implementou critérios básicos para participar dos

---

<sup>2</sup> Como Proin (visando à atração de indústrias), o Prodecon (Programa de Desenvolvimento Econômico do DF), Pades (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do DF) e o PRODF (beneficiando empresas em diversos “polos” – informática, vestuário, etc.)

programas habitacionais, dentre elas o de ser morador no Distrito Federal há pelo menos 5 anos e possuir renda mensal bruta familiar de até 12 salários mínimos, além de nunca ter possuído imóvel no DF. Mais uma vez, a política habitacional do Distrito Federal divergiu da política nacional, considerando suas especificidades, desde sua formação e dependência da gestão de terras desapropriadas, incluindo a ocupação de terras públicas, alto índice de imigração para a capital e suboferta financeira da maioria da população.

Em 2009, o GDF criou a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) e a Secretaria de habitação, regularização e desenvolvimento urbano (Sedhab) nos moldes da Lei Federal nº 11.977/2009, a qual versa sobre a regularização fundiária urbana (de moradias). Nas duas décadas anteriores (1980-1990), foi priorizada a farta distribuição de terra mal urbanizadas pelo GDF – mas, insuficiente para enfrentar o déficit habitacional – que comprometeu o desenvolvimento urbano. Somente em junho de 2006, o GDF aprovou a Lei Distrital nº 3.877 que dá diretrizes da Política Habitacional, tanto a de interesse social quanto a de mercado que, embora seja um grande avanço, ainda deixou vácuos em questões como a regularização fundiária e a qualificação de moradias, conforme publicou o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS), uma vez que não se aponta aspectos urbanísticos como problemas habitacionais.

Embora esses programas sejam importantes e muito necessários, eles ainda são insuficientes. Com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pelo governo, nasceu em 1977 o maior movimento social urbano do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), cuja principal tarefa é organizar a população marginalizada que sofre com o enorme déficit habitacional (atualmente em torno de 6 milhões de famílias) e reivindica o direito constitucional à moradia digna.

Atuando em vários estados brasileiros, ao longo de sua história, a luta do MTST possibilitou o sonho da casa própria de milhares de pessoas, com cerca de 23 mil unidades entregues até o ano de 2022. Dentre esses diversos locais do país, salientamos aqui o Distrito Federal, onde o percurso da luta do MTST se destaca na história da política habitacional brasileira como umas das ações mais importantes do país.

No dia 16 de dezembro de 2017, um mutirão para a construção de 109 casas populares, com materiais ecológicos (MTST.OTG, 2018), no condomínio Sol Nascente, situado em Ceilândia-DF, cuja situação de violência e vulnerabilidade social

da localidade é bem conhecida. Ressalta-se aqui o Sol Nascente como o 2º maior aglomerado subnormal do Brasil, com 24.441 domicílios, estimados considerando a expansão da comunidade nos últimos anos. Só é superado pela Rocinha (RJ)<sup>3</sup>, com 25.742 domicílios, segundo informações preliminares do IBGE para o enfrentamento à covid-19 (CENSO DEMOGRÁFICO, 2020).

A conquista desses terrenos partiu de uma negociação do MTST com o governo do Distrito Federal. Em discursos e entrevistas, o coordenador do MTST/Brasília, Eduardo Borges, ressaltava o cuidado com o meio ambiente e a ideia é ter fossa ecológica, captação de água das chuvas, energia solar. O consultor do projeto, Marcos Ninguém, da Universidade Alternativa de Permacultura (UniPermacultura), ressaltou a importância do projeto enquanto referência na implantação de tecnologias sustentáveis, como também da idealização de um design que não trouxesse possibilidade de se confundir com um processo de 'favelização', impedindo a qualidade de vida dos moradores.<sup>4</sup>

Nos vieses desta temática podemos dizer que direito à moradia e dignidade da pessoa humana encontram-se atrelados, pois, mais que a regularização de moradias nos moldes da Lei Federal nº 11.977/2009, ou, ainda que a habitação seja um programa de interesse social, é, acima de tudo, o lugar onde se vive, sendo imprescindível antever a qualidade dessa habitação. Sendo assim, não se dissocia na atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) vivenciada e experimentada em Brasília, Distrito Federal, nos últimos 10 anos, do direito à moradia da dignidade da pessoa como guias do nosso objeto de estudo. Aliás, embora o déficit de moradia no Brasil é tido como um dos aspectos que mais refletem a imensa desigualdade social do país, há se destacar que ainda é escassa a percepção em torno dos aspectos urbanísticos (de precariedade e/ou de melhor qualidade de vida) em habitações desses moradores em específico. Tratar deste tema não só aborda questões da propriedade da terra e da propriedade privada, mas, sobretudo, nos leva a refletir a política habitacional em nosso país.

---

<sup>3</sup> Em 2015, essa região foi considerada a maior favela do país (à época, ultrapassou a Rocinha em número de habitantes), com população de mais de 95 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>4</sup> Os lotes possuem 22 metros de comprimento por 6 metros de largura e todas as casas serão construídas coletivamente, padronizadas em uma planta de 65 m<sup>2</sup>. A ecovila contará com biblioteca comunitária, playground e paisagismo, de forma a acolher os novos habitantes de maneira confortável, gerando o menor impacto possível à natureza. A previsão é de que já na próxima semana seja lançada uma campanha de financiamento coletivo para custear os materiais necessários. Mais informações podem ser obtidas na página do MTST Brasília.

Listar todos os fatos e percalços decorrentes de um longo período de políticas em desalinho com a questão habitacional no Brasil ocuparia linhas de muitas páginas, e talvez não nos fizesse chegar a uma única conclusão. Todavia, destacamos os que operam no contexto das crises por moradias provocadas pela má distribuição de renda e de acesso à terra. Sob a égide do senso comum e propagado pela grande mídia, as crises, que decorrem da falta de políticas socialmente mais justas afetam a sociedade de um modo geral. Nesse contexto, as ações realizadas por políticas sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no campo e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em terrenos na cidade são exemplificáveis no entendimento dos traços da questão habitacional no Brasil, bem como os trabalhadores têm se projetado em torno delas no cenário socioeconômico do país.

Apesar das ocupações urbanas fazerem parte do processo histórico de formação espacial e povoamento de várias cidades brasileiras, em particular a capital Brasília, socialmente são atribuídos muitos estigmas àqueles que ocupam territórios sem título de propriedade. São grupos e/ou indivíduos vulneráveis a processos históricos de exclusão nos sistemas de moradia e de acesso à terra, em sua maioria sem trabalhos formais, desempregados e subempregados, que têm se organizado em torno de uma causa para garantir o direito à moradia. Assim, alguns desses indivíduos se unem em (ou a) grupos, que organizam discussões com representantes políticos e/ou da sociedade civil com o objetivo de lutar por transformações da ordem social em que estão inseridos. Estas iniciativas acontecem especialmente em espaços públicos com capacidade de acionar e/ou acessar um número expressivo de indivíduos que vivenciam problemas e compartilham do mesmo sentimento de insatisfação. Para além das ruas ou espaço físicos, esses lugares de discussão são também virtuais e midiáticos, assim como fazem outros movimentos sociais em diversos lugares do mundo.

Desde seu surgimento, a atuação do MTST vem ganhando força no contexto social brasileiro dos últimos anos. Hoje é definido como um movimento territorial porque organiza trabalhadores urbanos a partir da periferia, e reivindica melhorias sociais, como o direito à moradia. Muito embora tenha se delineado enquanto grupo de ativistas em meados da década de 1990, como os próprios representantes do movimento colocam, a partir dos anos 2000 o grupo reforça sua visibilidade no contexto de crise social e política brasileira. A propósito, esses movimentos têm sido recorrentes nas grandes e médias cidades do país e do mundo, e têm crescido e

protagonizado significativas modificações nas sociedades nas quais estão inseridos, tendo como um dos principais objetivos a função social da conquista do direito à moradia previsto constitucionalmente em países democráticos e que essas famílias sejam abrigadas de forma digna.

O direito a uma moradia digna segundo entendimento de Flávio Pansieri (2018, p. 112): “[...] significa dispor de um lugar onde se possa asilar, caso o deseje, com espaço adequado, segurança, iluminação, ventilação, infraestrutura básica, uma situação adequada em relação ao trabalho e o acesso aos serviços básicos, todos a um custo razoável”. Por mais que os direitos estejam expressos em lei, e o direito à moradia não seja diferente, muitos avanços ainda precisam ocorrer, pois o papel garante tudo, mas na prática a situação é bem diferente. O direito à moradia, consolidado como direito fundamental e expressamente consagrado como direito social no artigo 6º da Constituição Federal, possui correspondência com os demais dispositivos constitucionais, tendo como núcleo básico o direito de viver com segurança, paz e dignidade. Como ensina Pansieri (2008, p. 51), só é plenamente satisfeito se forem observados os seguintes componentes: segurança jurídica da titularidade; disponibilidade de serviços e infraestrutura; custos de habitação acessíveis; habitabilidade; acessibilidade; Localização e Adequação Cultural (PANSIERI, 2018).

Trazer visibilidade às lutas e aos programas habitacionais do país é uma das causas motivacionais da escolha desse tema. Ao despertar-se para o assunto, a primeira problemática neste campo relaciona-se à escassez de materiais cujos conteúdos relatem ou historiem desde a problemática (o déficit de moradia) e ideais ao surgimento dos primeiros projetos habitacionais, sua luta e seu desenvolvimento em prática.

Como escopo principal de análise, escolhemos residentes do Setor Habitacional Sol Nascente, na Ceilândia-DF, terreno ocupado no final do ano de 2017 por mais de 800 famílias que, de acordo com os líderes do movimento, “viviam em situação de vulnerabilidade extrema e que tiveram seus direitos à moradia digna e serviços públicos de qualidade negados ao longo de décadas”. Sua importância será devidamente explicada no quarto capítulo desta obra, mas inicialmente e a título de justificativa pela escolha dessa ocupação e não de outra. Embora todas as dificuldades já enfrentadas pela população nesse processo de urbanização, atualmente os moradores dessa região destacam a segurança e o transporte público

como principais problemas, mas elogiam a urbanização que vem sendo feita na cidade que hoje chega a cerca de 100 mil habitantes e está se desenvolvendo com projetos da própria comunidade que investem “na qualidade de vida das pessoas” (GALVÃO, 2018). Isto é, mais que moradia, tratar do assunto é resgatar também o princípio da dignidade humana.

O MTST fez 20 anos de história e possui sua organização baseada em alguns princípios ligados às políticas sociais. Com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)<sup>5</sup> em 1997, e a construção da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça<sup>6</sup>, partindo de pontos distintos do Brasil, com destino à Brasília, foi estabelecida uma rede de contatos e trocas de experiências entre membros do MST e outros movimentos sociais urbanos e rurais. Durante esse período, foi gestado o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), originário da unificação de membros do MST com outros militantes que atuavam em processos de luta urbana na cidade de São Paulo.

A propósito, no Brasil, desde a década de 1990, estudiosos identificam uma nova problemática social: a exclusão social. No entanto, algumas análises tendem a considerá-la como um fenômeno contemporâneo, como a expressão de um processo com raízes históricas na sociedade brasileira, e a relativizar o papel que as ações sociais e políticas de grupos e movimentos organizados tiveram nas transformações. Isso porque essa marca estrutural na sociedade apresentou, nos diversos períodos históricos, faces diferenciadas, mas com expressões de uma mesma ‘lógica’ econômica e/ou de cidadania excludente.

Na década de 1980, por exemplo, a transição do regime político e os ciclos econômicos recessivos aumentaram a visibilidade da ‘questão social’. Dez anos depois, os sinais econômicos apresentaram uma piora considerável das condições de

---

<sup>5</sup> “O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária”. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/> Acesso em: 22 nov. 2021. Sobre o histórico da formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, (MTST), sugiro os trabalhos de RODRIGUES (2002) e GOULART (2011).

<sup>6</sup> A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça ocorreu em 1997 para denunciar a impunidade dos policiais que empregaram a violência, no fato que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará em 1996. Nessa ação para desobstrução a uma rodovia, foram assassinados 19 trabalhadores rurais. Outro objetivo da Marcha era dar visibilidade à oposição do movimento ao governo federal de Fernando Henrique Cardoso. A Marcha saiu de três localidades: São Paulo (SP), com agricultores vindos do sul e sudeste; Rondonópolis (MT) e Governador Valadares (MG), rumo à Brasília (DF), e durou 60 dias, com a participação de cerca de 1300 pessoas. (GOULART, 2011)

vida do brasileiro. Como sugere Nascimento (1993), a exclusão social tornou-se visível e contundente, principalmente, a partir da população de rua e da violência urbana.

Em meio à crise habitacional histórica do Brasil, e, em contraposição, à presente proposta de descrever os resultados das ações do MTST como frutos de suas lutas em Brasília-DF nos últimos dez anos, temos algumas questões-chave que também norteiam e estruturam o conteúdo desta tese, ao longo das descrições de cada capítulo.

Nesse sentido, elencamos como questão central a problemática social habitacional no país para refletirmos sobre as possíveis conquistas de moradia pelos membros e representantes do grupo: Dentre os principais dilemas históricos da exclusão social e a questão habitacional no Brasil, como se dá o Direito à Moradia Adequada, quais são os reflexos da política do precariado e das políticas públicas no cumprimento do direito à moradia?

Este trabalho tem como objetivo geral averiguar e descrever, com base em fundamentos documentais e entrevistas junto aos líderes deste movimento, o resultado obtido em Brasília da ação do MTST em prol da moradia e da construção de cidadania, fundada em lutas que levaram a conquistas em termos concretos físicos, materiais, quantitativos (mediante número de residências construídas) e qualitativos, no sentido de oferecer aos moradores mínima dignidade da pessoa em contexto urbano, a partir do ano de 2010, quando o Movimento se instala no Distrito Federal. Não se trata de descrição da linha do tempo de 2010 a 2020, mas de resultados obtidos até aqui apontados nas últimas pesquisas.

Assim, para atingir este objetivo, este trabalho busca de modo específico: apresentar os dilemas históricos da exclusão social e a questão habitacional no Brasil e, em especial, no Distrito Federal; discutir acerca da questão social habitacional no DF; retratar o movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) no Brasil e em Brasília-DF, destacando, sobretudo, as conquistas no campo habitacional.

A partir da ocupação do Setor Habitacional do Sol Nascente, é possível situarmos o MTST no conjunto de movimentos sociais que buscam ocupar terras atribuindo a estas uma função social. O caminho MTST, traçado nos últimos 10 anos em Brasília, é, portanto, a implantação de políticas habitacionais direcionadas à população socialmente excluída.

Presume-se ainda que, ter como objeto de estudo a base social do MTST-DF



é abordar e dar importância também às relações entre a condição de moradia, de trabalho informal e com os instrumentos de ação e modificação do contexto histórico como resultados de um movimento social. Além disso, essas questões estão intimamente relacionadas à construção de cidadania, que, por sua vez, apontam para um projeto de sociedade menos desigual socialmente e economicamente. Isso converge especialmente com a fala dos líderes e idealizadores do movimento, a saber:

[...] Não é e nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes.

Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas.

Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores no Brasil e em outros países têm se organizado e lutado é o território. É aí que o MTST se localiza: somos um movimento territorial dos trabalhadores (MTST, *online*, 2022).

Visando alcançar dados suficientes para afiançar os intuítos aqui propostos, os capítulos foram desenvolvidos pela ordem descrita a seguir. O segundo capítulo, intitulado *Exclusão Social*, tem como objetivo investigar, a questão da exclusão social no Brasil que implica na falta de acesso à moradia no país. Inicialmente, traçamos um panorama sobre a questão habitacional no Brasil e as políticas em torno desse tema com base em dados do IBGE, reportagens de jornais e números habitacionais. Em segundo, lançamos reflexões sobre como governantes articularam políticas públicas em relação ao direito à moradia no país, sobretudo em Brasília, e quais as principais ações dos movimentos sociais nesses processos de lutas e conquistas.

O terceiro capítulo, denominado *A questão social habitacional no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)* discute de forma mais profunda a legislação sobre o acesso à moradia no país, e o papel dos movimentos sociais na busca pela aplicação/operacionalização das mesmas. São pontuadas as transformações que fenômenos como a falta de moradia implicam em mudanças de como planejar a cidade. Juntamente a isso, análises sobre o “tempo urbano”,

“formas urbanas” em crescimento lento, cumulativo e rupturas, continuidades e descontinuidades, que influenciam os usos e apropriações da cidade, são priorizadas. Isto porque é fundamental que entendamos que a lógica de organização espacial da cidade tem por trás um elemento temporal, que se refere a variações entre o “construído lentamente” e “o construído com rupturas” (SENNET, 2018).

O quarto e último capítulo, no qual denominamos de trajetória histórica e conquistas do MTST na Capital Federal, abordamos as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em Brasília, bem como discutir sobre a trajetória de luta por direitos à moradia, a partir dos líderes e dos principais agentes de mobilização. Em outros termos, destacamos como se organiza esse movimento, como eles tem se relacionado com as questões políticas do país e as conquistas (ou não) que alcançaram ao longo desses 10 anos, a partir do relato dos líderes e representantes principais do MTST, agentes na luta por direitos à moradia.

## 2 EXCLUSÃO SOCIAL: DILEMAS HISTÓRICOS

O termo exclusão social foi utilizado pela primeira vez no contexto francês ainda na década de 1970. Jacques Donzelot, foi um dos primeiros autores a situar o aparecimento do termo “exclusão” na França. Segundo ele, esta ideia teria sido iniciada nos escritos referentes às políticas públicas através da denúncia feita por René Lenoir quanto aos “esquecidos do progresso”. Nas palavras de Donzelot, “Se consideramos a literatura relativa às políticas sociais, o termo exclusão aparece no começo dos anos setenta com o livro de R. Lenoir que denuncia os esquecidos do progresso: doentes mentais, deficientes, anciãos [...]” (DONZELOT, 1996, p. 88).

Ocorre que o título do livro de René Lenoir, *Les exclus: un français sur dix* (‘Os excluídos: um em cada dez franceses’), trazia a palavra ainda que não contivesse qualquer elaboração teórica conceitual no trabalho. A preocupação do então Secretário de Ação Social francês voltava-se para os chamados ‘inadaptados sociais’, que seriam pessoas pobres que precisavam ser amparadas por ações governamentais, que, por sua vez, acarretavam em altos gastos para o governo.

Nessa mesma linha, François-Xavier Merrien, comparando o horizonte no qual o termo é captado na França e nos países anglo-saxônicos, especialmente nos Estados Unidos, não deixa de fazer clara demarcação do termo, considerando-o francês. Para este autor, “se, nos Estados Unidos, o interesse é sobretudo pelos indivíduos, pelos grupos caracterizados por comportamentos desviantes, marginais, ilícitos, na França, onde nasceu o termo exclusão, o interesse é sobretudo pelos processos” (MERRIEN, 1996, p. 423).

No momento da publicação do livro de Lenoir na década de setenta, em que a situação de pobreza na França parecia ser pontual, a noção de exclusão estava mais relacionada à sua dimensão subjetiva do que propriamente à sua dimensão objetiva, econômico-ocupacional. Entretanto, antes mesmo da publicação do livro, referências à exclusão e excluídos eram utilizadas em trabalhos sobre pobreza e desigualdades sociais, muito embora sem suscitarem polêmicas ou debates.

Numa direção teórica oposta, com forte influência do marxismo, na década de 1960, marginalidade era um conceito integrante da teoria que buscava entender a inserção marginal no processo produtivo capitalista nas economias dependentes da América Latina.

Mas ao ser tematizada em 1974, a exclusão serviu para designar os

“esquecidos do progresso”, segundo Donzelot. Neste caso, tratava-se simplesmente de uma certa forma de moderar a euforia da sociedade de bem-estar e de convocá-la à ideia da responsabilidade social. Dois anos depois, em 1976, o processo de pauperização na França começou a atingir não apenas os grupos populacionais ‘tradicionalmente marginalizados’ (imigrantes e moradores das periferias), mas também os que até então pareciam inseridos socialmente, dos benefícios do desenvolvimento econômico e da proteção social, ainda que nas margens do sistema capitalista.

Em meados dos anos 1980, frente a uma situação objetiva de aumento das desigualdades e de mudança do perfil de pobreza, a omissão involuntária da década anterior, a noção de exclusão social estabeleceu-se no debate público e acadêmico e foi em solo francês que o tema adquiriu preponderância e estatuto teórico, relevância e publicidade. Exclusão social passou então a ser usada para denominar o fenômeno integrante de uma “nova questão social” como sugerem Rosanvallon (1995) e Castel (1998), e a se referir a uma problemática específica do final de século XX, cujo núcleo duro foi identificado na crise do assalariamento como mecanismo de inserção social.

Essa crise, por sua vez, era resultado de mudanças no processo produtivo e na dinâmica de acumulação capitalista gerando a diminuição de empregos, o que inviabilizava essa via de constituição de solidariedades e de inserção social. Tal contexto acabou por constituir os chamados ‘inválidos pela conjuntura’, como afirma Avelino de Oliveira, o que provocou fraturas na coesão social (OLIVEIRA, 2002). Destarte, a exclusão foi percebida como uma marca profunda de diferenciação social que assume uma multiplicidade de formas. Enquanto conceito, expressa a existência de um fenômeno diferente de uma ‘nova pobreza’, e, ao mesmo tempo, tem a capacidade de vocalizar a indignação com esse mundo partido em dois.

Colocando as discussões para o Brasil, destaca-se que, na década de 1990, estudiosos também identificaram uma nova problemática social a exigir uma conceituação própria. No país, o processo de construção do conceito de exclusão social emergiu em contraposição a outros termos e categorias, que acabaram por integrar o ‘vocabulário’ da exclusão, foram eles: desvinculação, desfiliação, desqualificação, precariedade, vulnerabilidade, marginalização, discriminação e segregação social.

A exclusão social integra assim o campo da pobreza e das desigualdades, embora seja diferente destes dois conceitos e contenha em si situações e processos

que podem se desenvolver fora do âmbito da pobreza e das desigualdades sociais, como, por exemplo, a impossibilidade dos homossexuais constituírem uniões estáveis e terem direito à herança de seus companheiros ou companheiras.

Do ponto de vista da pobreza, temos que, em uma concepção geral, essa noção significa não ter acesso aos bens e serviços essenciais, e a impossibilidade de suprir as necessidades básicas, alimentares e não-alimentares, por exemplo (LOPES, 1992). A indigência ou miséria, por sua vez, consiste na falta de um mínimo necessário à manutenção da sobrevivência física de um indivíduo posto que não consegue “adquirir a cesta básica de alimentos que lhe proporcione nutrição suficiente para uma vida ativa e produtiva” (GERSHMAN; IRWIN, 2000, p. 15).

Dito isto, a pobreza associada à desigualdade trata-se da falta de recursos ou de consumo em relação a padrões usuais ou aprovados pela sociedade que são considerados essenciais para uma vida digna. Ou seja, o conceito de exclusão social amplia as dimensões de análise da pobreza e das desigualdades, e não se restringe à questão da renda. Isso significa que essa noção designa tanto um processo quanto um estado, posto que, ao tempo em que pode ser uma trajetória ao longo de um eixo inserção/exclusão, designa um estado, a condição de exclusão, o resultado do movimento.

O que temos é uma somatória, uma concentração dos critérios sociais de discriminação, estigmatização e exclusão em certos grupos que acaba por caracterizar o contexto de sociabilidade. Entretanto, a maior parte dos processos de exclusão social atual está relacionada e tem consequências diretas nas condições econômicas dos grupos populacionais, e se fazem mais presentes em situações de intensa pobreza e desigualdades sociais. Posto isso, discutiremos neste capítulo a questão histórica da exclusão social no Brasil e as consequências desse processo de diferenciação que leva a uma segregação social, no acesso à terra urbana.

### **2.1.1 Exclusão Social no Brasil e o acesso à Terra Urbana**

Como proposto, a exclusão social designa um processo de eliminação e privação de grupos isolados ou grupos sociais em várias áreas da estrutura da sociedade. As desigualdades sociais expressam, então, os mecanismos pelos quais uma dada sociedade distribui seus bens e recursos, atribuindo posições diferenciadas

e relativas aos diferentes indivíduos e grupos em relação ao acesso aos bens.

Segundo Cavalli (1991), as três dimensões essenciais que geram processos de desigualdades são a riqueza, o prestígio e o poder. Nas sociedades ocidentais e modernas, o modo de produção capitalista tem orientado a estratificação social através dos meios de produção e a divisão social do trabalho, construção de um sistema de classes sociais. Assim, enquanto uma condição inerente ao capitalismo contemporâneo, a sociedade dividida em classes gera grupos que ficam marginalizados, e o impacto disso pode ser percebido nas suas condições de cidadania (ou na busca pela cidadania).

Com a mecanização do campo e o êxodo rural acelerado em meados no século XX, ocorreu um crescimento significativo nos centros urbanos brasileiros. A partir desse crescimento populacional, esses locais ficaram saturados, modificando drasticamente a configuração da paisagem urbana. Isso significa que as cidades não absorveram o fluxo de pessoas de forma planejada, decorrendo no surgimento de bairros marginalizados formados por trabalhadores pobres.

Sobre os primórdios do processo de urbanização vivenciado na América Latina, as abordagens de Castells são fundamentais pois nos permite transpor os limites da nossa investigação e fazer paralelos entre esses países e o Brasil. Para o referido autor, as formações sociais existentes na América Latina, antes das iniciativas colonialistas europeias, foram praticamente destruídas durante a conquista.

Portanto, as características internas e suas possíveis diversidades dentro do território latino-americano, no âmbito do processo de urbanização, se devem às diferentes articulações regionais da metrópole, assim como à reorganização de força dos países dominantes: primeiro a dominação europeia a partir da Península Ibérica, depois a Inglesa e, atualmente, a norte-americana (CASTELLS, 1975).

Nesse contexto, o Brasil, desde o início da sua história, mantém relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista e, portanto, possui um processo de urbanização dependente. Castells afirma ainda que:

A urbanização latino-americana se caracteriza então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas 257 massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da

segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo (CASTELLS, 1975, p. 277).

Para Santos (2009), mundialmente a urbanização começou, de fato, no século XVIII. Porém, somente no século XX e especialmente a partir da década de 1940, essa urbanização ocorreu intensamente no Brasil, resultando em amplas mudanças na morfologia e expansão das cidades e na distribuição da população pelo território nacional.

No país, o processo sistêmico de urbanização levou três séculos para ocorrer, iniciando-se a partir do século XVIII e se consolidando a partir das décadas de 1940 e 1950, em um contexto de urbanização e industrialização, quando o país tipicamente se configurava como país rural em termos de habitação (SANTOS, 2009). Considera-se, logo, que a urbanização brasileira é um fenômeno recente, com o aumento significativo das taxas de urbanização no país desde 1940, causando mudanças na estrutura urbana das cidades brasileiras e na constituição da sociedade.

O Brasil tornou-se um país predominantemente urbano. Em poucas décadas, dados do censo demográfico confirmam essa tendência de aumento da população urbana, com taxa de 31,34%, ou seja, 41.236.315 pessoas residentes na área urbana em 1940. Já em 2020, o quantitativo populacional de urbanização é de 211.140.957 milhões de habitantes residentes em cidades (IBGE, 1940 a 2020). Esses dados mostram que a população urbana teve um crescimento considerável, podendo afirmar que o Brasil é hoje um país urbanizado.

Ainda nas leituras de Santos (2009), infere-se que o forte movimento de urbanização verificado a partir do final da Segunda Guerra Mundial é contemporâneo. E o intenso crescimento populacional é resultado de altas taxas de nascimento em contraste ao declínio da mortalidade, cujas causas essenciais são os avanços na saúde, a relativa melhora nos padrões de vida e na urbanização em si.

Isso significa que diversos fatores, tais como taxas de natalidade, diminuição das taxas de mortalidade, aumento da expectativa de vida, relacionado aos avanços nas áreas de saúde e melhorias na qualidade de vida da população, podem estar associados ao crescimento da população brasileira para 214,3 milhões de habitantes em 2020. Abaixo, os dados da Tabela 1 mostram um crescimento considerável da população brasileira nas últimas décadas.

Tabela 1: Tabela demonstrativo da população brasileira no período de 1940 a 2020

<b>Censo Demográfico</b>	<b>Total Brasileira</b>	<b>Da População</b>
1940		41.236.315
1950		51.944.397
1960		70.992.343
1970		94.508.583
1980		121.150.573
1991		146.917.459
2000		169.590.693
2010		190.755.799
2020		211.140.957
2023		214,3 milhões

Fonte: Dados dos censos demográficos do IBGE, adaptados pelo autor, 2023.

De acordo com os dados apresentados acima, entende-se que o crescimento da população brasileira impulsionou a expansão das cidades. Aliada a um forte movimento de urbanização, devido a um intenso fluxo migratório rural-urbano e tendência à aglomeração populacional na área urbana, essa expansão da rede urbana tem se caracterizado de forma desordenada, de um modo geral

Isso porque o intenso processo migratório campo-cidade foi consequência da expansão da industrialização nas cidades, o que atraiu uma grande massa de trabalhadores do campo. Por outro lado, a mecanização do campo causou a modernização da agricultura com o aumento da produtividade e a redução do trabalho. Estes dois fatores combinados com a ausência de políticas públicas concentradas no campo, fizeram com que as pessoas deixassem o campo para as cidades em busca de emprego e uma vida melhor.

A mão-de-obra que saiu do campo foi estabelecida como apoio ao processo de industrialização de baixo custo, processo que ocorria em algumas cidades brasileiras. A industrialização passou a atrair trabalhadores para as cidades, criando novas configurações em áreas urbanas, mas a indústria não consegue acomodar esse contingente todo.

O aumento dessa população urbana insinuou a necessidade de ampliar a oferta de serviços urbanos e equipamentos, bem como a oferta de moradias para as famílias. No entanto, isso não ocorreu na mesma proporção do crescimento das cidades. A urbanização brasileira, que se intensificou nas últimas décadas, trouxe consigo o problema social.



Ainda no entender de Santos (2009), o processo de urbanização, intensificado no século XX, demonstrou a desigualdade social no Brasil decorrente da má distribuição de renda. Dados que destacaram os sinais do sistema capitalista que foram (e são utilizados) na criação de espaços de exclusão e o surgimento de termos tais como “exclusão social”, “má integração”, “inclusão precária”, “segregação territorial e ambiental”, “ilegalidade e informalidade”.

Assim, pode-se dizer que, nas últimas décadas do século XX, o espaço nacional experimentou profundas mudanças associadas às desigualdades sociais. O aumento da urbanização, ao lado da falta de investimento necessário, levou à expansão de propriedades habitacionais precárias. E todo esse processo ocasionou em mudanças na estrutura urbana das cidades e na forma como a população passou a se organizar.

Isso porque boa parte dessas pessoas que chegaram à metrópole se inseriram de forma precária e mal remuneradas pelas atividades produzidas com sub-remunerações. Em consequência, essas pessoas passaram a “resolver” seus problemas habitacionais por meio da autoconstrução, a chamada habitação informal, precária, formando favelas e loteamentos irregulares ou começaram a construir cortiços (MONTEIRO, 2017).

Portanto, a forma como o processo de urbanização ocorreu, juntamente com o crescimento das cidades, implicou em incertezas na forma como os indivíduos teriam acesso à moradia de qualidade. Isto porque, esses ambientes não possuíam espaços suficientes para acomodar esse alto número de pessoas. Une-se a isso o fato do setor industrial e o setor de serviços não conseguirem absorver toda essa população.

Assim, a exclusão social e a má inclusão no setor habitacional estiveram entre as marcas no processo de urbanização contemporânea, que têm aumentado significativamente nas últimas décadas. Houve falta de alternativas habitacionais para os segmentos sociais de menor renda levando à expansão das cidades para as áreas mais periféricas.

Maricato (2011), por exemplo, chama a atenção para o fato da periferia das metrópoles crescer mais do que as áreas centrais, o que levou à expansão de regiões pobres. Isso se deu principalmente ao aumento dos preços das terras e moradias nas regiões mais centrais e mais bem localizadas da cidade, deixando as áreas menos carentes como regiões menos apreciadas e vulneráveis.

Nesses termos, a questão da habitação tornou-se um problema no processo

de urbanização acelerada de cidades que não estavam dispostas a atender um número tão grande de novos moradores, resultando em uma expansão desordenada das cidades. Isto causou, sobretudo, impacto na vivência da classe de trabalhadores que começaram a se organizar em moradias improvisadas, insalubres e inadequadas devido a recursos insuficientes.

Outro aspecto a se destacar sobre a urbanização nas cidades, está presente na abordagem de Ferrari quando cria o neologismo *fabricalizando*. Segundo a autora, à medida que as cidades se transformam estruturalmente dentro do processo de urbanização, também passam a ser espaços de um processo de *fabricalização*, onde as atividades laborativas de toda ordem são acolhidas como se fossem extensões urbanas da própria fábrica (FERRARI, 2008).

Assim, notamos o confronto e coexistência entre duas formas distintas de cidade: 1) a cidade historicamente velha, ou seja, a fordista, onde as mudanças das vias de circulação ocorriam lentamente com o passar das décadas; 2) a cidade historicamente nova, ou seja, a toyotista, cujas mudanças precisam ocorrer subitamente em compasso com o ritmo da chamada era da informação. Aqui ficam explícitas as contradições entre as necessidades do capital e a viabilidade econômica de seu atendimento, pela falta de recursos do Estado para tal empreitada. (FERRARI, 2008, p. 10)

É certo que a autora centra sua investigação a estrutura habitacional no território econômico. Entretanto, nota-se aqui que mais uma vez a cisão categorial das classes sociais está explícita, e a propriedade fundiária urbana, enquanto um dos pilares do avanço do capitalismo, é vital para a produção e reprodução capitalista do espaço e também para entendimento da desigualdade socioespacial (FERRARI, 2008).

Isto posto, compreende-se que modelo de urbanização resultou em uma fragmentação espacial, e a desigualdade social predominou na maioria das cidades brasileiras, levando a problemas como desemprego, falta de serviços urbanos, sem-teto e outras queixas urbanas.

A desigualdade, a segregação, os guetos, as áreas “ricas” e as “pobres” são produtos da urbanização capitalista. O processo de urbanização, combinado com a ineficiência e, muitas vezes, com a ausência de políticas públicas de habitação para os segmentos sociais menos economicamente desfavorecidos, não atendeu à demanda por moradia.

Projetos de reurbanização foram feitos, porém, ignorando-se as particularidades históricas e sociais do capitalismo brasileiro. Se tais particularidades fossem levadas em conta, determinariam de modo distinto o norte social e político destes planejamentos. Entretanto, cabe ainda a discussão acerca da própria percepção e configuração do espaço urbano em moradia.

No âmbito da questão habitacional, a cidade capitalista tornou-se local privilegiado para o acúmulo de capital e da sua reprodução. Esses processos foram responsáveis por criar atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constituíram (e constituem) a própria organização espacial urbana. O espaço urbano e o uso do solo urbano são destinados a alguns, criando uma massa crescente de excluídos. Portanto, é necessário que muitos trabalhem para que os poucos desfrutem de seus lucros, e esse sistema possa sobreviver.

A cidade é assim o produto das contradições de classe e contém diferentes interesses e necessidades. Silva (1989) observa que é a acomodação de interesses econômicos fundamentais que faz da cidade capitalista um espaço socialmente construído, que também abriga classes sociais com interesses opostos e antagônicos. Para o autor, essas contradições transformam a cidade em um lugar caótico, privilegiando o capitalismo e criando, ao mesmo tempo, o *lócus* da luta de classes. Isto é, neste cenário socialmente construído, a cidade abriga diversos interesses econômicos, configurando-se enquanto um campo de lutas de classes e o lugar privilegiado para o desenvolvimento do capitalismo.

Conforme aponta Roberto Corrêa (2011), terras urbanas e habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo atores sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. E, nas palavras de Nathália Oliveira, “podemos considerar as políticas urbanas como contratendências produzidas pelo próprio modo de produção capitalista para regular, atenuar os efeitos negativos da segregação e da mutilação capitalistas dos equipamentos urbanos” (OLIVEIRA, 2010, p. 256-257).

Habitação e terrenos urbanos despertam, assim, o interesse da sociedade, resultando em preços elevados que dificultam a participação de uma parte da população que não tem recursos financeiros para fazer parte desse mercado. Dessa forma, configura-se como uma maneira de acumulação dentro do sistema capitalista, pois é uma mercadoria de extremo valor, levando a especulações imobiliárias cada vez mais intensas.

Segundo Rodrigues (2012), em países capitalistas, incluindo o Brasil, terras

urbanas e edifícios compõem mercadorias que fazem parte da produção capitalista. Assim, a terra se torna uma mercadoria no processo de produção espacial e reprodução de capital. Nele, o valor cambial começa a superar-se em relação ao valor de uso. Explica o mesmo autor que o espaço começa a ser consumido como mercadoria, de modo que o valor de uso da habitação e de terrenos urbanos é substituído pelo valor da troca, e a especulação imobiliária contribui para o aumento dos preços, impedindo severamente a inserção efetiva de famílias de baixa renda no setor habitacional formal.

Ao preço da habitação, soma-se a renda de terreno absoluto (terra-absoluta) e diferencial, os lucros da incorporação de investimentos, a construção da casa e o interesse do capital financeiro, que é um número extremamente alto e inacessível para a maioria dos trabalhadores. O preço da terra urbana e da habitação somado ao alto custo do setor da construção civil, os juros sobre o financiamento, os lucros das incorporadoras em decorrência de valores inacessíveis à população de baixa renda, os exclui do mercado formal de habitação.

Nesse sentido, a habitação tem um valor variável e depende de sua localização. Em geral, as áreas-chave compreendem os espaços que são melhor atendidos por equipamentos e serviços públicos. E os aspectos positivos em termos de urbanidade, bairro, qualidade ambiental, mobilidade urbana, segurança, entre outros, elevam os preços da habitação. Todos esses fatores encarecem uma habitação e servem como elementos de distinção social, como propõe Ferrari. De acordo com a autora,

Os agentes do capital tais como os altos executivos da burguesia industrial, comercial e financeira nacional e internacional – verdadeiros responsáveis pela destruição ecológica mundial – residem em moradias que são o fruto desta nova concepção de cidade, surgindo o conceito de *edge city*, para que a burguesia e sua alta gerência se defendam da fabrilização por eles imposta nos territórios *just in time*. Tais *edge-cities*, sempre localizadas em áreas afastadas, são vendidas como a possibilidade de ‘contato bucólico com a natureza’(sic) ‘lugares tranquilos e seguros para se viver’. Porém, em seguida, estes mesmos agentes do capital congestionarão as vias e rodovias de acesso a estas *edge-cities* ou as vias e rodovias por onde passam os próprios fluxos da produção *just in time* ou, ainda, congestionarão o céu com seus helicópteros – São Paulo possui a segunda maior frota destas aeronaves, perdendo somente para Nova Iorque (FERRARI, 2008, p. 10-11).

Também conforme observa Almeida (2011), a situação condicionou o valor da

habitação a fatores como distância do local de trabalho, instalações de acessibilidade e mobilidade, acesso a serviços e infraestrutura, bairro, qualidade do meio ambiente, entre outros. Assim, percebe-se que as características do local também passaram a se configurar como externalidades positivas, ou negativas, que valorizaram ou desvalorizaram as propriedades. O preço da terra passou a ser definido de acordo com a localização do terreno.

Essa diferenciação dá ao proprietário maior possibilidade de especulação imobiliária e maiores lucros, o que alimenta ainda mais a segmentação do espaço. Além da reprodução do capital, terras urbanas em uma cidade capitalista servem como reservas de valores, símbolo de lutas e campo de disputas. Devido à especulação imobiliária, se observam vários imóveis desabitados em todas as localidades da cidade, especialmente em locais mais estratégicos que aguardam valorização e, portanto, maiores lucros.

Segundo Silva (1989), além de uma base material de apoio ao capital, a terra urbana, nas economias de mercado, é usada como reserva de valor, o que leva a um processo de especulação imobiliária, aqui entendido como meia de lotes e glebas esperando por apreciação, de modo que o tecido urbano é permeado por imensas cavidades e expansão horizontal desnecessária. Como resultado, a valorização do solo é alarmante, especialmente desde meados da década de 1960.

Habitação e terras urbanas são agora determinadas por padrões de capital, de modo que a especulação imobiliária e a modernização de terras urbanas permitem que os desenvolvedores façam lucros maiores. Segundo Bassul (2020), a dificuldade de acesso à terra é um fator crucial para déficits sociais e desigualdades. Nas cidades, os altos preços das terras urbanizadas determinam a segregação populacional por grupos de renda, forçando muitos a buscarem proteção em áreas remotas e precárias, no que se refere à prestação de serviços públicos. Isso faz com que os mais pobres arquem com custos elevados de transporte e acesso a bens e serviços urbanos.

Contudo, essa realidade não se restringe à atualidade, nem às grandes cidades produtoras do Brasil. Historicamente, o país foi se configurando com uma profunda exclusão social, fato que provocou movimentos e tentativas políticas para sanar esses desafios. Ainda que se preveja a aplicação de todos os instrumentos do Estatuto da Cidade, até culminar com a desapropriação feita com títulos de dívida pública, a propriedade é reconhecida, em sua essência, como um elemento fundamental do capitalismo e, por consequências das suas contradições, um fator de exclusão e

distinção social.

Sobre esse aspecto, concordamos com Amartya Sen (2000), quando diz que o mais importante é verificar como a renda e outros bens e serviços contribuem para as capacidades das pessoas de atingirem seus objetivos de viver de forma satisfatória. Nesse sentido, outro conceito importante é o de vulnerabilidade, pois permite analisar a exposição de determinados grupos a riscos externos e avaliar suas capacidades em responder a estes desafios (GERSHMAN & IRWIN, 2000).

Aí aparece a necessidade de refletirmos sobre a historicidade do problema habitacional e seu significado a partir de uma confluência de fatores que vai desde a estrutura da sociedade capitalista e a lei geral de acumulação, passando pelas especificidades do capitalismo dependente como é o latino americano e ainda, nos últimos anos, a adoção da plataforma neoliberal no Brasil trazendo consequências desastrosas na situação social dos trabalhadores brasileiro. Esses serão o tema do próximo tópico.

### **2.1.2 Componentes do Déficit Habitacional**

Moradia com conforto e qualidade de vida é uma realidade que ainda está muito distante de boa parte da população brasileira. Por necessidade e falta de oportunidades melhores, muitas pessoas acabam se fixando em moradias improvisadas e precárias – presentes em todas as regiões do país. Comum em pequenas e grandes cidades brasileiras, este triste cenário, junto ao número de pessoas que vivem em condições deficientes de moradia, é mensurado pelo déficit habitacional. O cálculo do índice do déficit habitacional é de grande importância para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à habitação. Mas o que é déficit habitacional?

O termo déficit habitacional é utilizado para se referir a um determinado número de famílias que vivem em condições de moradia precárias em uma região – seja um bairro, uma cidade, estado ou um país, ou que não possuem qualquer moradia. São consideradas moradias inadequadas aquelas construídas com materiais não duráveis ou improvisados, que estão em risco, que possuam um número excessivo de pessoas vivendo em um pequeno espaço – como no caso da coabitação, ou aquelas que não foram construídas com o objetivo de serem habitadas por uma família.

Outra informação importante sobre o déficit habitacional é que as moradias não adequadas, que estão associadas à qualidade de vida oferecida ao indivíduo que nelas residem, especificamente, não recebem a classificação de habitação precária. Portanto, moradias que não possuem esgoto, luz, água encanada ou carecem de outros serviços básicos, não participam do cálculo do déficit habitacional. Sendo assim, o déficit habitacional é calculado a partir de quatro componentes que, somados, permitem compreender de maneira mais completa a necessidade de novas habitações em determinada região, de acordo com cada parâmetro analisado.

O primeiro componente desse déficit diz respeito às habitações e aos domicílios precários, como as habitações improvisadas – como carros, barcos, barracas – e casas construídas sem parede de alvenaria ou madeira, que costumam resultar em insalubridade e proliferação de doenças. O segundo parâmetro analisado é a coabitação familiar, que ocorre quando duas ou mais famílias convivem juntas em um mesmo ambiente no qual não dispõem de liberdade e privacidade – fazendo-se necessário, conseqüentemente, a construção de novas moradias.

No que se refere ao terceiro componente do déficit habitacional, tem-se que é o ônus excessivo do custo do aluguel urbano para famílias que possuem renda de até três salários mínimos e que gastam, no mínimo, 30% de sua renda com aluguel do imóvel onde vivem. O quarto e último parâmetro que compõe o cálculo é a quantidade – ou adensamento – excessivo de moradores por dormitório em imóveis alugados. São considerados, neste parâmetro, por exemplo, os domicílios alugados que possuem mais de três moradores por dormitório. Juntos, os quatro componentes permitem a análise e avaliação do déficit habitacional de determinada região para que, posteriormente, sejam fomentadas políticas públicas que tenham como objetivo diminuir este déficit habitacional por meio de construção de moradias – como foi o caso dos programas habitacionais do Governo Federal já mencionados.

O déficit habitacional brasileiro sempre foi um tema bastante discutido no Brasil e representa um dos problemas mais graves do país. Em tempos de recessão e encolhimento das políticas públicas voltadas à habitação, o déficit habitacional costuma aumentar e preocupar ainda mais a população brasileira. Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgados em 2015, apontavam para um crescimento anual do déficit habitacional no país. Segundo o levantamento, mais de 3,8 milhões de moradias apresentavam problemas inerentes ao déficit habitacional.

A composição do déficit habitacional, segundo a pesquisa, se modificava de acordo com cada região analisada. O Norte e o Nordeste, por exemplo, sofriam mais com a coabitação familiar e habitações precárias, além do ônus excessivo com aluguel. Enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o maior problema no âmbito do déficit habitacional vinha do ônus excessivo do aluguel, seguido pela coabitação familiar.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (ABRAIN, 2019), sob encomenda da ABRAIN (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), revelou que o Brasil bateu a marca negativa de 7,77 milhões de residências de déficit habitacional, maior índice dos últimos dez anos – considerando o período entre 2007 e 2017. Dentre os componentes do estudo, a maior parcela do déficit (42,3%) é relacionada a famílias que têm despesas excessivas com aluguel.

A hipótese para incluir este indicador na pesquisa é que se trata de um sinal da escassez de domicílios no País, fato que obriga 3,29 milhões de famílias a pagarem valores elevados de aluguel, comprometendo em excesso seus orçamentos. Se este fator for desconsiderado, o déficit cai para 4,48 milhões de unidades, das quais 967 mil são em decorrência de habitações precárias, 3,2 milhões devido a famílias que convivem com outras famílias em um mesmo imóvel e 300 mil para famílias que alugam cômodos e os ocupam como moradia.

Por outro lado, o número pode ser maior se levada em conta a realidade de milhões de brasileiros que moram longe dos grandes centros para encontrar melhores preços e evitar que o aluguel comprometa excessivamente o orçamento. De acordo com o estudo, o custo e o tempo perdido com transporte no deslocamento ao trabalho insere a questão da moradia no contexto mais amplo da habitação.

Os maiores gargalos estão nas faixas de renda até 1 salário mínimo (40,6%) e entre 1 e 3 salários mínimos (51,1%), somando 91,7% do total deficitário e 100% das famílias que têm ônus excessivo com aluguel. O número de moradias que possuem problemas previstos no déficit habitacional, no entanto, deve estar bastante defasado – e muito acima do que havia sido identificado alguns anos atrás. Estima-se que a crise financeira que acometeu o país nos últimos anos – de 2013 até atualidade – gerou desemprego e perda de poder aquisitivo, elevando consideravelmente este déficit habitacional, que pode ter ultrapassado 6 milhões de moradias. Especulações do mercado imobiliário atestam a necessidade e o potencial do país para apostar em novas edificações.



No estudo, a FGV projetou a quantidade de moradias necessárias nos próximos dez anos para atender a todas as famílias brasileiras em 2027, tendo como base a proporção de uma família por residência e considerando o fluxo da demanda, isto é, a formação de novas famílias no período. Neste cenário, será preciso entregar 12 milhões de novas residências, ou seja, média de 1,2 milhão por ano.

De acordo com o levantamento, o potencial de mercado para novas habitações no País é grandioso. As 12 milhões de unidades que seriam totalmente preenchidas dentro de dez anos (sem levar em conta fatores econômicos, e sim na hipótese de que toda família teria uma casa para habitar) representam todo o estoque de residências da Califórnia e é ligeiramente inferior à totalidade de moradias de países como Polônia (14 milhões) e Espanha (18 milhões).

No entanto, há estudos que mostram que essas unidades disponíveis no Brasil já seriam suficientes para acomodar toda família desabrigada. No entanto, essas moradias encontram-se vazias pelo alto custo de aluguel cobrado que não é compatível ao padrão econômicos de muitas famílias brasileiras, principalmente, pelo índice de baixa renda e pela consequente crise econômica dos últimos anos. O desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, que pegou fogo e foi ao chão no centro de São Paulo, não apenas escancarou o problema do déficit habitacional no Brasil como jogou luz sobre a situação dos imóveis vazios que, mesmo sem condições adequadas, atraem milhares de pessoas em busca de teto.

O país tem, pelo menos, 6,9 milhões de famílias sem casa para morar e de aproximadamente 6,05 milhões de imóveis desocupados há décadas. Esse descompasso, que já havia sido indicado pelo Censo de 2010, tem motivado uma onda de ocupações e invasões em uma escala jamais vista no país, diz o urbanista Edésio Fernandes (BBC, 2018)<sup>7</sup>, professor de direito urbanístico e ambiental da *University College London* (UCL).

O direito à moradia está citado no Art.6º da Constituição Federal, mas a persistência de um déficit habitacional superior a seis milhões de domicílios mostra que este direito social ainda não é efetivo para todos os brasileiros. Conforme apresentado, o ônus excessivo com o aluguel e a coabitação familiar são os principais componentes do déficit habitacional, problemas que penalizam a população.

---

<sup>7</sup> BBC NEWS BRASIL. Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. Fernanda Odilla, Nathalia Passarinho e Luís Barrocho, da Da BBC Brasil em Londres, publicação: 7 maio 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774>>. Acesso em 11 nov. 2022.

Em situação de rua, pesquisa publicada pelo Ipea com base em dados de 2015, estima-se que o Brasil tem mais de 101 mil moradores. A maior parte dessa parcela da população está concentrada nos grandes municípios, segundo “*Texto para Discussão Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*”, do Ipea. Das 101.854 pessoas em situação de rua, 40,1% encontram-se em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% habitam municípios com mais de 100 mil pessoas. Já nos municípios menores, com até 10 mil habitantes, a porcentagem apresentada foi bem menor, qual seja, apenas 6,63%.

Segundo Marco Antônio Natalino – especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ipea e também autor do estudo –, a importância de dados atualizados sobre o tema é urgentemente necessária, pois eles são essenciais à formulação e implementação de políticas públicas para essa parcela de brasileiros. Para os municípios com mais de 100 mil habitantes, Natalino diz que é preciso ir além das informações básicas.

Recomenda-se que seja incentivada a realização de pesquisas municipais com a população em situação de rua neste grupo de cidades. Nos municípios menores, o desenvolvimento e a disponibilização de metodologia de diagnóstico da população de rua pode fomentar a incorporação desse segmento nas atividades de vigilância socioassistencial desenvolvidas pelos governos municipais. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua*. Publicação: 16 jan. 2017.)

O pesquisador propôs ainda, que a contagem dessa população seja incorporada ao Censo de 2020 e que o governo federal incentive as gestões municipais a conhecerem melhor quem está em situação de rua. No plano das Políticas Públicas, este estudo alerta também para a necessidade de a população que vive nas ruas ser incorporada ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e, assim, obter acesso à transferência de renda e habitação, por exemplo.

Até 2015, apenas 47,1% da população de rua estimada estava cadastrada no CadÚnico. Conforme asseverou Natalino (IPEA, 2016), “A ampliação da cobertura do cadastro nesse segmento populacional permitiria, para além do acesso desse público aos programas sociais, a realização de estudo de perfil dessa população com base nos dados do cadastro”.

De acordo com as PNADs, a vontade de formar um domicílio independente é maior entre os chefes das famílias secundárias, com idades entre 21 e 30 anos, os

quais apontam a falta de recursos financeiros como o principal empecilho para sair da casa dos pais. Na última década aumentou o número de jovens dependentes no Brasil, especialmente em áreas urbanas. Embora à medida que os jovens envelhecem maior a probabilidade de buscarem sua independência domiciliar, as taxas mais elevadas de crescimento dos jovens dependentes nas faixas etárias superiores, indicam que os jovens brasileiros, a exemplo do que tem acontecido em outros países, estão postergando cada vez mais o momento da saída da casa dos pais.

A idade com que os jovens decidem sair da casa dos pais eleva-se à medida que estes passam mais tempo na escola. Contudo, isso não significa que a educação evita a emancipação domiciliar, pois os jovens mais “capacitados” têm maiores probabilidades de sair de casa inclusive em busca de mais educação. Quanto maior o nível educacional dos pais, maior a chance de o jovem sair de casa para continuar seus estudos. A participação do jovem no mercado de trabalho enquanto ainda mora com os pais é uma etapa do ciclo de vida que precede a sua independência. Assim, a decrescente oportunidade de emprego para os jovens diminuiu as chances de se tornarem independentes (PNAD, 2020).

Os homens são mais propensos a sair de casa em anos de forte crescimento econômico. Ou seja, os jovens apresentam uma “percepção de pobreza” ao decidir quando podem sair de casa. Isso ocorre, sobretudo, entre as famílias pobres, que recorrem à extensão do domicílio para superar as dificuldades financeiras. As condições do mercado habitacional também são importantes para explicar a formação de novos domicílios: um aumento nos aluguéis e nos preços das moradias desencoraja a saída da casa dos pais.

Estudos para o caso do Brasil confirmam os resultados internacionais. À medida que envelhecem, os jovens são mais propensos a sair de casa. Porém, a partir de certa idade, ocorre o oposto, mostrando falta de alternativas ou assistência aos pais idosos. As mulheres e os afrodescendentes saem mais cedo de casa. Quanto maior o nível educacional do jovem, maior a probabilidade de continuar morando com os pais, onde a família dá suporte à obtenção de mais educação.

Os jovens empregados apresentam maior propensão para formar um novo domicílio. Jovens residentes em cidades grandes têm maior probabilidade de serem dependentes, refletindo um mercado habitacional mais caro. Os aluguéis formais são a principal escolha dos jovens independentes. Esses resultados mostram o alto impacto do mercado habitacional na formação de novos domicílios, evidenciando que

a elevação recente nos preços dos imóveis aumentou o déficit habitacional por ônus excessivo com aluguel e coabitação e diminuiu as oportunidades dos jovens se tornarem independentes.

Em suma, os estudos mostram que a população jovem necessita de uma oferta habitacional variada, com moradias baratas e bem localizadas que lhe confirmem flexibilidade para mudar em busca de emprego ou de educação. A compra da casa própria não se caracteriza como a melhor alternativa habitacional para os jovens brasileiros. Isso posto, torna-se fundamental que haja o fortalecimento do mercado de aluguéis, aumentar as moradias estudantis ou, ainda, criar programas habitacionais específicos para essa faixa etária.

Para calcular e definir os quadros de déficit habitacional e o de inadequação habitacional de determinada região ou do país, algumas instituições de pesquisas voltadas à política habitacional empregam seus métodos e denominam os indicadores que compõem estes quadros. Algumas dessas instituições – inclusive citadas no decorrer deste trabalho – são: Fundação IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação João Pinheiro (FJP), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), entre outras. Nesse sentido, o presente tópico destaca como estão caracterizados os principais componentes do déficit habitacional apontados pela Fundação IBGE, quais sejam: a coabitação familiar, os domicílios rústicos e os domicílios improvisados.

Para tratar dos componentes do déficit habitacional, o primeiro procedimento deve ser o de definir a categoria coabitação familiar. Ela agrupa as famílias classificadas pelo IBGE como secundárias, ou seja, famílias que residem num mesmo domicílio com outra família, denominada principal. Sua inclusão como componente do déficit habitacional deve-se “à expectativa, em todos os setores da sociedade, de que não é apenas desejável, mas possível e esperado que toda família nuclear possa ter acesso a um lar exclusivo”. (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico)

Para quantificar as famílias secundárias, deve ser calculada a diferença entre o número total de famílias em domicílios particulares e o número de domicílios particulares, obtendo, desta forma, o número de famílias que dividem com outras uma mesma moradia. A esse grupo somam, posteriormente, o número de famílias que vivem em cômodos alugados e cedidos, sob a justificativa de que tais famílias também não contam com moradia de uso exclusivo e, assim, demandariam a construção de unidades habitacionais. “Cômodo”, aqui, refere-se a um dos tipos de domicílio da

Fundação IBGE e corresponde a “domicílio que ocupa um ou mais cômodos de uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco, etc.”

Os domicílios rústicos, categoria que reúne, na definição da Fundação IBGE, domicílios permanentes em edificações cuja “construção é predominantemente feita por material improvisado, ou seja, paredes de taipa não-revestida, madeira aproveitada ou material de vasilhame; piso de terra, madeira aproveitada, tijolo de barro cozido ou adobe; cobertura de madeira aproveitada, palha, sapé ou material de vasilhame”. Além do desconforto para seus moradores, em decorrência das péssimas condições de salubridade, o domicílio rústico representa risco de contaminação por doenças e risco de desmoronamento – o que justifica a necessidade de ser substituído, mediante construção de unidade habitacional adequada.

A categoria de domicílios improvisados agrupa, conforme definição da Fundação IBGE, os domicílios “localizados em unidades que não têm dependência destinada exclusivamente à moradia, tais como: loja, sala comercial, etc.”. Inclui ainda “prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta, etc., que estava servindo de moradia” por ocasião do levantamento de campo. Reúne domicílios que, com certeza, devem ser substituídos e só podem ser identificados por uma pesquisa censitária.

A inadequação habitacional agrupa os domicílios com uma ou mais carências, mas sem a mesma gravidade dos problemas detectados no déficit. Podem, portanto, assegurar condições mínimas de habitabilidade mediante programas alternativos à construção de novas moradias: reformas, ampliações das unidades habitacionais e/ou das redes de abastecimento e coleta de serviços públicos.

A inadequação de habitação congrega famílias com uma ou mais necessidades, mas sem a mesma severidade que os problemas identificados no déficit. Com programas alternativos para a construção de novas casas, é possível garantir condições mínimas de habitabilidade, quais sejam: reformas, ampliações de unidades residenciais e/ou redes de suprimentos e coleta de serviços públicos.

Dentre os componentes da inadequação habitacional, este tópico destaca os seguintes: adensamento excessivo; comprometimento excessivo da renda com aluguel; casas de alvenaria e apartamentos localizados em favela; cortiços; infraestrutura urbana inadequada.

A identificação dos domicílios com adensamento excessivo necessita da definição do limite aceitável de pessoas por domicílio. Para tanto, utiliza-se o indicador

“moradores por dormitório” definido pela Fundação João Pinheiro como “congestionado”, sendo todo o domicílio com presença de mais de três pessoas por dormitório, com a justificativa de que, no Brasil, os domicílios particulares permanentes possuem, em média, de três a quatro moradores. Além de diferenciar a densidade excessiva por classes de renda familiar, os domicílios são separados em duas categorias – casas e apartamentos –, pois é possível estabelecer programas de ampliação para as casas, enquanto os apartamentos congestionados demandam a mudança dos moradores para um domicílio maior.

No cálculo desse primeiro componente da inadequação habitacional, parte da consideração de que o adensamento excessivo existe quando o espaço não é suficiente para os seus ocupantes e/ou se encontra congestionado. O cálculo do adensamento excessivo deve ser feito por dois procedimentos diferentes. O primeiro procedimento implica na classificação dos domicílios pelo espaço interno disponível.

O indicador da Pesquisa de Condições de Vida (PCV) para medir o espaço considera, simultaneamente, o número e os tipos de cômodos, além de identificar o uso (privativo ou coletivo) da cozinha, do banheiro e do tanque de lavar roupas. Assim, para o domicílio ter espaço interno adequado, além de dispor de tanque de lavar roupas de uso exclusivo dos moradores, deve possuir a composição mínima de quarto, sala, cozinha e banheiro.

As moradias onde não há o espaço mínimo indispensável são classificadas como impróprias, porque sua exiguidade exige sobreposição de funções e integram a inadequação. O segundo procedimento (adotado especificamente para o cálculo do déficit habitacional, porque não-incorporado à classificação usual da PCV, foi a identificação, entre os domicílios com espaço interno adequado, daqueles onde há, simultaneamente, mais de uma pessoa por cômodo e mais de duas pessoas por quarto.

Assim, é considerada adequada a situação de uma casa com quarto, sala, cozinha e banheiro onde moram um casal e um filho; apesar de haver mais de duas pessoas por quarto, há menos de uma pessoa por cômodo. Da mesma forma, é adequada a condição de um apartamento com quatro quartos, sala, cozinha e banheiro onde vivem oito pessoas; apesar de haver mais de um morador por cômodo, há duas pessoas por dormitório. Os domicílios onde há espaço interno suficiente, mas que foram classificados como congestionados, entram na inadequação (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1995).

Nesse componente da inadequação – adensamento excessivo –, a classificação da Fundação Seade apresenta vantagens em relação à da Fundação João Pinheiro. Em primeiro lugar, porque avalia os cômodos disponíveis, comparando-os a um padrão mínimo aceitável. Em segundo lugar, porque identifica, para os domicílios que dispõem desse espaço interno indispensável, situações de congestionamento por um duplo indicador, o que resulta em uma classificação mais apurada.

Por fim, porque a Fundação João Pinheiro baseou-se nos dados da PNAD, a qual, como lembraram os próprios autores, define dormitório como “qualquer cômodo que estivesse, em caráter permanente, servindo de dormitório para membros do domicílio. Com esse conceito, as famílias em que uma ou mais pessoas dormem regularmente na sala ou na cozinha não são identificadas como demandantes de ampliações.

Os casos de comprometimento excessivo da renda familiar com o aluguel da moradia devem ser indispensavelmente calculados para analisar a inadequação habitacional. Na definição operacional da questão, os técnicos da Fundação João Pinheiro identificam o comprometimento excessivo quando as famílias despendem mais de 30% da renda com o aluguel.

O argumento central admite que, nesses casos, as famílias carentes necessitem de programa alternativo à construção de novas unidades habitacionais, pois o problema poderia ser resolvido, ao menos em parte, com o estoque de domicílios vagos identificado pela Fundação IBGE. O limite de 30% foi adotado por analogia ao procedimento usado pela Caixa Econômica Federal e por outras agências de financiamento habitacional, que consideram essa porcentagem o máximo tolerável de gasto direto com habitação para os mutuários que pagam prestações da casa própria.

No entanto, os técnicos da Fundação João Pinheiro ressaltaram a possibilidade de que o índice adotado subestimasse o problema, uma vez que “para as famílias de menor renda mensal – até um salário mínimo, por exemplo – mesmo gastos de 10% a 30% podem pesar excessivamente sobre seu orçamento”.

Apesar dessa ressalva (comprometimento da renda familiar com aluguel ser maior exatamente para as famílias de mais baixa renda), consideram ser esse o limite máximo aceitável no comprometimento da renda, independentemente da faixa de rendimentos. Além de indicar as parcelas mais carentes (até dois salários mínimos e

de dois a cinco salários mínimos), fazem distinção entre dois grupos de famílias: as que comprometem de 30% a 50% da renda com o aluguel e as que desembolsam mais de 50% (GENEVOIS, 2001).

O cálculo da Fundação Seade sobre comprometimento excessivo da renda com aluguel foi feito de forma diferente. Em vez de identificar os domicílios carentes, foram excluídos da análise o subconjunto formado pelos 25% das famílias de mais alta renda.

Quanto à definição do índice máximo de comprometimento da renda familiar com aluguel, foi mantido aquele proposto pela Fundação João Pinheiro, mesmo concordando com a suposição que, para famílias com renda mais baixa (um salário mínimo, por exemplo), a despesa com aluguel em porcentagem inferior a 30% já compromete as demais necessidades básicas (FUNDAÇÃO SEADE).

No cálculo da Fundação Seade foram identificados, em seguida, as casas de alvenaria e apartamentos localizados em favela. Não entraram no déficit em razão das grandes variações observadas, atualmente, nos domicílios favelados – tanto pela ocupação do solo quanto pela habitabilidade das moradias –, o que levaria a uma superestimação da necessidade de novas construções. No entanto, pressupõem programas específicos conforme a situação particular de cada favela e de cada moradia; quando uma reforma não é suficiente e as condições exigem a desocupação de toda uma área, com a remoção das famílias, devem integrar o déficit.

Os cortiços, para a Fundação Seade, também constituem o componente da inadequação habitacional. Na PCV, esses domicílios não duplicam a contagem com eventuais cortiços em favela pois, neste caso, eles são classificados como moradia em favela. Da mesma forma que, para a categoria anterior (casas de alvenaria e apartamentos localizados em favela), os cortiços não entram no déficit devido à variedade de situações encontradas atualmente: há casos em que programas especiais de reforma podem garantir a habitabilidade dos domicílios e outros em que a precariedade das condições exige a desocupação, com a remoção das famílias destes, sem dúvida alguma, devem fazer parte do déficit.

A infraestrutura urbana inadequada também é tratada pela Fundação João Pinheiro de forma diferenciada para as três faixas de renda domiciliar mencionadas. Buscando “levar em conta a real situação econômica dos moradores dos domicílios”, os técnicos da Fundação João Pinheiro definiram, para cada faixa de renda, um padrão mínimo de aceitabilidade dos serviços de infraestrutura básica (energia



elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), abaixo do qual o domicílio foi considerado inadequado.

Mesmo “correndo o risco de sofrer críticas doutrinárias”, justificaram tal procedimento com a “suposição de que, dependendo dos setores sociais, maiores ou menores seriam os níveis de exigência dos moradores com os serviços oferecidos”. Além da infraestrutura, classificaram como de estrutura física inadequada os domicílios que não apresentavam instalações sanitárias internas e de uso exclusivo, independentemente da faixa de renda de seus moradores.

A Fundação Seade tratou esse componente da inadequação habitacional – infraestrutura inadequada – de forma radicalmente diferente. Para a PCV, o padrão de adequação desse componente corresponde ao acesso às quatro redes públicas de abastecimento e de coleta; como única exceção, aceita-se fossa séptica como alternativa à rede de esgoto, pois impede a contaminação do solo.

É fundamental, aqui, uma explicação mais detalhada sobre o tema. A proposta da PCV é considerar a infraestrutura domiciliar urbana na sua dimensão coletiva – ou seja, baseia-se na percepção de que as formas de abastecimento de água e de luz, bem como as alternativas para a coleta do lixo e do esgoto domésticos adotadas nas residências urbanas podem ter consequências tanto para a moradia em questão, como para o conjunto de habitações do qual faz parte. Assim, não é qualquer alternativa às redes públicas que garante a manutenção da saúde coletiva.

A luz elétrica, quando não existe, é substituída por lampião a querosene, velas, etc., que não garantem a segurança dos moradores contra incêndios. O lixo doméstico, quando não é coletado, favorece a contaminação dos reservatórios de água – particulares (poços) ou coletivos (represas). Quando é jogado em rio, riacho ou represa, a poluição é direta; quando jogado em terreno baldio ou enterrado, a contaminação se dá com as chuvas e com a infiltração do solo até os lençóis de água. Queimar o lixo – alternativa à coleta considerada adequada em alguns estudos baseados em pesquisas domiciliares – também não resolve satisfatoriamente a necessidade de um destino adequado para os dejetos dentro da cidade.

O abastecimento de água, dentro da cidade, feito por bica, nascente ou poço de uso coletivo – sem o controle dos órgãos públicos competentes não tem garantia de salubridade. Quando a água é recolhida de poço individual, os eventuais cuidados da família moradora que o utiliza não são suficientes para garantir que, com a densidade populacional urbana, não haja contaminação subterrânea da água obtida.

Muitos dos destinos alternativos dados ao esgoto doméstico também comprometem a salubridade dos reservatórios de água.

Somente a fossa séptica pode ser considerada uma alternativa adequada à rede pública de esgotamento sanitário, pois ela tem as paredes revestidas – isolando os dejetos da possível contaminação subterrânea do solo – e o devido tratamento dos resíduos. Portanto, em relação ao componente da infraestrutura urbana, os procedimentos da Fundação Seade foram bem diferentes daqueles adotados pela Fundação João Pinheiro.

Na primeira, nem se chega a discutir a pertinência de diferenciar a inadequação conforme as faixas de renda familiares, uma vez que a consideração da infraestrutura sob uma perspectiva coletiva elimina a necessidade de diferenciar moradias situadas em áreas urbanas. Pode-se até apontar um argumento contrário a tal procedimento, lembrando que os graus de adensamento habitacional não são homogêneos, mesmo em centros urbanos com mais de 50 mil habitantes, como aqueles investigados pela PCV.

No entanto, em razão dos graves problemas que podem ocorrer com a contaminação dos reservatórios de água das cidades, é preferível garantir a devida proteção, mesmo correndo o risco de superestimar a inadequação habitacional. A avaliação da estrutura física do domicílio, incorporada pela Fundação João Pinheiro neste componente da inadequação habitacional, já havia sido considerada no cálculo da Fundação Seade, quando se procedeu à classificação das moradias conforme o espaço interno.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) produz informações sobre as condições de moradia da população, em termos de saneamento básico e outras características habitacionais, e, também, sobre a posse de um conjunto de bens duráveis importantes para a saúde, o acesso à informação e o nível da qualidade de vida das pessoas. Os indicadores produzidos pela PNAD anualmente sobre este tema permitem acompanhar a evolução das condições habitacionais da população.

### **2.1.3 Habitação e moradia**

A habitação é, sem dúvidas, um dos problemas que mais provocam impasses

no Brasil. Seja pelo Estado capitalista<sup>8</sup>, que tem a função de fomentar políticas voltadas para a questão habitacional, seja pela ação de representantes de movimentos sociais que denunciam o difícil acesso à moradia, a habitação configura-se como terreno fértil para debates, discussões e denominadores múltiplos.

Habitação faz parte da história do homem que sempre procurou um lugar para se proteger do frio, da chuva, dos animais selvagens, entre outros fatores. Fosse em cavernas ou em tendas, desde sua forma mais primitiva, o espaço da moradia se articulou à ideia de um abrigo contra invasores, um lugar para se proteger. A habitação é, portanto, essencial, e todos precisam dela, independentemente da situação social. Isso posto, deve ser vista como produto de uma necessidade humana fundamental para cada cidadão.

Segundo Medeiros (2007), a habitação, fundamental para nossas vidas, é indispensável para a reprodução social dos indivíduos (pobres e ricos); também é constituída no espaço do cotidiano e da intimidade, no lugar onde grande parte da experiência humana ocorre. Um lugar essencial para as pessoas, a habitação, é, portanto, um espaço para suas atividades diárias, um refúgio para a intimidade, que oferece mais segurança e senso de bem-estar, para que indivíduos e grupos sociais possam desenvolver suas habilidades e expressar suas vontades.

A casa desempenha um papel primordial na implementação de diversas atividades essenciais, o aconchego, a impessoalidade, o calor, a afetividade, a privacidade e permite ao indivíduo sua inclusão à sociedade. Ter uma moradia é uma questão de dignidade humana. Viver não significa apenas ter um lugar onde se atenha à sociedade e onde se vive sozinho ou como uma família. É também ter um lugar para encontrar pessoas para viver uma vida social.

Partilhar de uma esfera que corresponde ao meio mais próximo, a de vizinhos acessíveis, a habitantes dispersos, ou dos blocos e o bairro nas cidades. Morar é, assim, ocupar um lugar importante especialmente na esfera da família, dos vizinhos e amigos. Essa possibilidade social desempenha um papel essencial tanto para o indivíduo quanto para a sociedade em geral, pois está diretamente relacionado à forma de sobrevivência humana.

As peculiaridades intrínsecas à habitação colocam-na em um nível de grande relevância, reconhecido como direito público. É um fator crucial na inclusão social,

---

<sup>8</sup> Neste estudo, esses termos referem-se às instâncias municipal, estadual e nacional.

pois além da oferta de acomodação e da ampla gama de possibilidades de proteção e segurança, representa um ambiente permanente do cotidiano de seus usuários. No entanto, conforme Rodrigues (1952), devido ao aumento das terras urbanas e da moradia, nem todos têm acesso a esse imóvel, já que a terra é uma mercadoria e tem um preço definido pelo imóvel. Além disso, não se avalia o imóvel pela capacidade de seus compradores de pagar conforme sua produção e renda.

O aumento dos preços da terra como resultado da crescente especulação imobiliária transformou o espaço urbano em um cenário de disputas e interesses divergentes, sem a participação de parcela da população que é incapaz de arcar com os gastos do mercado habitacional. Portanto, o que deve garantir a igualdade e o direito à moradia, revela o seu lado perverso de exclusão social.

Diante dessa comercialização de terras urbanas e habitação, a população de baixa renda dificilmente poderá participar deste mercado por conta própria, necessitando-se do Estado para o fornecimento de moradias, bem como da intenção do Estado na criação de emprego e renda, educação, saúde, segurança e outros serviços essenciais que são os direitos sociais dos cidadãos.

A habitação é uma propriedade de extrema importância e um direito de todo cidadão. Internacionalmente, aparece expresso no Artº 25, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. No contexto nacional, podem ser apontados dois marcos legais que fornecem garantias e o direito à habitação. A primeira é a Constituição Federal de 1988, principalmente no âmbito do Art.62, que abrange a habitação como um dos direitos sociais, bem como os Arts. 182º e 183º, que visam a gestão da política urbana.

A segunda é a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, do Estatuto da Cidade, que regulamentou o capítulo da política urbana (Arts. 182o e 183o) da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de estabelecer o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, políticas públicas e normas de interesse social que regem o uso da propriedade urbana para o benefício, segurança e bem-estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental.

Portanto, segundo Martins (2007), o acesso à moradia não é apenas uma necessidade, mas também um direito de todo o cidadão. Entretanto, a possibilidade de aquisição de moradias por parte da classe de menor compra, está associada a uma série de dificuldades, incluindo desigualdade social, política de exclusão

habitacional, falta de emprego, má distribuição de renda, entre outras.

A falta de recursos financeiros de parte da população, reflete o modo como esses indivíduos moram. Isto porque, muitas vezes, essas moradias são caracterizadas por ocupações irregulares, próximos a espaços públicos e privados, áreas ecologicamente vulneráveis, como margens de rios e encostas, levando a uma expansão desordenada da cidade, refletindo desigualdade e exclusão social (MARTINS, 2007)

Muitos encontram-se em plena situação de abandono, vivendo em locais, pontes e viadutos, e em diferentes situações de risco. Trata-se de um problema que é ignorado por aqueles que devem garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, visto que há falta de políticas públicas mais intervencionistas e enérgicas.

#### **2.1.4 A Política Habitacional no Brasil**

No que se refere às políticas habitacionais, infere-se que estas passaram por diferentes momentos ao longo da história do Brasil. Com avanços e retrocessos, tais políticas ora representaram períodos de esvaziamento de programas habitacionais, principalmente aqueles destinados às classes sociais menos privilegiadas, ora configuram-se como uma tentativa de enfrentar o déficit do setor, de forma mais incisiva.

No âmbito federal, programas e projetos habitacionais foram criados e implementados em várias cidades brasileiras, através da construção de conjuntos habitacionais. No entanto, mesmo com algumas modificações nessa questão, os problemas relacionados à falta de moradia ainda não foram totalmente resolvidos. A propósito, quando se objetiva um estudo relacionado ao acesso à moradia no Brasil, estima-se, prioritariamente, uma análise voltada para as cidades capitalistas, em que há a distribuição desigual de padrões urbanos (RODRIGUES, 2016).

As políticas habitacionais dos governos de Fernando Henrique Cardoso, seguindo a linha neoliberal de redução dos gastos sociais, podem ser definidas pelo seu baixo orçamento. Elas logram ser caracterizadas por manterem a tradição excludente e elitista das políticas habitacionais até então, como aconteceu, por exemplo, com a política habitacional do Banco Nacional da Habitação (BNH). Desse modo, investiu-se pouco em moradias para as famílias de renda mensal inferior a três

salários mínimos.

Nesse período, entre os anos de 1991 e 2000, de acordo com Bonduki (2008), o déficit habitacional brasileiro teve um crescimento de 19,9%. E foram as famílias de baixa renda as que mais tiveram o seu déficit habitacional aumentado: nas faixas de renda inferior a 2 salários mínimos houve um crescimento de 40,9% do déficit.

O elevado déficit não significa que não exista um estoque de moradias no Brasil. Existe sim. De acordo com o Censo do IBGE, em 2010, existiam mais de 6 milhões de imóveis vazios. No entanto, muitos destes estão submetidos à especulação imobiliária, ou seja, estão esperando que o seu valor de mercado aumente. Os anos 1990 foram marcados ainda pela redução dos direitos sociais, a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e a queda de salários de algumas ocupações.

Em conformidade com a Lei Distrital nº 3.877/2006, em 2005 foi criada a Lei nº 11.124, que estabelecia a abertura do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Após 13 anos circulando no Congresso Nacional até sua aprovação, a referida normativa estabeleceu o processo de participação para elaborar os planos nacionais de habitação e formação de fundos conjuntos em vários níveis do governo federal.

Esses planos passariam a ser controlados por conselhos com a participação da população, e teriam como objetivos propor medidas para os planos locais de interesse social. Com a criação do SNHIS, discutida intensamente entre os atores envolvidos, esperava-se que a política habitacional percorresse o caminho definido para sua implementação. Contudo, isso não aconteceu, posto a dificuldade que os participantes enfrentaram junto à conclusão de um vínculo orçamentário por meio de Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

O SNHIS se originou de um projeto de lei da iniciativa popular que foi submetida ao Congresso Nacional em 1992. Mais de um milhão de assinaturas foram coletadas com o apoio de comunidades de igrejas de base, que foram principalmente associadas à Igreja Católica. Este foi um dos quatro projetos de iniciativa popular que se tornaram lei desde a constituição de 1988. O povo brasileiro tinha o direito de propor novas leis.

Como a Câmara dos Deputados não pôde verificar a autenticidade de todas as assinaturas, esse projeto de lei foi certificado por Nilmário Miranda. O projeto contou também com a ajuda do Fórum Nacional de Reforma Urbana, a fim de criar um fundo

público que atenda aos requisitos de habitação pública.

Essa iniciativa surgiu na era Collor como uma ação direcionada das unidades da sociedade civil organizada. Entre os principais grupos de atores envolvidos estão a Confederação Nacional das Associações de Cidadãos, a Sede dos Movimentos Populares, a União Nacional da Habitação Popular e o Movimento Nacional pela Luta pela Moradia.

A ementa original do Projeto de Lei nº 2710 de 1992 incluía a criação do Fundo Nacional da Habitação Popular e do Conselho Nacional da Habitação Popular, entre outras medidas. A redação final sugeriu mudanças no projeto e o novo cardápio tratava do Sistema Nacional de Habitação Social, a criação do Fundo Nacional de Habitação Social (FNHIS) e seu Conselho de Administração.

Após 13 de junho de 2005, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, foi sancionada e administrada no Diário Oficial (DOU). Esta lei prevê um processo participativo para o desenvolvimento do plano habitacional e a administração do fundo, que são divididos nos vários órgãos e conselhos federais públicos com a participação da população e com ações planejadas em Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

Os termos de seguro são obrigatórios para as administrações federais que desejam regular o sistema e são preocupações federais. Esses contratos devem incluir as necessidades habitacionais de cada comunidade e estratégias para gerenciar o déficit habitacional. A articulação das três unidades federadas, coordenada pelo Ministério das Cidades, foi uma proposta feita em 2000 como parte do projeto habitacional em que acadêmicos, organizações não-governamentais, sindicatos e poderes se reuniram para discutir a Política Nacional de Habitação (PNH). Os principais eixos da PNH foram política fundiária, política fiscal e estrutura institucional.

Além disso, o Conselho Nacional de Cidades e Conselhos Estaduais e Municipais previram mecanismos de controle social para administrar fundos habitacionais com fundos familiares para subsidiar a baixa renda. Para dar acesso à habitação, foi necessário aprovar o projeto de lei para uma iniciativa popular para a criação do SNHIS e FNHIS, que estava no Congresso Nacional há 13 anos. O equilíbrio entre o governo e as quotas de mercado foi previsto na estrutura financeira do SNHIS.

O primeiro tratava de medidas de habitação social, enquanto o segundo tratava

de medidas de mercado imobiliário e para atender à demanda de moradias, a fim de estender a oferta à classe média. A lei visava, portanto, criar um mecanismo de longo prazo, integrando as atividades do Estado e da economia de mercado. Portanto, foram propostos dois subsistemas que lidam de maneira diferente com a habitação social e a habitação comercial.

Os subsistemas regulam o acesso à moradia para aqueles que precisam de subsídios, separadamente daqueles que não precisam. A separação afeta as fontes de financiamento para cada subsistema. Para apoiar os subsídios necessários ao subsistema de habitação social, foram reservadas verbas do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT), Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS) e FNHIS (FAT) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), ou seja, fundos públicos ou administrados pelo governo.

O subsistema de mercado é mantido por meio da aquisição de fundos disponíveis no mercado de investimentos, por meio de contas de poupança ou por outros instrumentos, como títulos securitizados, garantidos pelos Certificados de Recebíveis Imobiliários, regulados pelo Sistema Financeiro Imobiliário. Dessa forma, o SNHIS queria criar uma estrutura de governança descentralizada.

Nesse sistema, a política habitacional dos governos federal, estadual e local seria implementada em uma cadeia com seus respectivos fundos e conselhos de participação social. Portanto, estava previsto um sistema público integrado com a inter-relação entre os planos nacional, estadual e local de habitação. Essas medidas visavam expandir a cooperação entre unidades federadas e reduzir sobreposições e lacunas institucionais. Esse sistema mostrou preocupação com o estabelecimento de políticas de longo prazo que envolvem diferentes níveis de governo.

O desenvolvimento de políticas direcionadas a qualquer tipo de realidade seria feito mediante o fortalecimento do papel dos estados e comunidades com a participação da sociedade. Vários grupos de atores, como ativistas do movimento social, acadêmicos e profissionais que discordavam do atual modelo de gestão foram convidados a participar da tomada de decisões e propor mudanças nas políticas públicas.

No entanto, a situação política mudou em 2005 e forçou o governo federal a negociar para expandir a participação dos envolvidos no executivo. Entre as demandas da coalizão, o chefe do ministério da cidade era uma das prioridades. Para evitar agravar a crise política, o governo abandonou a proposta de desenvolvimento



urbano integrado para as cidades brasileiras, e o SNHIS foi continuamente enfraquecido pela influência limitada dos movimentos sociais na discussão e aconselhamento sobre o uso dos recursos do FNHIS.

Durante esse período, o governo federal observou a adoção de uma alternativa de política habitacional projetada pelo SNHIS com a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O PMCMV consistiu em um novo programa habitacional projetado para ser uma maneira de aquecer a economia para enfrentar a crise financeira global que afetava o Brasil em 2008. O principal objetivo foi o de reduzir o déficit habitacional, criando mecanismos para promover a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificar imóveis urbanos e produzir ou renovar apartamentos rurais para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos.

Com essa iniciativa, o governo queria garantir às pessoas de baixa renda o acesso à propriedade da casa e influenciar o crescimento econômico criando empregos. No entanto, para criar o PMCMV, o governo federal teve que negociar e articular políticas que permitissem continuar com urgência o processo, e aprovar rapidamente a lei.

Note-se que a cidade capitalista é exclusiva, com cenários totalmente diferentes, com classes antagônicas. É nesse contexto que a habitação se insere com desigualdades que se manifestam de diferentes formas, especialmente, na maneira de habitar o espaço urbano. Nas últimas décadas, observa-se um interesse do capital em aplicar seus excedentes no espaço urbano, o que tem tornado as cidades ainda mais desiguais. Isto acontece tanto pela aplicação de capitais privados no espaço - a exemplo do que ocorre nos loteamentos murados e condomínios fechados, quanto através do investimento do Estado capitalista, ao ser promotor de infraestrutura desigual do espaço urbano.

De acordo com Lojkin (1981), as cidades possuem um papel econômico fundamental no desenvolvimento do capitalismo, e a urbanização é modelada de acordo com as necessidades de acumulação do capital. Para o autor,

[...] não se pode esquecer os limites das reformas urbanísticas, no interior do atual sistema, quando, sob a pressão de movimento de protesto maciço, o poder de Estado concede – contra sua própria lógica – algumas extensões de linha de metrô para o subúrbio ou a proteção do habitat urbano contra as auto-estradas ou os transportes em local próprio: esses limites capitalistas não devem ser atribuídos a uma opção urbanística nem a uma forma arquitetural peculiar, mas sim à segregação da qual são vítimas os trabalhadores com referência às

zonas de concentração dos equipamentos coletivos que permitem o pleno desenvolvimento das capacidades físicas e culturais da personalidade humana (LOJKINE, 1981, p. 179).

Aspectos esses que estão intrinsecamente relacionados às políticas habitacionais. Estudos sobre essas questões fazem parte do contexto contemporâneo, por isso, também a necessidade da compreensão dos elementos fundamentais para a produção e reprodução do espaço geográfico. E continua,

Enquanto os meios de circulação material (meios de comunicação) e social (bancos, créditos) são condições necessárias de reprodução do capital, os meios de consumo coletivo só intervêm no nível da reprodução da força de trabalho: decerto, indiretamente, - já o indicamos várias vezes - a reprodução socializada, ampliada, da força de trabalho é um fator cada vez mais decisivo da elevação da produtividade do trabalho; mas é também verdade que, do ponto de vista do capital, as despesas de consumo são despesas sem retorno que não permitem nem uma redução do tempo de circulação do capital. Neste sentido, elas permanecem sempre para o capital como despesas supérfluas que devem ser comprimidas ao máximo. Além disso, seu valor de uso específico (coletivo, indivisível, imóvel, durável...) onera sua rentabilidade capitalista, do ponto de vista dos agentes que as produzem: imobilização do capital, inadaptação aos critérios mercantis (LOJKINE, 1981, p. 161).

Como objetivo principal do capítulo, toma-se a questão da habitação, dada a urbanização brasileira e a comercialização de terrenos e moradias urbanas, a fim de argumentar que a habitação é uma questão-chave nas políticas públicas, capaz de se projetar como forma material de inclusão social. Pretende-se, assim, averiguar a questão habitacional no Brasil, bem como o acesso à moradia, para que seja possível compreender como as lutas que se manifestam nas cidades, em especial a realizada através dos movimentos populares urbanos, que possibilitam entender a cidade como valor de uso.

Pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, foi instituído o Plano Nacional da Habitação e criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), com sede no Rio de Janeiro. O banco deveria ser o gestor e financiador de uma política destinada a “promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”, bem como a ampliar as oportunidades de emprego e dinamizar o setor da construção civil. A pedra angular do BNH era o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que tinha por finalidade principal prover recursos que garantissem a execução do Plano Nacional da Habitação. Todas as operações de financiamento eram regidas

pelo mecanismo da correção monetária e calculadas a partir de Unidades Padrão de Capital (UPCs).

A estrutura interna do banco era composta por uma presidência e diretores de seis grandes áreas, a saber: área de Natureza Social; área de Administração e Controle Operacional; área de Operações Especiais, Desenvolvimento Urbano e Apoio; área de Programas Habitacionais; área de Agentes Financeiros, e área de Planejamento, Coordenação, Pesquisa, Controle Programático e Processamento de Dados. Criado o BNH, este se propôs o seguinte:

- a) coordenação da política habitacional e do financiamento para o saneamento; b) difusão da propriedade residencial, especialmente para as classes menos favorecidas; c) melhoria do padrão habitacional e eliminação das favelas; d) redução do preço da habitação; e) melhoria sanitária da população; f) estímulo à poupança privada e, conseqüentemente, ao investimento; g) aumento de investimentos nas indústrias de construção civil, de material de construção e de bens de consumo duráveis; h) aumento da oferta de emprego, visando a absorver mão-de-obra ociosa não especializada; i) criação de pólos de desenvolvimento com a conseqüente melhoria das condições de vida nas áreas rurais.<sup>9</sup>

Porém, após 22 anos de existência, o BNH foi extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de dezembro de 1986, do então presidente da República José Sarney, que também transferiu a função de coordenador do SFH para a Caixa Econômica Federal e a de regulador para o Banco Central. Antes disso, o governo federal havia criado a Fundação da Casa Popular (FCP), através do Decreto-Lei nº 9.218, de 19 de maio de 1946, e instituída pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo Dutra. A FCP tinha como principais finalidades:

- a) proporcionar a aquisição ou construção de moradia própria, na zona urbana ou rural, a brasileiros e a estrangeiros com mais de dez anos de residência no país; b) financiar obras de abastecimento d'água, esgotos, energia elétrica e outras que visassem à melhoria do bem-estar das camadas trabalhadoras; c) proceder a estudos que levam
- b) sem a processos de barateamento da construção habitacional; d) financiar indústrias de materiais de construção (GAMA, 2022).

---

<sup>9</sup> Essas informações representam um compilado das fontes: ANDRADE, L. Política; AZEVEDO, S. Política; BANCO NAC. HABIT. BNH; BANCO NAC. HABIT. Relatório; BOLAFFI, G. Habitação; Estado

Contudo, ao depender de verbas concedidas pelo governo, a FCP enfrentou nos seus primeiros anos, severas crises financeiras, até que a Lei nº 1.473, de 24 de novembro de 1951, promulgada já no governo de Getúlio Vargas, a dotou de recursos provenientes do Orçamento Geral da República para os dez exercícios financeiros subsequentes à promulgação da lei. Estima-se em 120 mil o total de unidades providas pela FCP, institutos e outros órgãos que promoveram a habitação no período entre as décadas de 1930 e 1964 (ano em que foi concomitantemente extinta a FCP e criado o BNH) (RANGEL, 2016).

Ainda, como assinala Bolaffi (1986), a sobrevivência política do novo regime dependia de “conseguir formular projetos capazes de conservar o apoio das massas populares, compensando-as psicologicamente pelas pressões a que vinham sendo submetidas pela política de contenção salarial. Para tanto, nada melhor que a casa própria”.

O modelo proposto pelo BNH representou uma grande inovação em termos de política habitacional. Em primeiro lugar, essa passou a ser comandada por um banco, ao contrário das “soluções” anteriores baseadas na FCP, caixas de pecúlio e órgãos previdenciários. Segundo, os financiamentos concedidos provinham de um mecanismo de compensação inflacionária — a correção monetária — que reajustava automaticamente os débitos e as prestações por índices correspondentes às taxas de inflação, enquanto as “soluções” precedentes eram implementadas na base de um sistema de subsídio habitacional.

E, finalmente, o modelo articulou o setor público com o setor privado, ficando este encarregado, em última análise, da produção, distribuição e controle das habitações. Como salienta G. Bolaffi (1986): “desde a sua constituição, a orientação que inspirou todas as operações do BNH foi a de transmitir todas as suas funções para a iniciativa privada. O banco limita-se a arrecadar recursos financeiros para em seguida transferi-los a uma variedade de agentes privados intermediários”.

No período de vigência do BNH (1964-1986), o financiamento para as famílias consideradas de baixa renda era realizado pelas Companhias Habitacionais (COHABs). Apesar de melhorias no setor habitacional, as COHABs não podem ser enquadradas como uma política de inclusão social. Muito embora tenham focado inicialmente no atendimento às famílias com renda de menos de três salários mínimos, posteriormente passou a priorizar a população com rendimento acima de três a cinco salários mínimos, desvirtuando assim a sua meta inicial. Isto se deu em

decorrência, principalmente, do alto índice de inadimplência na faixa de renda de até três salários mínimos.

Após algumas décadas, foi criado o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 (BRASIL, 2009), voltado para o atendimento de famílias de baixa renda, onde são investidos expressivos subsídios para a aquisição da casa própria. O supracitado programa habitacional, quando de sua primeira versão da fase inicial, de 2009 a 2011, teve como meta a construção de um milhão de moradias, em curto prazo, tendo para isso alocado R\$ 34 bilhões de reais (R\$ 25,5 bilhões do Orçamento Geral da União, R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ 1 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)).

Contudo, o que se observa, com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida é o direcionamento da ação estatal para uma solução voltada para a produção de habitacional, como o déficit e a inadequação habitacional.

Nesse processo, conforme coloca Nathália Oliveira, “não foram raros os momentos em que lideranças do Movimento de Moradia do Centro e da União dos Movimentos de Moradia se encontravam inseridas no Ministério das Cidades e participaram da elaboração e discussão de políticas nacionais para a habitação, como foi o caso do programa Lula, Minha Casa, Minha Vida, no início do ano de 2009”. (OLIVEIRA, 2010, p. 65). Une-se a isso, o fato de:

No dia de apresentação oficial do pacote habitacional. Minha casa, minha vida, em 25 de março de 2009, havia na plateia, diversas autoridades, políticos, representantes de empresas, construtoras, sindicatos e movimentos sociais. Dentre os representantes dos movimentos sociais, estava Gegê, uma das principais lideranças do Moradia do Centro (de São Paulo), quem cumprimentou com grande entusiasmo o presidente Lula, o vice-presidente e os ministros presentes. Parece-nos que as presenças dos movimentos sociais nestes eventos dão um “verniz popular” às iniciativas do governo, mas esses movimentos pouco deliberaram de fato (OLIVEIRA, 2010, p. 66).

Na página da internet da União Nacional dos Movimentos de Moradia, foram expostas algumas fotos de seus integrantes em uma discussão com alguns ministros a respeito do pacote habitacional que foi lançado por Lula no ano de 2009. O documento sugere uma abertura à participação dos membros dos movimentos de moradia no país.

Apesar da participação (ou não) dos membros dos movimentos sociais em prol da moradia não ser o objetivo desse capítulo, é importante que seja pontuado,

especialmente para que haja a compreensão do marco diferencial que esse projeto almejou alcançar.

A Reunião teve a participação da Ministra da Casa Civil Dilma Russef, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Ministro das Cidades, Marcio Fortes, o Secretário Geral da Presidência, Luis Dulci, a Secretária Nacional de Habitação Ines Magalhaes e o Vice-Presidente da Caixa, Jorge Hereda. Participaram da reunião as seguintes lideranças: Donizete, Matos e Evaniza (UNMP), Dito, Saulo e Paulo Cohem (CMP), Bartiria, Cesar e Valério (CONAM), Edymar, Antonio José e Miguel (MNLN), Ricardo Gouveia (FNRU) e os deputados federais Zezeu Ribeiro e Paulo Teixeira. A Ministra iniciou a reunião informando que havia realizado reuniões com os diferentes segmentos (movimentos populares, empresários e governos estaduais) para apresentar a linha das propostas sobre as medidas sobre habitação que o governo irá tomar, colher críticas e sugestões. Ainda não há um prazo para a apresentação dessas medidas. Defendemos a priorização dos investimentos para a baixa renda, onde o déficit é maior e mais difícil de ser enfrentado. Solicitamos que se coloque claramente a distribuição dos recursos e suas fontes.[...] (UNMP, 2009).

Como já mencionado, este programa visava atender famílias de até 10 salários mínimos, assim distribuídas: 400 mil unidades habitacionais (uhs) para famílias que se enquadram na faixa de renda 1 (um) que é de zero a 3 salários mínimos; 400 mil uhs para famílias que se inserem na faixa de renda 2 (dois) que é acima de 3 a 6 salários mínimos e 200 mil uhs para as famílias da faixa de renda 3 (três) que é acima de 6 a 10 salários mínimos.

Em 2010, a meta de 1 milhão de habitações construídas tinha sido alcançada pelo PMCMV fase 1 (um). Portanto, em 16 de junho de 2011, já no governo de Dilma Rousseff (2011-2014), teve-se o lançamento oficial da segunda fase do PMCMV, ou seja, o Plano Minha Casa Minha Vida (PMCMV) 2 (dois), no qual novas regras foram agregadas ao programa.

O PMCMV 2 (dois), 2011 a 2014, teve como meta a construção de 2 milhões de moradias com um investimento de R\$71,7 bilhões até 2014, sendo R\$ 62,2 bilhões do Orçamento Geral da União e R\$9,5 bilhões do FGTS. Ele abrange as capitais estaduais e suas respectivas regiões metropolitanas, o Distrito Federal e os municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes.

Pode ainda atender municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes desde que contemple alguns requisitos: população urbana superior ou igual a 70%; a taxa de crescimento da população superior a 5%, entre o período de 2007 a 2010

e taxa de crescimento populacional superior à taxa verificada no respectivo estado, no período de 2000 a 2010.

Nesta segunda fase do PMCMV houve mudanças quanto às faixa de renda que agora passam a ser relacionada a valores fixos: faixa de renda 1 (um) - contempla as famílias com renda de até R\$1.600,00, que na fase 1 (um) do programa era de zero a três salários mínimos; faixa de renda 2 (dois) - famílias com renda acima R\$ 1.600,00 até R\$ 3.100,00, que na fase 1 (um) era acima de três a seis salários mínimos; e faixa de renda 3 (três) - famílias com renda acima de R\$ 3.100,00 até R\$ 5.000,00, que na fase 1 (um) do PMCMV era acima de seis a dez salários mínimos.

Houve mudanças também acerca da distribuição das uhs por faixa de renda. Do montante de 2 milhões de moradias: 60% do total, ou seja, 1,2 milhões atenderam as famílias da faixa 1 (um) - até R\$ 1.600,00; 30% do total, ou 600 mil uhs, vão contemplar as famílias da faixa 2 (dois) - acima de R\$ 1.600,00 até R\$ 3.100,00 e 10% ou 200 mil atenderam beneficiar as famílias da faixa 3 (três) - acima de R\$ 3.100,00 até R\$ 5.000,00.

Os dados acima revelam que o PMCMV representou avanços na questão habitacional no Brasil. Neste curto período de atuação, aumentou consideravelmente o montante de subsídio para o setor habitacional e possibilitou a construção de um número significativo de moradias para a população de baixa renda projetando-se assim como uma conquista pelo direito à moradia.

De acordo com as estimativas das Nações Unidas, cerca de 100 milhões de pessoas em todo o mundo não tem onde morar e mais de um bilhão não tem uma habitação adequada. E se caso não se trabalhe para melhorar a situação, em 2050 o número pode chegar a três bilhões de pessoas vivendo em assentamentos precários.

No Brasil, estes dados também não são muito animadores, pois de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – 2013, o déficit habitacional no Brasil em 2012 era de 5,24 milhões de domicílios. Além disso, a nível nacional, a situação da provisão de habitação de interesse culminou no Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), de 2009. Este plano foi elaborado a partir de uma leitura regionalizada dos problemas habitacionais, tendo desenhado soluções aptas a cada situação, tendo como horizonte o ano de 2023.

Apesar desse contexto de adequação às diferentes realidades e

características de atendimento à moradia, observou-se, a partir de 2009, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um distanciamento das diversidades de alternativas postas, conjugando os esforços financeiros e públicos na provisão de moradia, a partir da construção de novas unidades imobiliárias.

O Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) definiu um conjunto de diretrizes e ações segundo uma proposta de recorte espacial por tipologia de municípios (variando de A a F), de forma que fosse elaborada uma leitura territorial aderente às condições de déficit habitacional e às necessidades habitacionais futuras. De acordo com este recorte, o Distrito Federal enquadra-se na categoria B, correspondendo à municípios integrantes de regiões metropolitanas e municípios com mais de 100 mil habitantes. Esta categoria refere-se às regiões metropolitanas e principais aglomerações e capitais do centro-sul do país, situadas em regiões de alto estoque de riqueza e grande importância funcional na rede de cidades (IPEA, 2012).

A terra urbana assim como a habitação constitui-se em um bem com grande valor, gerando interesses diversos, sendo beneficiados aqueles que possuem mais recursos. Diante desta situação, para as famílias de menor poder aquisitivo possuir uma moradia se torna um problema, já que não conseguem competir igualmente com os demais atores sociais. Esta parcela da população que não é capaz de participar com os seus próprios recursos do mercado habitacional, necessita de intervenções por parte do setor público através de políticas habitacionais bem elaboradas, ou seja, com uma atuação eficiente e eficaz, que consiga resolver a questão habitacional, de modo que se considere a amplitude dos problemas sociais encontrados na realidade brasileira e seja superada essa situação de exclusão social.

Diante dessas discussões, é imprescindível destacar a relevância das alternativas ecológicas para o setor habitacional, principalmente para as famílias de baixa renda, pois visam projetar casas de baixo custo com consumo reduzido de energia. Estes tipos de construções têm em conta os princípios ecológicos e a utilização eficiente dos recursos, com a redução do consumo, maximização e reutilização dos recursos naturais e a utilização de materiais recicláveis com vista à proteção do ambiente. A exemplo das possibilidades, tem-se:

- 1- Construídas com materiais sustentáveis industriais – são os ecomateriais, ou as edificações chamadas de “*green building*” existentes pela América do Norte;
- 2- Construídas com resíduos não processados, “*Earthship*” – reutiliza os materiais encontrados no meio ambiente, geralmente urbano, tais como garrafas Pet, pneus de automóveis, latas, cones de papel, sendo mais comum em



autoconstruções ou com profissionais com espírito criativo; 3- Construídas com materiais de reuso, demolições ou segunda mão - incorpora produtos convencionais e prolonga sua vida útil; necessita de uma pesquisa para compra desses materiais, reduzindo assim seu alcance e reprodutividade; 4- Construção alternativa – emprega materiais encontrados no mercado e atribui nova função para eles, sendo muito utilizado nas comunidades carentes e se assemelha muito ao modelo de autoconstrução; 5- Construções naturais – utiliza materiais encontrados na região a ser construída, com baixo custo, sendo apropriado para locais integrados com a natureza e vegetação (FITIPALDI, 2008, p. 24).

Como exemplo de projetos no Brasil, tem-se o que o município de Belo Horizonte desenvolveu um programa que visou a utilização da reciclagem e foi considerado um sucesso, pois conseguiu aproveitar 90% dos resíduos de um centro dedicado a tal fim. Estas casas ecológicas podem utilizar diferentes tipos de materiais, tais como resíduos não processados, garrafas PET, pneus de carro, latas, tijolos de papel, materiais industriais sustentáveis, de reaproveitamento, encontrados no mercado e com novas funções atribuídas a eles, assim como outros obtidos da natureza, etc. (MONTEIRO, VERAS, 2017).

Também nessa perspectiva, esses estudos dialogam com as considerações de Alier (2007), que traz à economia ecológica uma avaliação também dos aspectos distributivos, levando em conta que os diversos grupos sociais atribuem diferentes valores ambientais que dependem de suas posições políticas, sociais e culturais. Para o autor, no geral, ao invés de serem ouvidos os diferentes grupos, a valoração é definida pelas autoridades e a opção é feita pelo critério custo-eficiência.

O dilema de como mensurar os danos ambientais não se constitui em nenhuma novidade, mas “entendendo que os padrões de uso dos recursos e dos sumidouros ambientais dependem de relações de poder mutáveis e da distribuição de renda, entramos então no campo da ecologia política” (ALIER, 2007, p. 53).

Para Almeida (2011), a questão da inclusão social e o combate à pobreza devem passar pela provisão de moradias adequadas à população, já que se trata de um bem de forte impacto na redução da mesma e na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida de um modo geral. Além disso, o setor habitacional produz efeitos bastante positivos no produto da economia, capaz de relevante geração de emprego e renda, em especial para o trabalho pouco qualificado que normalmente caracteriza a população mais carente.

Uma moradia adequada constitui-se em um dos passos para a inclusão social

e para o combate à pobreza e está relacionada diretamente com a qualidade de vida da população, o seu bem-estar e a equidade social. É uma forma do cidadão se inserir na cidade e na sociedade e um dos passos para garantir a sua igualdade. Portanto, é fundamental uma política habitacional bem elaborada e voltada para provisão de moradias para os segmentos sociais de menor renda, com a disponibilização dos serviços públicos essenciais e a geração de emprego e renda, entre tantos outros que possibilitem as condições mínimas de cidadania e inclusão social.

### **2.1.5 Política Habitacional em Brasília – DF**

A Política habitacional do Distrito Federal (DF) é prevista na Legislação Distrital, mediante a Lei Nº 3.877 de 26 de junho de 2006. Tal legislação prevê que as ações do governo sejam orientadas para atendimento prioritário às comunidades de mais baixa renda e em áreas com maior oferta de empregos. Nos termos dessa lei, a ação do governo do DF deve ser orientada, dentre outros aspectos, à oferta de lotes com infraestrutura básica, ao incentivo e ao atendimento prioritário às comunidades localizadas em áreas de maior concentração de baixa renda, em áreas com maior oferta de empregos.

O recorte de renda é de até 12 salários mínimos (R\$ 10.560,00). A distribuição entre interesses de entidades e a sociedade fica entre 40%/40%/20% (IPEA, 2015). Em outras palavras, nos termos da lei, 40% das áreas devem ser destinadas para atendimento do Cadastro Geral de inscritos, enquanto 40% para atendimento às cooperativas ou associações e 20% para os demais programas de habitação de interesse social. Este ponto é crucial na compreensão da dinâmica do atendimento habitacional. Isto porque, 30% da população no DF se enquadraria na Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida (MCMV), mas 80% da população no DF se enquadraria como baixa renda pela legislação distrital (POLÍTICA HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, 2017).

Em Brasília-DF a problemática da habitação (não sendo essa a única) associada ao planejamento urbano desencadeia intervenções mais públicas e privadas na cidade e tem como principal instrumento de planejamento o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), cuja atualização foi aprovada em 2009.

Segundo o PDOT (2009), a habitação de interesse social pode ser viabilizada

com apoio de instrumentos como a Operação Urbana Consorciada e a Transferência do Direito de Construir, contudo, conforma-se uma tensão entre as necessidades sociais da população como um todo e os interesses e as demandas dos agentes econômicos em torno da propriedade da terra urbana e do capital imobiliário.

Nesse sentido, dentre os principais desafios há necessidade de construção de um banco de terras pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CODHAB), para integração entre os cadastros da política de regularização e habitacional; ampliação da oferta de unidades habitacionais em outras modalidades; saneamento do cadastro geral; criação de alternativas à produção pelo MCMV; necessidade de aporte ao Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social, de forma a ampliar sua atuação no processo de produção habitacional no Distrito Federal.

No que se refere aos Indicadores da Política Habitacional, o déficit habitacional apresenta: precariedade; coabitação; adensamento excessivo imóveis locados (3 SM); Ônus Excessivo em Aluguel (3 SM). A inadequação habitacional apresenta os seguintes componentes: domicílios sem banheiro; adensamento excessivo (próprios); cobertura inadequada; inadequação Fundiária.

Em 2015, o déficit habitacional do DF incluía em suas variáveis: o ônus excessivo do aluguel, a coabitação familiar, adensamento excessivo e a precariedade, atingindo ao todo uma marca de 120 mil domicílios aproximadamente (ver Gráfico 1).

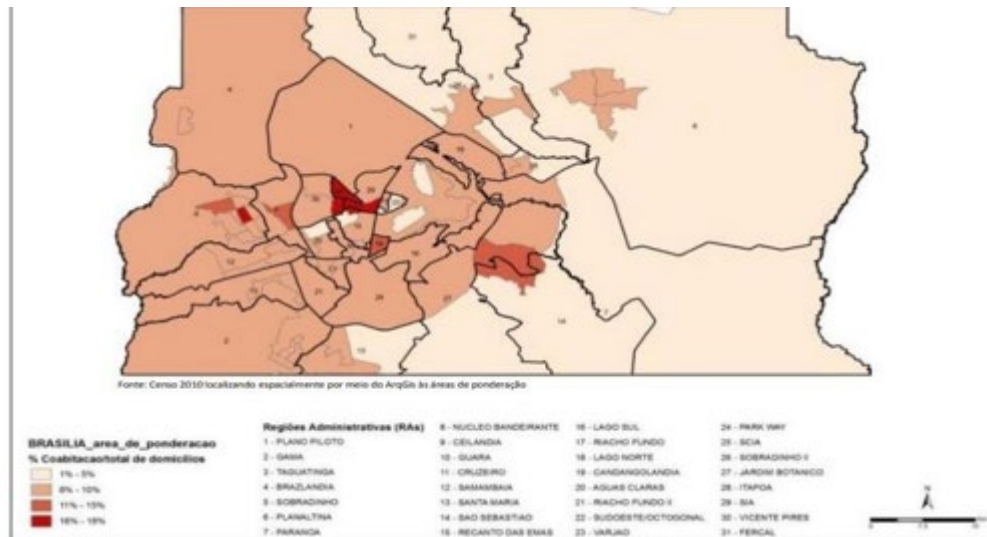
Gráfico 1. Quantidade de domicílios em Déficit Habitacional



Fonte: Fundação João Pinheiro (2015); IBGE (2015).

No quesito coabitação familiar, o mapa 1 indica o índice percentual essa variável por região no DF.

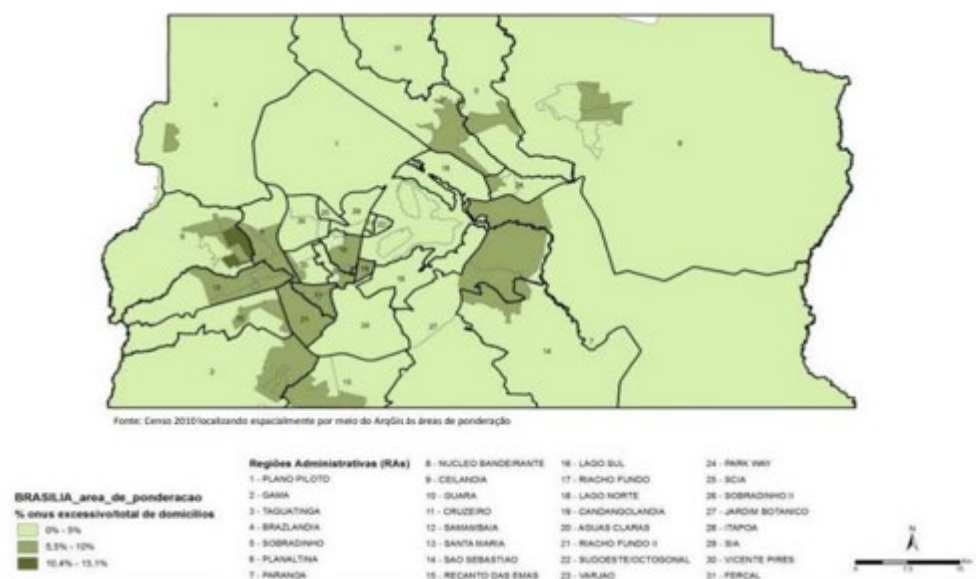
Mapa 1 - Domicílios em coabitação sobre o total de domicílios (%)



Fonte: IBGE, Censo (2010).

No quesito domicílio em ônus, o mapa 2 indica o índice percentual essa variável por regiões do DF.

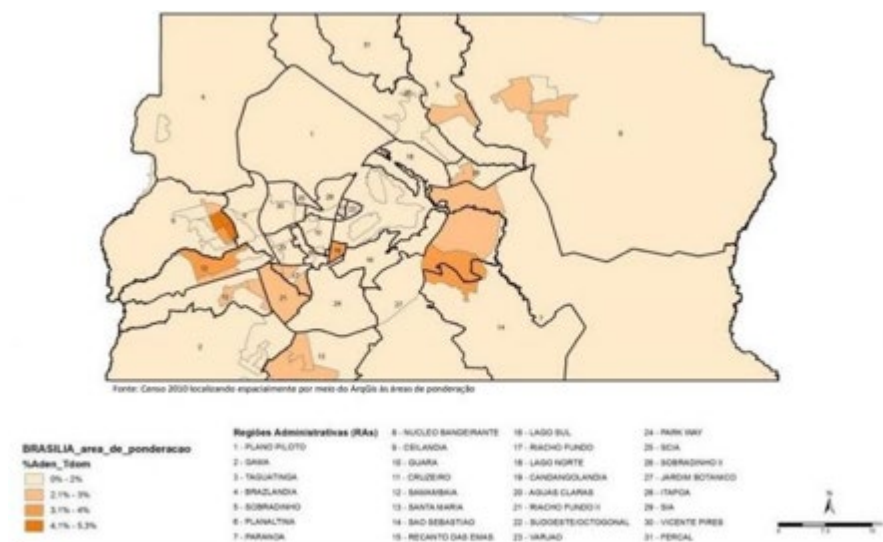
Mapa 2. Domicílios em ônus sobre o total de domicílios (%)



Fonte: IBGE, *Censo, 2010*.

No quesito domicílio em ônus, o mapa 3 apresenta um indicativo do índice percentual em adensamento excessivo sobre o total de domicílios por regiões do DF. o que representa 1,34% do total de domicílios estimados. Sendo Ceilândia, a região com mais ocorrências, seguida por Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga (OBSERVATÓRIO TERRITORIAL, 2021).

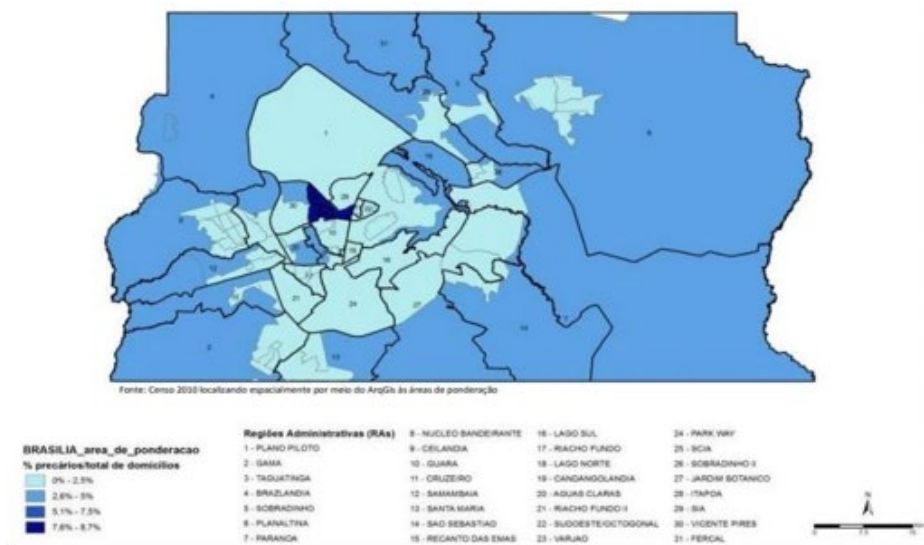
Mapa 3. Domicílios em adensamento excessivo sobre o total de domicílios.



Fonte: IBGE, *Censo, 2010*.

No quesito domicílio em precariedade, o mapa 4 apresenta um mapa indicativo do índice percentual dessa variável por regiões do DF.

Mapa 4. Domicílios em precariedade sobre o total de domicílios (%)



Fonte: IBGE, Censo, 2010.

Com o objetivo de se consubstanciar a construção de um novo programa habitacional, que incorporasse eixos e estratégias do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) e do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS) foi criado o “Habita Brasília”, que tem como objetivos: diversificar soluções para moradia; uso racional do espaço urbano; integração das ações do estado; fortalecimento das instituições, alternativa ao paradigma da propriedade privada.

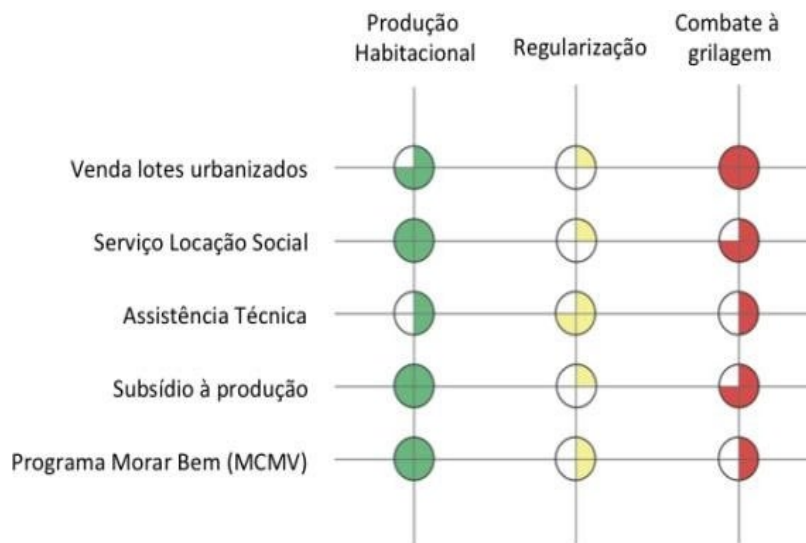
Além disso, primar por uma política habitacional mais ampla, integrando as de ordenamento territorial, de assistência social e de moradia, no contexto do Distrito Federal. Dessa forma, objetiva-se, com sua implementação, ir além da simples provisão de moradia pela construção de novas unidades habitacionais. Tais arranjos demandaram uma nova estrutura de gestão da política, bem como alternativas de captação, destinação e gestão de recursos.

Ocorre que o problema da moradia é complexo e apresenta interfaces com outros aspectos do ordenamento do território – como a ocupação irregular, o crescimento populacional, o espraiamento urbano, a vulnerabilidade social, etc. Posto isto, e de acordo com o site oficial, o Programa tem cinco eixos – Lote Legal, Projeto na Medida, Morar Bem, Aluguel Legal e Portas Abertas — que têm por objetivo atender os inscritos nas listas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (Codhab).

No que se refere aos eixos de atuação infere-se que: (i) a venda de lotes urbanizados para população de baixa renda; (ii) o serviço de locação social; (iii) a provisão de assistência técnica aos beneficiários do programa; (iv) a incorporação de

edifícios de uso misto; e (v) Programa Morar Bem (MCMV). A atuação do programa marca um novo momento de integração das ações e de complementação de uma política de ordenamento territorial, resultante dos efeitos da provisão de moradia em áreas como regularização fundiária e o combate à grilagem e à ocupação irregular de terras.

Gráfico 2. Novo Programa Habitacional para o Distrito Federal



Fonte: IPEA, Relatório 1, A construção de um Novo Programa Habitacional para o Distrito Federal, 2012.

Como se vê, essa iniciativa tem como objetivo complementar o subsídio federal no programa Minha Casa Minha Vida com recursos locais sob a forma de descontos na aquisição de lotes urbanizados pelos empreendedores ou em créditos junto ao governo que pode ser empregado para débitos em dívida ativa, ampliando assim, o poder de compra da população, nos moldes do programa do Governo do Estado de São Paulo denominado Casa Paulista.

No caso paulista, o Servidor Público Estadual tem como objetivo subsidiar a aquisição da casa própria por servidores públicos do Estado de São Paulo, ampliando o poder de compra desses servidores e facilitando o acesso ao crédito imobiliário. Também seguindo o exemplo do Programa Casa Paulista, o “Habita Brasília” oferece subsídio à produção.

Nesse, abre-se a possibilidade de incorporadores e proprietários de terras urbanas, interessados em viabilizar operações imobiliárias em parceria com o Governo do Distrito Federal no sentido de prover unidades habitacionais prioritariamente à população de renda mais baixa mediante obtenção de subsídios na

aquisição de lotes urbanizados. O subsídio tem como finalidade melhorar a inserção urbana dos empreendimentos, de forma que os moradores se beneficiem das centralidades, reduzindo outros custos financeiros às famílias.

A Assistência Técnica, também, está presente na linha do “Habita Brasília” de venda de Lotes Urbanizados, ofertando projetos e acompanhamento na execução da moradia, a que tem importância estratégica na produção habitacional, qualificando a intervenção nas dimensões técnicas, legais e econômicas. Este serviço tem como foco o atendimento de domicílios das famílias com renda equivalente até 3 salários mínimos com recursos Federais e Distritais e, para domicílios das famílias com renda equivalente entre 3 e 5 salários mínimos, recursos exclusivamente distritais, operando com os recursos dispostos nos Fundos Distritais FUNDHIS e FUNDURB.

Como empreendedores estão pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, onde o conjunto dos beneficiários finais, famílias com renda equivalente até 3 e até 5 salários mínimos serão beneficiados com a produção de projetos de construções de Habitação de Interesse Social – HIS, quer seja casas isoladas ou conjuntos de unidades habitacionais e/ou equipamentos comunitários e sociais que façam parte do empreendimento.

Constitui-se, ainda, como objetivo do programa a ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, sendo o serviço prestado por profissionais habilitados nos referidos conselhos profissionais, e de forma multidisciplinar, como: Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU); Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros, que forneçam atendimento às famílias nos domicílios que estejam em vulnerabilidade social e, também, que não disponham de meios para qualificar a moradia nos aspectos prioritários de segurança e salubridade, construídas com ou sem orientação técnica qualificada, ocorrida no mercado informal, sem atingir padrões mínimos de qualidade e de segurança física e jurídica para fins de regularização fundiária e edilícia.

Os recursos da ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social são advindos dos Fundos de Recursos Distritais para Desenvolvimento Urbano e Habitação, principalmente o FUNDURB, FUNDHIS e outros fundos que tenham em suas atribuições, a qualificação do domicílio da família, podendo ser recursos de Fundos públicos ou privados, nacionais e internacionais, onerosos ou não onerosos. Segundo consta no Relatório 1, A Construção de um Novo



Programa Habitacional para o Distrito Federal, que a propósito:

Avalia-se que o Programa Habita Brasília disponha de ambiente propício à sua implantação, construindo interlocuções, num primeiro momento, com os órgãos, empresas públicas e autarquias do Governo do Distrito Federal; e buscando, nesse contexto de recursos escassos, outras possibilidades de consolidação da Política Habitacional, com qualificações e adequações aos novos cenários da gestão pública. Cabe apontar a retomada dos conceitos e linhas propostas do Plano Nacional de Habitação, com o reconhecimento da questão da moradia como elemento complexo e que, como tal, deve apresentar alternativas de soluções distintas. Nesse sentido, o programa abarca linhas de ação que incorpora aspectos da autoconstrução e autogestão, como o de Lotes Urbanizados; a Assistência Técnica como forma de redução da inadequação habitacional; e o entendimento da locação social como alternativa de moradia contínua e de longo prazo.

Em 2008, o governo do distrito federal chamou 1.700 pessoas que moram em Brasília há mais de 30 anos para receber lotes, marcando o início do programa habitacional do Distrito Federal – Programa Habitacional do DF – aprovado em 15 de maio de 2008. Com foco em famílias de baixa renda, o novo programa oferecia alternativas de propriedade para todas as classes sociais.

Trata-se de um programa justo e transparente que favorece os moradores mais velhos. Não cria novas cidades, mas utiliza espaços vazios em locais já consolidados e com infraestrutura, segundo afirmou o então governador José Roberto Arruda. O programa foi dividido em duas fases - uma imediatamente e a outra após a aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Isso também inclui a reforma e ampliação de casas por meio do Cheque Habitacional, bem como a construção de unidades residenciais no âmbito de parcerias e cooperativas público-privadas.

O Cheque-Moradia atenderia famílias com até três salários mínimos. Com esse empréstimo, os beneficiários podem adquirir os materiais de construção necessários para reforma ou expansão de suas casas. O comerciante pode usar o cheque para pagar o ICMS. Segundo o presidente da Associação Habitacional do Distrito Federal, foram convocadas as pessoas que obtiveram as maiores pontuações nas antigas listas da Sociedade de Habitação de Interesse Social (Shis) e do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (Idhab).

O programa também inclui a regularização e implementação da infraestrutura em condomínios de baixa renda. O novo programa habitacional em Samambaia

fornece terras para mais de 500 famílias de Fercal e da fazenda Pantanal, que foram expulsas de áreas de alto risco. No início de junho, seis mil pessoas receberiam terras na quarta fase do Riacho Fundo II, criada para abrigar famílias organizadas e cooperativas.

O governo também criou 40.000 novas propriedades em novas áreas em várias cidades do DF, como Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará e Taguatinga. Diz-se que o país atenda às necessidades de moradia de famílias que moram no DF há mais de 30 anos. O preenchimento de lacunas urbanas em cidades já povoadas reduz os custos do governo com a infraestrutura e oferece aos residentes uma melhor qualidade de vida. Mais de 152.000 pessoas foram apoiadas nessas áreas.

Quem vive há mais de 15 anos e possui renda familiar abaixo de 12 salários mínimos pode se inscrever em uma das 70.000 novas casas oferecidas. Outro caminho que a GDF buscava eram as Parcerias Público-Privadas (PPP) para a renovação e expansão de unidades residenciais. Esse plano incluiu a construção de sete mil casas no Setor Mangueiral, perto do jardim botânico, destinadas principalmente a funcionários públicos.

Como observamos, para que a capital federal chegue ao seu centenário atendendo as demandas mais atuais da população – e, também, às necessidades das gerações futuras, é necessário que o governo do Distrito Federal amplie e intensifique o desenvolvimento do Plano Estratégico do Distrito Federal (PED-DF) iniciado em 2019 e pensado para até 2060. Iniciado em maio de 2019, o PED tem atuado no âmbito da dinâmica territorial da cidade, que compreende a área urbana planejada, que também é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, além de todas as regiões administrativas e chamada Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), que consiste na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e o Entorno.

De acordo com o Plano, o direito à moradia e regularização fundiária são necessidades básicas que precisam ser supridas pelo governo. E as políticas que objetivem a regularização fundiária e de acesso à moradia precisam lidar com debates históricos que estão presentes na cidade, desde a sua fundação, quando as terras que integram o quadrilátero não foram desapropriadas em sua totalidade.

Atualmente, aproximadamente, um terço da população da cidade mora em áreas irregulares, sem a escritura das suas casas. Isso se deve tanto à proliferação de condomínios nos anos 1990 quanto pela criação de assentamentos promovidos

por governos passados, que acabaram formando cidades, como São Sebastião, Samambaia e Paranoá. Esse movimento migratório advém desde a construção de Brasília, quando a busca por oportunidades levou a um adensamento populacional além do planejado.

Numa projeção do déficit habitacional urbano do DF, estimou-se um déficit de 13,26% da população do DF, variando de 117.536 a 151.276 domicílios entre 2015 e 2025 (ver Tabela 2).

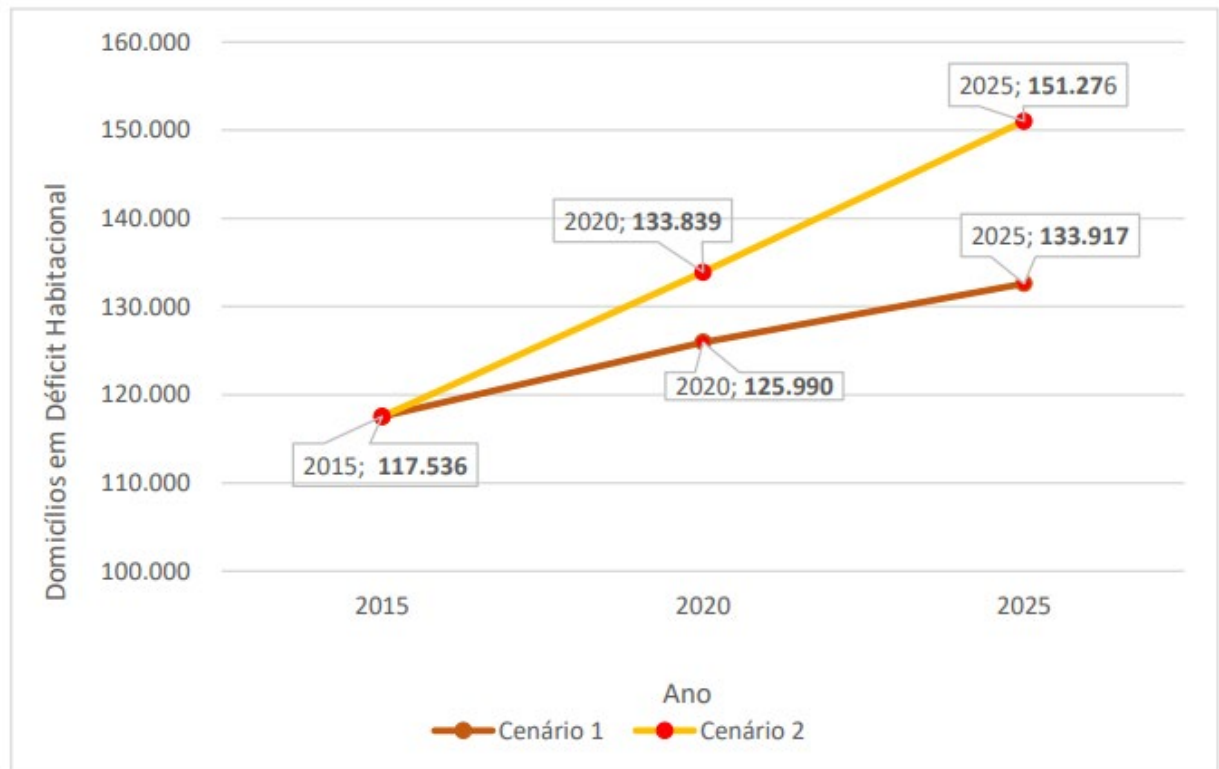
Tabela 2. Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF (Cenário 1 e 2)

Cenários	Ano	Pop. Estimada	Total de domicílios urbanos	Nº médio de moradores por domicílio	Déficit Habitacional Estimado (%)	Domicílios em Déficit Habitacional
Cenário Base	2015	2.850.000	886.395	3,21	13,26%	117.536
Cenário 1	2020	3.050.000	950.155	3,21	13,26%	125.990
	2025	3.240.000	1.009.000	3,21	13,26%	133.839
Cenário 2	2020	3.050.000	1.009.933	3,02	13,26%	133.917
	2025	3.240.000	1.140.845	2,84	13,26%	151.276

Fonte: Panorama Habitacional Prospectivo para o Distrito Federal – 2020/2025. Documento elaborado pela Gerência de Estudos Urbanos GEURB/DEURA/CODEPLAN (Sergio Jatobá) com colaboração da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – DIPOS/CODEPLAN (Ana Maria Nogales Vasconcelos).

Percebe-se uma alta do déficit habitacional urbano do DF de 117.536 domicílios em 2015 para 151.276 domicílios em 2025, conforme apresenta o Gráfico 3.

Gráfico 3. Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF (Cenário 1 e 2)



Fonte: Panorama Habitacional Prospectivo para o Distrito Federal – 2020/2025. Documento elaborado pela Gerência de Estudos Urbanos GEURB/DEURA/CODEPLAN (Sergio Jatobá) com colaboração da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – DIPOS/CODEPLAN (Ana Maria Nogales Vasconcelos).

Conforme analisado em documento elaborado por GEURB/DEURA/CODEPLAN (2020, p. 03):

A Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel são os dois componentes principais do déficit habitacional urbano no Distrito Federal. No período 2011 a 2015, houve redução do número absoluto de domicílios com Coabitação Familiar e crescimento do número absoluto de domicílios com Ônus Excessivo com Aluguel. Mantendo-se essa tendência para os anos de 2020 e 2025, estima-se que a Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel continuem sendo os dois componentes principais do déficit habitacional urbano no Distrito Federal. A maior parte do déficit habitacional concentra-se nos grupos de Regiões Administrativas com menor renda, correspondendo ao Grupo 4 / baixa renda, segundo classificação da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA – Estrutural e Varjão) e ao Grupo 3 / média-baixa renda (Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. A tendência de queda progressiva da fecundidade e a formação tardia de famílias, juntamente com o envelhecimento da população resultará na redução de domicílios chefiados por responsáveis jovens, o que poderá contribuir para a redução do déficit no futuro.

Tais fatos, e o alto custo da habitação na região central da cidade, motivaram a invasão de terras e a proliferação de moradias precárias, fatores que contribuíram para que o Distrito Federal ocupe a quinta pior posição no déficit habitacional do país, ficando atrás apenas do Maranhão, Amazonas, Roraima e Amapá. Nesse contexto, as projeções do Déficit Habitacional Urbano para 2025, feitos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), só aumentam.

De acordo com os estudos para os anos de 2020 e 2025, estima-se que a Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com aluguel continuem sendo os dois componentes principais do déficit habitacional urbano no Distrito Federal. Os interlocutores, membros do MTST, organizados politicamente, também racionalizam sobre o trabalho de pesquisa, sobre as possibilidades de retorno desta para os seus objetivos. Aceitar auxiliar-me, para além da gentileza, também foi intenção compromissada. A relevância do meu trabalho para o dia-a-dia dos ocupados e o seu retorno como contribuição aos seus interesses foram questões levantadas. Somente após a entrada no movimento, pude ter contato com estas questões, apurando meu olhar para aqueles que ocupam e suas práticas de ocupar.

O acelerado crescimento demográfico de Brasília se diferencia do quadro de outras metrópoles que construíram a sua hegemonia com base no capital industrial, como por exemplo, São Paulo. O desenvolvimento em âmbito populacional, econômico e político também sofreu influência da sua localização como praça de mercado, resultando no crescimento e consolidação do comércio como principal atividade econômica. Estas práticas foram hegemônicas por tradicionais famílias, que se reafirmam como classes dominantes, buscando implementar na cidade uma versão modernizada do poder exercido no campo, através de investimentos oriundos da produção rural na infraestrutura urbana.

Dialogando com esse quadro, está a relação entre os movimentos populares e o Estado em âmbito local (e nacional), marcada historicamente pelo atrelamento de lideranças populares ao próprio Estado, em meio à inclusão e subordinação destas às políticas públicas, vinculadas às secretarias governamentais sob a direção de políticos tradicionais (AMANN, 1991; BARREIRA, 1992; JACOBI, 1993). Estas especificidades da produção do espaço urbano de Brasília podem nos auxiliar a compreender o modo contemporâneo de fazer política dos Movimentos Sociais Urbanos (MSUs) nesta cidade.

Dentre as consequências desse incremento econômico, ocorre o aumento no

valor da terra e dos aluguéis, elevando-se o déficit habitacional. Essa valorização, intensificada pela especulação imobiliária, aprofunda o cenário da segregação urbana, removendo diversas famílias, tais como em áreas próximas à praia e ao Centro, dotados de infraestrutura e serviços públicos.

O crescimento urbano, junto à intervenção das políticas públicas, molda essas condições, influenciando na valorização dos preços dos imóveis periféricos na cidade. Segundo Gondim e Gomes (2012), “como a oferta de habitação popular pelo Poder Público tem sido historicamente insuficiente, os pobres têm que recorrer a mecanismos informais, como ocupações ou aquisição de terrenos em loteamentos irregulares”.

### 3 A QUESTÃO SOCIAL HABITACIONAL NO BRASIL

Em maio de 2018, após um forte incêndio que tomou conta de uma ocupação de trabalhadores no Largo Paissandu, no centro da capital paulista, deixando mais de 150 famílias desalojadas, mais de 38 entidades sociais ligadas à luta por moradia manifestaram solidariedade. Em uma nota, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) reiterou suas críticas à gestão política e denunciou ao descaso aos quais os trabalhadores estavam sujeitos, ao tempo em que esclareceu que a ocupação em questão se tratava de um grupo do Movimento de Luta Social por Moradia e não de seus integrantes.

No documento, o Movimento apresentava ainda críticas à Prefeitura, que, segundo eles, não cumpria com o Plano Diretor, deixando de notificar os proprietários de imóveis que não cumprem a função social da propriedade, o Governo Federal, pelos cortes ao Programa Minha Casa Minha Vida para os mais pobres, e o Governo do Estado de São Paulo, que em parcerias com empresas privadas, deixavam de atender os mais pobres “para enriquecerem as empreiteiras e donos de imóveis” (REDE BRASIL ATUAL, 2018).

Outra queixa das entidades se refere às ações do “Poder Judiciário – o qual goza de um imoral auxílio moradia – ignora o descumprimento da lei pelos proprietários e se posiciona, via de regra, pelo despejo e remoção de milhares de famílias, agravando a desigualdade social”. Muito embora, continuava a nota, “inúmeros imóveis públicos [estejam] em plenas condições de reforma para uso habitacional” (REDE BRASIL ATUAL, 2018).

Ao longo de toda a nota, chama a atenção, ainda, que críticas e acusações do Movimento são permeadas de uma consciência de direito e de cidadania, que se firmam na legislação e no discurso político. Isso nos sugere que os líderes conhecem bem (e se reconhecem enquanto sujeitos detentores de direito) na legislação brasileira. Além de demonstrarem pleno conhecimento pela situação habitacional que configura imóveis que não cumprem com a função social da propriedade e deixaram de ser notificados pelo Estado, além de outras ações governamentais que não atendem à população mais pobre como cortes nos programas habitacionais e investimentos em implantação de Parcerias Público-Privadas, as quais só privilegiam as empreiteiras e os proprietários de imóveis. Esses grupos de Movimentos, em prol

dos sem tetos, que atuam na cidade de São Paulo e no país, costumam a publicar nas mídias impressas que as ocupações das famílias organizadas são respostas ao descaso e à irresponsabilidade do governo e da especulação imobiliária que impões preços altos, sobretudo nos centros urbanos. Em consequência disso, exigem maior responsabilização do Estado:

[...] Em cada recusa à regularização de energia elétrica, saneamento e prevenção de riscos em ocupações; o investimento público na viabilização de moradias dignas; o enfrentamento à especulação imobiliária; políticas de mediação de conflitos fundiários com participação popular; a conversão dos edifícios ociosos em moradia popular; e a regularização fundiária de ocupações (MTST e outras entidades, em Nota ao incêndio ocorrido no Largo Paissandu, São Paulo, na madrugada 1º de maio de 2018).

As ocupações não são uma escolha, mas a opção para milhares de famílias, diante da grave crise que assola o país e da falta de políticas públicas de habitação. Aqui, mais uma vez chama a atenção a maneira que a denúncia vem embasada em aportes legais. Nesse caso, alguma questão nos inquieta: Quais dispositivos legais atravessam as ações do MTST na busca por moradias, e as condições mínimas de sobrevivência? Em quais leis ou normativas jurídicas esses trabalhadores se apoiam para justificar suas ocupações? Quais estratégias de acesso aos dispositivos da lei, do direito e da política institucional estão por trás das suas ações?

Como temos proposto até aqui, o grande problema da falta de moradia para tantos brasileiros é resultado da ausência de políticas públicas que se concentrem nos interesses coletivos e garantam os direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Em se tratando do direito à moradia digna, vemos que o mesmo foi reconhecido e implementado como pré-requisito para a dignidade humana desde 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, após 1948, vários tratados internacionais<sup>10</sup> afirmaram que os Estados têm a obrigação de promover o acesso à

---

<sup>10</sup> Tratados: Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1965. Esta Convenção foi ratificada pelo Brasil em 1969; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, (artigo 14, §2º,h), ratificada em 1984; Convenção sobre os Direitos das Crianças, de 1989, (artigo 27, §3º) ratificada em 1990; CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – Pacto San José da Costa Rica, 1969, instrumento ratificado pelo Brasil em 1992; ONU -Declaração de Vancouver sobre os Assentamentos Humanos, 1976; ONU- Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos, 1996; ONU- Agenda Habitat, 1996. <https://jus.com.br/artigos/68877/direito-a-moradia-diretrizes-internacionais-sobre-o-tema>



moradia adequada.

De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos, a qual o Brasil é país signatário, está manifesto que: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”. À vista disso, é obrigatório seu cumprimento dentro do território brasileiro, uma vez que os tratados e acordos internacionais assinados têm força de lei.

Ademais, o Brasil também faz parte do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais deliberado em 1996, o qual garante que os Estados signatários “reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida”. Portanto por ter assinado esses documentos o Brasil reitera ser a favor do direito à moradia. Sendo assim, tal direito é estendido a todos que vivem em seu território.

No que diz respeito ao tema de acordo com as leis brasileiras, na Constituição Federal de 1988, é possível vê-lo logo no artigo 6, caput, que diz, “Art.6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Todavia, apesar de reconhecido internacionalmente e incorporado à Constituição brasileira, o direito à moradia não se efetiva de forma universal, como deveria ser o caso de todos os direitos humanos, o que pode ser refletido na crise urbana expressa na carência de moradias.

Após a constitucionalização do direito à moradia nesse período e sua inclusão nos direitos sociais, muitas discussões sobre a validade e a eficácia dessa legislação tem emergido entre os legisladores. Tendo em vista que os direitos sociais possuem relações diretas com os direitos humanos fundamentais, segue-se que eles estão subordinados à regra da autoaplicabilidade, ou seja, aplicação imediata em conformidade com o artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem

interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art.23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; (Vide ADPF 672)

Com a promulgação da Constituição Federal, conhecida também como Constituição cidadã por ter sido concebida no processo de redemocratização, desde 1988, o assunto sobre moradia esteve exposto na carta magna embora não discriminadamente. O tema é tratado de maneira sucinta quando é citada a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”.

E retorna ao assunto de moradia ao determinar sobre os requisitos do inciso “IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender à suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim” (DIEESE, OUT/2005).<sup>11</sup> Embora a Constituição Federal não presuma um valor específico para o salário mínimo e apenas determine sua unificação e garanta reajustes regulares para que não ocorra perda do poder aquisitivo e assim não cumpra com o objetivo de prover ao trabalhador e às suas famílias seus direitos sociais básicos. Importante ressaltar que o salário mínimo é direito de todos os trabalhadores.

Por meio da Emenda constitucional nº 26, o direito à moradia passou a ser constitucional e incorporado à Constituição em 2000. Ratificando o que foi expresso no parágrafo anterior, previsto em lei que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.<sup>12</sup>

Este direito é imprescindível para toda a sociedade, pois ultrapassa o individual, visto que relaciona a demanda por moradia à aquisição de uma vida digna para todos. Tal direito é associado diretamente com o princípio da dignidade da pessoa humana.

---

<sup>11</sup> DIEESE. Nota Técnica – Salário Mínimo Constitucional. NÚMERO 8 – OUT/2005. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2005/notatecSMIF.pdf>>. Acesso 3 mai. 2022.

<sup>12</sup> ARTIGO Art. 6º, Constituição federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

Trata-se de um princípio dos mais relevantes da nossa legislação, bem como de todo o mundo. Ele também nos remete à importância do direito a um lar como condição básica para sobrevivência com dignidade.

No entanto, implementar esse direito no Brasil ainda demonstra ser um grande desafio. Nesse sentido, propomos neste capítulo a discussão sobre os dispositivos previstos nos textos normativos que determinam validamente a existência do direito à moradia e a sua real aplicabilidade na sociedade.

Dito isto, é importante que tenhamos uma compreensão do estado atual da lei em relação ao direito à moradia, para que, em um segundo momento, abordemos em que medidas as reivindicações dos trabalhadores se apoiam nesses dispositivos e os levam a garantir mudanças no contexto social.

### 3.1 O DIREITO DE MORAR: “UM NOVA QUESTÃO SOCIAL”

Historicamente, as Constituições brasileiras<sup>13</sup>, incluindo a promulgada durante o regime monárquico em 1824, tratavam dos “direitos fundamentais”. Embora a validade de certos direitos fundamentais tenha sido avaliada positivamente, eles foram entendidos no sentido meramente declaratório, uma vez que dependeriam da definição legal, ou seja, a promulgação de uma lei especial para regulamentar a aplicabilidade desses direitos.

Tal desenvolvimento da chamada Teoria dos Direitos Fundamentais (BONAVIDES, 2009) reverteu a ordem de importância dos temas positivados, e só depois disciplinado os direitos dos cidadãos súditos, a Constituição de 1988 determinou o escopo de proteção dos cidadãos (não mais súditos) e, em seguida, deu ao Estado os poderes necessários para defender esses direitos. Os cidadãos são, assim, desinstrumentalizados e o Estado é posto como um instrumento a seu serviço, como garantidor de liberdades (direitos civis e políticos) e como defensor de direitos de igualdade (direitos sociais, econômicos e culturais).

Atualmente, são reconhecidas três dimensões dos direitos fundamentais, cada uma associada a um dos três valores contidos no tríptico da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e solidariedade). Como outros autores, Bonavides (2009)

---

<sup>13</sup> Constituições brasileiras que tratam de direitos fundamentais: Constituição de 1824, Constituição de 1891, Constituição de 1934, Constituição de 1937, Constituição de 1946, Constituição de 1967, Constituição de 1969, e Constituição de 1988.

classifica os direitos fundamentais em gerações ou dimensões de direitos que historicamente se desenvolveram da primeira à última dimensão.

De acordo com esse autor, os primeiros direitos fundamentais (liberdade) que foram apresentados no panorama ocidental foram os direitos individuais. Por esse motivo, eles são chamados de direitos de primeira dimensão ou direitos de liberdade (particularmente liberdades civis e políticas). São direitos pertencentes ao indivíduo e cuja característica é a proteção da subjetividade. São direitos de resistência ou de oposição a atos de abuso por parte do Estado ou mesmo de terceiros.

No caminho da história, os próximos direitos que se apresentaram no cenário internacional foram os direitos sociais, econômicos e culturais, conhecidos como direitos de segunda dimensão, que correspondem ao valor da igualdade entre os homens. Segundo Bonavides, os direitos de segunda geração (igualdade) são direitos sociais, econômicos e culturais.

A partir de meados do século XIX, as lutas sociais por melhores condições de trabalho deixaram claro que as liberdades obtidas nas declarações legais liberais de direito não eram universais, mas serviam apenas para proteger os interesses de um determinado grupo social e não da sociedade como um todo. A individualidade dos direitos civis e políticos não garantia assim o exercício dos mesmos direitos.

Com correção habitual, Piovesan (2010) afirma que os direitos são realmente indivisíveis, independentemente de sua classificação em dimensões. Os direitos civis, políticos e sociais são apenas dimensões do mesmo e uma realidade jurídica única. Nesse contexto, o valor da liberdade é combinado com o valor da igualdade.

O entendimento de Canotilho (2002) não é diferente, existe uma relação inseparável entre direitos e direitos econômicos, sociais e culturais, liberdades e garantias. Se os direitos econômicos, sociais e culturais exigem “liberdade”, do mesmo modo, os direitos, liberdades e garantias também estão relacionados a referências econômicas, sociais e culturais. Liberdade igual indica igualdade genuína (Art.9)<sup>14</sup>, que pressupõe a tendência de que todos tenham acesso a bens econômicos, sociais e culturais.

Por exemplo, “Liberdade igual” significa não apenas o direito à inviolabilidade da casa, mas também o direito de ter uma casa; não apenas o direito à vida e à

---

<sup>14</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos, Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 3 mai. 2022.

integridade física, mas também o acesso a cuidados médicos; não apenas o direito à liberdade de expressão, mas também a oportunidade de formar sua própria opinião; não apenas o direito ao trabalho e ao emprego livremente escolhido, mas também a posse efetiva de um emprego (CANOTILHO, 2002, p. 480).

Em outras palavras, mesmo que todas essas dimensões se afirmem de direitos, elas interagem e se complementam, ou seja, uma dimensão de direitos não exclui as anteriores. Isso elimina a ideia de sucessão de gerações de direitos e aceita que entende a expansão, o acúmulo e o fortalecimento dos direitos fundamentais. Daí a tese da indivisibilidade dos direitos humanos e, portanto, dos direitos fundamentais. (MASTRODI, 2019)

Dessa maneira, à luz dos estudos de Mastrodi (2008), entendemos que os direitos de matriz social não são vistos como direitos contra o Estado, mas como direitos que só podem ser exercidos pelo Estado, que atendam às necessidades dos homens. Nessa discussão fundamental, reitera-se os direitos civis e políticos, que limitam a atuação do Estado (primeira dimensão), como também os direitos sociais, econômicos e culturais (segunda dimensão), que exigem do Estado uma atitude ativa, intervencionista, planejadora e comprometida com a promoção do bem-estar econômico e social.

Assim, pode-se dizer que os direitos individuais e os sociais não possuem qualquer diferença estrutural: ambas as categorias se referem a direitos igualmente relativos (não-universais, não-absolutos, não-definitivos, pois dependentes da estrutura histórica e social para sua promoção), igualmente custosos (há custos para sua promoção tanto de direitos individuais quanto sociais).

Em termos concretos, na vida real, condições materiais são imprescindíveis à plena realização das pessoas. Estas somente são livres se houver condição para o exercício dessa liberdade, e tais condições devem ser promovidas pela sociedade civil organizada. De modo que inexistente direito à liberdade (primeira dimensão) sem o direito à igualdade (segunda dimensão) e vice-versa (PIOVESAN, 2010, p. 144-146)

Nessa perspectiva, as ocupações urbanas realizadas em áreas periféricas em Brasília, pelo MTST, inserem-se na complexidade da realidade social contemporânea que não se limita ao sonho da casa própria. Discutir assim a construção da prática do direito à moradia a partir das ocupações urbanas, requer situar as bases sobre as quais a sociedade tem sido fundamentada. Essas ocupações têm como um de seus objetivos denunciar a especulação imobiliária favorecida pelo Estado, bem como a

natureza dos conflitos frente ao mercado imobiliário, ao tempo em que fomentam em locais de moradia para inúmeras famílias de trabalhadores.

A impossibilidade de permanência em determinados espaços da cidade, bem como a negação do próprio direito à cidade, indica condições em que os indivíduos, segundo Bauman (2000, 14), são "destituídos de formas e meios de sobrevivência", o que tem determinado a precarização da vida das/os trabalhadoras/es não somente nos grandes centros urbanos.

Ao afirmar que o mundo está cheio, Bauman aponta a dimensão política e social de sua inquietação, pois, segundo este autor, a ausência de um espaço social implica na constituição do que chama de párias da modernidade, aqueles que são considerados inaptos pela sociedade de consumo, sendo eles expulsos e marginalizados, uma forma de exclusão particular no processo de globalização: a exclusão do não-consumidor. E o espaço, nesse sentido, radicaliza os conflitos da sociedade. As ocupações, nesse contexto, promovem uma participação ativa dos principais agentes públicos e privados e refletem à busca pela aplicação do direito fundamental de garantia da moradia adequada.

As normas que ancoram os direitos sociais fundamentais foram entendidas como normas que têm eficácia limitada e dependem de leis integrativas para serem aplicadas. Por esse motivo, desde que não haja leis integrativas, essas normas constitucionais não criam direitos públicos subjetivos para o cidadão. Isto é, embora exista uma lei que exija a construção de moradias, não há como construir casas para todos ao mesmo tempo.

Muito embora haja discussões sobre a eficácia limitada e a reserva orçamentária para a realização dos direitos, os juízes geralmente entendem que o direito fundamental deve ser realizado a todo custo. Se não houver dinheiro disponível, a administração se organizará para que os recursos sejam realocados e os direitos fundamentais satisfeitos. Mesmo assim, parece-nos que a habitação é um direito social um pouco diferente dos outros.

Isto porque se refere a um limite superior, mas também a todo um plano habitacional para que o residente efetivamente tenha acesso, como a moradia e a equipamentos públicos, transporte público etc. Esses recursos impedem a disponibilidade de inventário e, assim, impossibilitam a intervenção judicial a critério exclusivo do administrador, em conjunto com outros direitos.

Só é possível que um juiz peça ao administrador que forneça um medicamento

ou abra (mais) uma vaga em uma creche ou escola pública, pois há um pré-requisito essencial para impor essa obrigação legal: o medicamento já está em estoque, creches e escolas já foram construídas e servidores estão disponíveis ao público. É possível que o juiz solicite que os serviços deste equipamento disponível sejam estendidos àqueles que vão ao tribunal e solicitam acesso a locais de saúde ou escolas. No caso de moradias, no entanto, não há casas disponíveis. O juiz não pode pedir ao administrador que entregue uma casa ao autor.

O Brasil é constituído de acordo com um Estado Constitucional democrático e, como propõe o artigo 1º, inciso III<sup>15</sup> da Constituição Federal, o princípio da dignidade humana é a norma básica e informacional de toda estrutura estatal e normativa, incluindo normas que definem direitos e garantias fundamentais.

Além disso, a mesma Constituição que corresponde à ordem econômica do artigo 170, caput, funda-se à valorização do trabalho humano, na livre iniciativa e na justiça social, prevendo a garantia de uma existência digna a todo e qualquer cidadão. O exercício do poder do Estado resulta, assim, da consolidação da dignidade humana através da aceitação constitucional. No que diz respeito ao direito administrativo, todas as atividades públicas devem ser motivadas pela dignidade e ter como objetivo constante o melhor cumprimento possível desse princípio.

Nesse âmbito, o direito à moradia refere-se não apenas à ocupação de um local no espaço, mas também às condições que o tornam um local adequado para o espaço habitacional, como fornecimento de água e eletricidade, coleta de esgoto e lixo, acesso próximo ao transporte público, hospitais, centros de saúde, creches, escolas, praças, parques e outros serviços públicos. Esse direito é tão importante para o exercício da cidadania que, uma vez garantido, também contribui para o acesso a outros direitos sociais fundamentais, como educação, saúde e lazer.

### 3.2 O DIREITO À MORADIA ADEQUADA

De acordo com o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU de 1991, ficou estabelecido que moradia não fosse, por exemplo, apenas quatro paredes com um teto a lhes cobrir para proteger as pessoas das variações climáticas. Fica compreendido que moradia deve ser um lugar higiênico, saudável com condições

---

<sup>15</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

mínimas de sobrevivência com luz elétrica, saneamento básico, que se entende com infraestrutura, tubulação para esgoto, pavimentação e coleta de lixo. E, ainda, com direito a segurança e acesso aos serviços públicos básicos como postos de saúde, escolas, meios de transporte coletivos e praças. Esse conceito ultrapassa o conceito de lar, casa, morada, pois seria o conceito de excelência.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seus artigos 22 a 27<sup>16</sup>, foi a primeira vez em que a ordem internacional reconheceu os direitos econômicos, sociais e culturais, dentre os quais o direito à moradia. A partir deste diploma, a moradia passou a constar de diversos tratados e documentos internacionais, em especial o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, em seu artigo 11, §1º, ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992 (PIDESC, 1966).

Uma das correntes, atribui a mesma hierarquia de leis federais às normas contidas no PIDESC um instrumento internacional para a proteção dos direitos humanos. Esse entendimento é justificado – de que o direito à moradia teria força de lei, mas não um princípio constitucional – com base na formalidade do §3º do artigo 5º da Constituição.

O referido artigo determina que apenas os tratados e convenções internacionais de direitos humanos que forem aprovados pelas duas casas legislativas do Congresso Nacional, deferidos por maioria qualificada em dois turnos de votação (seguindo o mesmo procedimento para processar mudanças constitucionais), recebem o status de um padrão constitucional formal e material. No entanto, deve ser esclarecido que este parágrafo 3º foi adicionado ao artigo 5º pela Emenda Constitucional nº 45 em 8 de dezembro de 2004 (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº45, 2004).

Acontece que o PIDESC entrou em vigor em 6 de julho de 1992 e foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico antes da emenda constitucional mencionada acima. Nesse sentido, um segundo fluxo jurídico o identifica como uma regra de natureza constitucional.

O artigo 5º da Carta de 1988 dá ao PIDESC, através dos parágrafos 1º e 2º, o valor jurídico de uma norma constitucional substantiva e aplicação imediata, pois é um tratado para a proteção dos direitos humanos e por ter sido ratificado pelo Decreto

---

<sup>16</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 3 jan. 2022.



Executivo no 591/92 antes da emenda constitucional no 45/2004 (*Ibidem* e DECRETO Nº591, DE 6 DE JULHO DE 1992), com grande maioria nas duas casas do Congresso Nacional, que excede até o quorum dos três quintos dos membros de cada casa. Portanto, apesar de toda a discussão doutrinária, entende-se que, desde 1992, com a ratificação do PIDESC pelo Brasil, todos os direitos humanos ali prescritos, incluindo o direito à moradia, também se tornaram direitos fundamentais (MASTRODI, 2013).

A implementação do direito à moradia, de acordo com as disposições do PIDESC (artigo 2º, §1º, do Pacto), deve ser gradual, uma vez que os Estados são obrigados a adotar medidas destinadas a maximizar seus recursos disponíveis, passo a passo, com todos os meios apropriados, o pleno exercício de garantir os direitos nele reconhecidos, incluindo, em particular, a adoção de medidas legislativas (MASTRODI, 2013).

Em seus comentários, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais enfatiza a obrigação dos Estados contratantes de garantir pelo menos o núcleo essencial de todas as leis econômicas, sociais e culturais previstas no pacto. Portanto, o legislador nacional dos Estados que cumprem o PIDESC deve, ao regulamentar os direitos previstos neste documento, observar seu núcleo essencial, punível com a inconstitucionalidade.

Com a emenda constitucional nº 26/2000 (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº26 DE 2000), o direito à moradia foi explicitamente elevado ao status de direito social fundamental devido à sua inclusão no artigo 6º da Constituição Brasileira. Na expressão de Abramovich e Courtis (2011), maior sua exigibilidade por via judicial. Em que pese o não preenchimento de seu conteúdo e sua não adjetivação pelo constituinte, no PIDESC, em especial na versão em língua portuguesa ratificada pelo Brasil em 1992, foi utilizada a expressão moradia adequada:

Artigo 11 - 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. (Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais)

Apesar da natureza fundamental desse direito de servir como motivo e objetivo da política de habitação pública, não há medidas efetivas por parte do Estado para solucionar o déficit habitacional brasileiro. Devido a necessidade de moradia para famílias pobres e a falta de interesse estrutural do Estado e da sociedade civil em promover políticas habitacionais, é comum a prática de ocupações irregulares nas cidades.

Mas, então, como os agentes do MTST têm se utilizados desses positivos legais? Segundo Aline Pereira<sup>17</sup>, coordenadora distrital de Sol Nascente, quando iniciou sua participação no grupo em 2015, com outras 120 pessoas, não tinha conhecimento sobre a legislação referente a demarcação ilegal de terra, embora soubesse que a "invasão" sofreria represália. Além disso, enquanto um movimento que "veio de São Paulo", havia uma criminalização dos seus representantes, que eram mal vistos.

Entretanto, segundo a entrevistada, quando dentro do Movimento, a coordenação promove cursos de aprendizagem e repassam nas reuniões, palestras e encontros sobre os "nossos direitos e a Constituição", e por isso aprendeu sobre as ocupações serem lícitas e a ir à busca dos seus direitos. Esse também parece ser o caso de Sireide Santos<sup>18</sup> que, com dois anos de participação no Movimento, tem aprendido sobre "a verdade que o governo não diz para o povo [...] e por isso não sabemos dos nossos direitos na Constituição."

A partir dos balanços extraídos das duas coordenadoras distritais, recorreremos a uma importante noção que os estudos de Gramsci (2002) suscitam, a "consciência política coletiva". O filósofo italiano Antônio Gramsci ao estudar os graus da consciência política coletiva considera que há três momentos, como se fossem fases de um mesmo processo.

O primeiro e mais elementar, segundo o autor, é o econômico-corporativo, em que "um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc." (GRAMSCI, 2002, p.41), o que não o faz ultrapassar a esfera econômica e de cada ofício.

"Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida a Vagno Riberio Batista em 20 de janeiro de 2021.

<sup>18</sup> Entrevista concedida a Vagno Riberio Batista em 20 de janeiro de 2021.

campo meramente econômico” (GRAMSCI, 2002, p.41), e, então, se busca apenas uma igualdade político-jurídica, direito de participar da legislação e da administração e até de reformá-las, mas sem modificar o quadro fundamental existente.

O terceiro momento se refere àquele em que se adquire a consciência suficiente ao ponto dos próprios interesses corporativos, numa situação atual e futura, superarem o círculo corporativo de grupo meramente econômico (GRAMSCI, 2002). Esse terceiro momento, o político propriamente, é a fase em que as ideologias geradas no segundo momento, se transformam em partido, no sentido de pessoas aglutinadas em torno de uma mesma ideia, e criam outros grupos subordinados. Nas suas palavras, o terceiro momento:

[...] é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelos menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2002, p.41).

Isso posto, é possível localizar as ações de “luta urbana” (SANTOS, 1996) do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto numa tentativa de transição entre a segunda e a terceira fase pensada por Gramsci, posto que ainda se referem a conquistas pontuais e que não alcançam transformações suficientes para tornarem-se hegemônicas.

Significa dizer que os agentes do MTST, nas suas lutas reais pela reforma urbana e na efetivação de uma conquista importante, não têm sido suficientes para que possamos caminhar rumo à concretização do direito à moradia. Sabemos que a complexidade da problemática urbana envolve, para além do instrumental e sobrepondo-se a ele, conflitos e tensões entre interesses e direitos no contexto de um modelo de sociedade e de cidade onde o ato da troca passa a constituir novas relações.

A habitação, como elemento que evidencia o movimento do capital e o movimento da vida, tem mobilizado a organização coletiva, sendo central para a compreensão das condições da produção do espaço no âmbito da construção da coletividade, para além das necessidades demarcadas pela produção. Assim, a tese

se centra nos indícios de que as ações de resistência urbana, constituídas a partir das experiências do espaço vivido nas ocupações urbanas do MTST/DF, contém atributos importantes para além da reivindicação pela habitação de interesse social como direito, mas como luta contra a produção de vidas precárias, contra a privação do urbano.

Em Brasília-DF, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tem deslocado o debate da esfera estritamente econômica para fazer sobressaltar a sua dimensão política, o sentido político, suscitando reflexões acerca do sentido do urbano na composição dos Movimentos Sociais e da radicalidade potencial das ocupações urbanas na organização das ações de resistência urbana.

A nova base em Brasília-DF representa uma ação coordenada de nacionalização desse movimento que desde 2011 realiza ocupações sistemáticas na Capital Federal em terrenos das áreas periféricas e dos órgãos públicos, desenvolve trabalho de base em Ceilândia, Samambaia e Planaltina, e Regiões Administrativas que compõem Brasília/DF. Essa nova base compõe a Frente Povo Sem Medo (FPSM), isto é, frente unitária de movimentos sociais que tem como maior objetivo a realização de amplas mobilizações populares.

Seguindo orientação nacional, as ações do MTST em Brasília/DF estão direcionadas à organização das/os trabalhadoras/es a partir do local em que vivem: a periferia. A valorização de iniciativas autônomas na construção do que denominam como poder popular aponta para o redirecionamento da discussão, que no âmbito da política institucional se restringe à esfera da produção. As ocupações urbanas realizadas pelo MTST traduzem sua forma de ação baseada na ação direta com intuito de pressionar diretamente os proprietários e o Estado, mas também como elemento essencial para o trabalho de base comunitário.

Entretanto, a partir do acúmulo das experiências e das vivências, compartilhadas pelos sujeitos integrantes do MTST nos últimos 20 anos, ainda não é possível afirmar que o seu "*modus operandi*" tenha implicado em mudanças hegemônicas na sociedade. Mas acreditamos que tanto essas experiências vividas pelos sem-teto, quanto aquelas de outros grupos que também propõem outras formas de organizar a sociedade, são construtoras de uma outra história, que está sempre em curso. As transformações, assim, não têm um único sentido no andamento da história, mas múltiplos caminhos.

Basicamente a luta por direito à moradia ainda se encontra em estágio

incipiente. Pois compreende o direito a uma vida apropriada com acesso à residência e à comunidade com segurança para uma vida pacífica, digna que propicie saúde física e mental a todos.

Para isso, a moradia adequada deve ser composta de alguns requisitos essenciais. Reconhecida como direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas.

A começar pela segurança de posse, essa significa morar sem medo de ser removido e de sofrer ameaças repentinas. São muitas as maneiras de garantir a segurança da posse e essas variam conforme o sistema jurídico e a cultura de cada região, país, cidade ou povo. Tem-se também a infraestrutura como requisito, aspecto que dá acesso aos serviços e equipamentos públicos. Entende-se por moradia em conexão com redes de água, saneamento básico, energia elétrica e gás; deve estar localizada perto de postos de saúde, escolas, creches, áreas de lazer e esporte bem como ter acesso aos meios de transportes coletivos, à coleta de lixo, à limpeza e aos demais serviços públicos básicos.

O custo acessível é outro fator importante. O preço de aluguel ou aquisição de moradia deve ser compatível com a renda financeira, de forma que não prejudique o orçamento familiar e assim possibilite à população que receba outros direitos humanos como direito à alimentação, ao lazer, etc. Assim como que possam ser pagas as contas de energia elétrica, de água e de gás. Além dos gastos com a manutenção da casa, ou seja, que sejam todos custos razoáveis.

A questão da habitabilidade corresponde ao tipo de moradia adequada, isto é, que deve ter um tamanho proporcional ao número de moradores, como a quantidade de quartos e principalmente banheiros. Deve também possuir espaço para cozinhar e armazenar alimentos bem como para lavar roupas. Além disso, deve dispor de condições de proteção contra chuva, vento, umidade, calor, frio e contra riscos de inundação, incêndio, desmoronamento e qualquer tipo de ameaça que coloque em perigo a vida e a saúde da população.

A não discriminação e priorização de grupos vulneráveis também é fator relevante. Afinal, moradia adequada necessita prover acessibilidade aos grupos suscetíveis da sociedade, como mulheres, crianças, idosos, pessoas com HIV, com deficiência, vítimas de desastres naturais, etc. A legislação e políticas públicas

habitacionais devem dar prioridade ao acolhimento desses grupos e considerar suas necessidades especiais. Ademais, para exercer o direito à moradia adequada é essencial que seja garantido e respeitado o direito a não discriminação.

A localização adequada corresponde à moradia adequada que deve estar em localidade com redes de transporte público, oferta de empregos e fontes de renda, supermercados, farmácias, ou seja, local que ofereça na região opções de desenvolvimento econômico, cultural e social. Bem como acesso a bens ambientais como água, solo e meio ambiente equilibrado.

E, por último, a adequação cultural, ou seja, tanto a construção quanto os materiais utilizados nas obras das moradias devem evidenciar a identidade e a diversidade cultural dos moradores. Desse modo, as reformas e modernizações também devem se adequar aos aspectos culturais da habitação.

### 3.3 REFLEXOS DA POLÍTICA DO PRECARIADO NA QUESTÃO DA MORADIA

Considerando os conflitos de diferentes ordens que explodem na cidade contemporânea no âmbito da luta cotidiana pela sobrevivência, observamos que as urgências do dia a dia das/os trabalhadoras/es pobres se dão no limite da exploração/expropriação, da espoliação urbana (KOWARICK, 1979), que aos poucos evidencia a interligação entre o crescimento econômico e a precarização de vastas parcelas da população de trabalhadoras/es no contexto do processo de acumulação do capital.

A precarização da vida, nesse contexto, implica considerar que não podemos pensar de forma simplória que as dificuldades vividas na escala local quanto ao acesso a postos de trabalhos, condições de moradia, acesso à saúde, à educação e à mobilidade urbana, entre outros, está desarticulada dessa estrutura política-ideológica que passa a normatizar a vida. Ou ainda, reduzir a problemática à questão econômica, uma vez que a reprodução do capital na modernidade não mais se restringe à produção de bens, mas diz respeito à produção de um modo de vida cuja normativa perpassa o consumo e se viabiliza por meio de uma concepção política traduzida pelo projeto neoliberal.

Essa vinculação nos permite analisar um conjunto de aparências representadas muitas vezes sob o discurso de desordem urbana que passa a autorizar a remoção da população pobre para áreas periféricas da cidade, o que mantém a dinâmica

especulativa de valorização de terras vazias entre a área central e as áreas periféricas. Ou, sob a concepção do espaço como raridade que eleva a valorização de determinadas áreas da cidade e resulta na criação de mecanismos de expulsão da população pobre original dessas localidades em função do alto preço de manutenção da vida, como aumento de aluguel, de itens de necessidades básicas, transporte público, entre outros.

Esse deslocamento induzido pelo alto custo de vida em determinadas localidades da cidade também promove grande fluxo entre bairros, municípios e até entre estados, a exemplo do crescimento populacional relacionado ao intenso processo migratório no sentido Brasília municípios do entorno de Goiás em função do encarecimento do custo de vida em Brasília e as dificuldades das/os trabalhadoras/es em se manter em seus locais de moradia. Com isso se percebe a modificação do perfil da população de parte da periferia e a intensificação dos fluxos na conformação de uma dinâmica metropolitana.

A problemática da habitação evidencia de maneira concreta um dos resultados dessa precarização, ainda que com especificidades inerentes ao processo de formação histórico-territorial da Capital Federal. A questão da habitação em Brasília aparecia na literatura, em muitos momentos, relacionada a tensões, reivindicações e organização coletiva por parte das/os trabalhadoras/es que aqui chegaram para a construção da cidade.

Em certa medida, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Distrito Federal desde 2010, faz emergir um posicionamento distinto das experiências anteriores relacionadas à habitação, pois este movimento a situa como elemento estratégico na luta efetiva pelo direito à moradia. As ocupações urbanas, nesse sentido, ao serem tomadas como estratégia para efetivação desse direito, indicam que ações de resistência urbana podem revelar sujeitos que vão sendo forjados cotidianamente como potencial de uma práxis emancipatória.

Dessa forma, Brasília/DF como uma cidade que se torna realidade a partir do traço do urbanista Lucio Costa, vai sendo conformada em sua verdadeira realidade quando ocupada e apropriada por aquelas/es que não cabem no seu plano e no seu planejamento. E esse contraste indica a inserção da Capital Federal no processo global de urbanização capitalista, na qual a terra urbana passa a ser cada vez mais direcionada à produção da habitação como valor de troca, o que tem dificultado conquistas que ampliem de forma efetiva a Reforma Urbana e o direito moradia na

Capital do país.

Nesse sentido, Ribeiro (2006) salienta que as políticas urbanas orientadas pelas ideias neoliberais fazem o Estado recuar da sua responsabilidade de implementação dessas políticas gerando forte concentração espacial e profundas desigualdades sociais, o que resulta no que chamou de uma crise societária. No marco dessa racionalidade e dessa crise, a cidade gestada como empresa no interior do planejamento estratégico foi, ainda, um ideário amplamente difundido por Jordi Borja e Manuel Castells ao disseminar o modelo catalão – em especial na América Latina – a partir do "sucesso de Barcelona" (SILVA, 2012).

Em resposta à crise econômica global de 2008, que afetou o crescimento econômico brasileiro e teve como alvo as próximas eleições de 2010, o governo decidiu adotar uma política com respostas de curto prazo ao aquecimento da economia, incluindo a manutenção de empréstimos e suprimentos, setores mais afetados pela recessão e manutenção do investimento público, principalmente em infraestrutura.

Como parte dessas medidas, os investimentos na área residencial foram priorizados para que o setor de construção civil pudesse oferecer à população com baixa qualificação novas oportunidades de emprego. No entanto, essa medida teve consequências para a qualidade dos empregos criados. As negociações entre o governo e as empresas de construção para definir o menor custo da habitação levaram à informalidade.

Considerando a diminuição da força sindical, no que se refere ao encaminhamento de demandas dos trabalhadores ao Estado, esse espaço de tensão social que já foi ocupado pelos sindicatos, pode-se notar que foi preenchido pelos movimentos sociais urbanos. Hoje em dia, existe um conflito urbano associado à expropriação do solo urbano, especulação imobiliária e acumulação no setor de construção civil, entre outros. Isso provocou o “renascimento de movimentos sociais, que não havia desde as décadas de 1970 e 1980 no Brasil” (RUY BRAGA, 2014). Atualmente a luta por moradia tornou-se essencial, entre muitas lutas como a do transporte coletivo, a luta contra a violência policial, etc.

Logo o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST), a Frente Nacional de Luta por Moradia (FLM) é exemplo que os movimentos sociais urbanos estão vigorosos e atuando nesse processo social do conflito no Brasil. Isso tem ocorrido porque os sindicatos atuam de forma tradicional com pautas voltadas a questões



salariais, direitos desrespeitados, questões internas de locais de trabalho. Nesse sentido, são os movimentos urbanos na luta por direitos, por moradia, por exemplo, que têm assumido um protagonismo público.

O precariado é uma mistura de grupos distintos, tem uma parte composta por gente jovem que vem de classes sociais diferentes. No Brasil, o mercado é muito fragmentado e muito segregado. Esses jovens dificilmente conseguem, mesmo em setores tradicionais, empregos de classe média, assim reproduzem a mesma trajetória sócio ocupacional das gerações anteriores, eles têm uma tendência a viver o processo de proletarização. Tal fato por si só faz surgir a diversidade. E esta segregação intensifica a desigualdade. Os homens trabalhadores ganham muito mais que as mulheres trabalhadoras, os negros ganham menos, e em razão disso as mulheres negras têm salários inferiores aos dos homens negros. Assim a informalidade tende a crescer e absorve essa multidão de microempreendedores, como o camelô da esquina, o pequeno salão de beleza, o trabalho doméstico típico emprego subalterno. Estima-se que a classe de trabalhadoras domésticas é o principal grupo sócio ocupacional brasileiro. Todos os fatores mencionados resultam na expansão do precariado, que, de acordo com Ruy Braga (2014), é muito heterogêneo e composto por grupos que não se comunicam uns com os outros.

Nesse contexto, como já apontamos, O PMCMV foi criado em 2009 por meio da medida provisória em colaboração com os setores imobiliário e de construção civil. A medida preliminar nº 459/2009 recebeu mais de 300 emendas com urgência nas duas casas do Congresso Nacional. Foi aprovado em menos de quatro meses e enviado para sanção do presidente em junho. No mês seguinte, foi publicada a Lei 11.977 / 2009, publicada no DOU em 8 de julho de 2009.

Com o objetivo de criar condições para a expansão do mercado imobiliário para famílias com renda de até dez salários mínimos, o governo federal lançou o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e anunciou a construção de um milhão de casas com investimento de R \$ 34 bilhões. Esse programa estabeleceu um nível de subsídio direto proporcional à renda familiar e tentou influenciar a economia por meio de efeitos multiplicadores da indústria da construção.

Além dos subsídios, também foram feitas tentativas para aumentar o volume de crédito para a compra e produção de moradias e, ao mesmo tempo, reduzir as taxas de juros com a criação do Fundo de Garantia da Habitação. Dado o projeto adotado para o programa, que se baseava no envolvimento do setor privado, o

PMCMV colocou em segundo plano as premissas e os debates que se acumularam em conexão com o Plano Nacional de Habitação Social. Uma das implicações mais imediatas para os programas desenvolvidos no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), foi a de reduzir a transferência de recursos para medidas de fornecimento de habitação.

Desde o lançamento do PMCMV, o Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social começou a concentrar seus recursos em medidas de urbanização em assentamentos precários e no desenvolvimento institucional. Os fundos foram disponibilizados para trabalho adicional em projetos em andamento, que foram financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para demonstrar o caráter subsidiário do FNHIS nas decisões de política habitacional.

Em resposta à crise global, o governo federal tentou promover políticas habitacionais socialmente atraentes. O PMCMV institucionalizou e centralizou a política habitacional, que já havia sido distribuída em várias agências e estava sujeita a descontinuidades. Minha Casa, Minha Vida significava criar a marca de um programa que inclui uma variedade de sub-rotinas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias, agentes financeiros, agentes operacionais e formas de acessar o produto de casa própria.

O número total de contratos nas duas fases do PMCMV correspondeu a 3,4 milhões de unidades residenciais em cinco anos, abrangendo o período de 2009 a 2014. Contudo, ainda há forte demanda por moradias para a população de baixa renda. Segundo o Relatório do Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014, o déficit é de mais de 6,068 milhões de unidades.

No entanto, a dinâmica do PMCMV nem sempre levou em conta o déficit habitacional ao selecionar os municípios prioritários. Ao abandonar o papel de produtor direto de habitação social, o governo atribuiu ao setor privado a tarefa relevante de decidir sobre a localização dos conjuntos habitacionais. Na lógica do mercado, os aspectos da rentabilidade das empresas foram priorizados e os aspectos da reforma urbana e do direito à cidade foram negligenciados. Os instrumentos para promover o desenvolvimento urbano, a regulação fundiária e a democratização da gestão da cidade foram colocadas em segundo plano, conforme previsto no estatuto da cidade.

Essas práticas do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, consideradas neoliberais, confirmam as reflexões propostas por Boito Júnior acerca

do neoliberalismo no Brasil. Segundo o autor, seria completamente infundada a tese de que a descentralização, a desconcentração participativa e a focalização dos gastos públicos na população de baixa renda teriam uma inspiração progressista e por isso mesmo seriam contraditórias com a própria ideologia neoliberal.

Ao contrário, a descentralização e a desconcentração participativa compõem o arcabouço da própria ideologia neoliberal, que prega a necessidade de um “Estado Mínimo”. A descentralização neoliberal é a descentralização da administração de verbas cujo montante e destino são decididos pelo poder executivo central. Quanto à focalização, trata-se de uma tentativa de recuperar “a velha prática liberal da filantropia”.

A focalização (neoliberal) dos gastos públicos não seria, fundamentalmente, o seu direcionamento para as camadas populares, mas a sua concentração “num piso mínimo e reduzido de serviços”. O Estado deveria apenas garantir ao povo o direito ao ensino básico (ou seja, o direito de ser alfabetizado) e uma “cesta básica” de saúde (direito ao cuidado mínimo, preventivo e de baixo custo); bem como a habitação, o restante deveria ser privatizado, mercantilizado. Por fim, o autor procura desmistificar a tese segundo a qual a redução dos investimentos e gastos sociais estatais se deve a uma possível “falta de verbas”. A verdade é que a grande parte dos recursos do Estado são gastos no pagamento dos serviços da dívida pública.

A conjuntura neoliberal e a padronização acerca do novo jeito de morar nas cidades, gestadas como espaços de eficiência e competitividade, exige novas formulações por parte das organizações coletivas. Os limites da política urbana diante da orientação do Estado capitalista que põe em prática o projeto neoliberal, em maior ou menor grau a depender dos governos, acabam por explicitar enfrentamentos entre os interesses hegemônicos e os interesses sociais, estes retomados pelos MSUs na construção da utopia que oriente transformações radicais.

Muito embora tenha como recorte temporal o contexto dos governos neoliberais de Fernando Collor de Melo a Fernando Henrique Cardoso, até o final dos anos 1997, as reflexões do autor não se esgotam. Em se tratando desse dos anos 2000, algumas políticas dos grupos de esquerda não construíram “um programa e um quadro de alianças para uma frente política apropriada à fase defensiva. A plataforma para essa frente deveria ser fundamentalmente antiliberal, “contemplando o objetivo mínimo de suspender e reverter a política econômica e social do neoliberalismo” (BOITO JR, 1999, p. 50).

Entende-se assim, que o modelo de capitalismo neoliberal brasileiro pode ser dividido em dois grandes períodos. O primeiro deles é denominado por um neoliberalismo puro/ortodoxo que passa pelos governos Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso. O segundo se trata dos ditos governos de coalizão do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, dos dois governos Lula e do primeiro governo Dilma, caracterizados por um neoliberalismo reformulado.

### 3.4 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUMPRIMENTO DO DIREITO À MORADIA

Conforme vimos ao longo deste capítulo, o Artigo 23 da Constituição Federal, antes mesmo do direito à moradia ser incorporado à carta magna, já dispunha sobre a garantia à moradia como dever da União, dos estados e dos municípios em que versa: “promoção e implementação de programas para construções de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” e o “combate às causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”.

Compete ao Governo Federal elaborar políticas públicas, de acordo com a lei que garante ser atribuição distribuída entre a União, os estados e os municípios. Tais políticas são consideradas amplas como a elaboração de programas nacionais para habitação, ações direcionadas à erradicação de favelas e de habitações em áreas de risco. Além de voltadas ao resgate de moradores de rua.

Um bom exemplo desse tipo de política pública é o programa social denominado Minha Casa, Minha Vida. São muitas as variações dentro do programa a depender da situação socioeconômica dos que pretendem adquirir uma casa. Este programa concedeu a oportunidade de pagamento parcelado do custo com a moradia por vários meses. Também dá a opção de dividir o valor do imóvel com o governo - a pessoa entra com uma parte proporcional à sua condição financeira e o Estado entra com a outra parte. Além da possibilidade da isenção total de custos, entre outros.

Existem outros problemas evidentes em termos de moradia como a questão das pessoas em situação de rua ou que moram em condições precárias em favelas. Eis uma peculiaridade inerente à realidade brasileira. Essas situações têm razões distintas para ocorrerem, mas tem como responsável o Estado brasileiros que não tem assegurado moradia para toda sua população.

Exemplo disso é a Cracolândia, em São Paulo, onde pessoas sobrevivem nas ruas do bairro. João Dória, eleito prefeito em 2017, em seu mandato propôs internação compulsória dos dependentes químicos da região. Além da questão da dependência química desses moradores de rua, existe também a violência da Polícia Militar contra esses usuários. Pode-se somar a esse contingente o grande número de pessoas expulsas de pensões e hotéis de baixo custo ou de imóveis abandonados.

Nesse caso, são várias as políticas públicas que se sobrepõem. A questão da dependência química é um tema a ser tratado e de atribuição para criar políticas públicas da pasta da saúde. Já a questão da violência policial faz parte da pasta da segurança pública. A situação de rua de grande parte da população é um problema de escassez de moradia que é de atribuição do Poder Executivo em todas as esferas. Todos esses problemas estão interligados entre si, pois a questão dos usuários de drogas nas ruas aumenta a repressão policial, a falta de moradia pode agravar a questão das drogas e também aumentar a violência. Nesse contexto devem ser criadas políticas de combate a esses problemas que necessitam ser pensados como um conjunto que proponha soluções que façam garantir todos esses direitos: de saúde, de segurança e de moradia.

Sendo assim, podemos dizer que o direito à moradia é cumprido? Pois bem, por meio de pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2005, foi calculado que 100 milhões de pessoas no mundo vivem sem um teto. De 7 bilhões de habitantes do planeta, 1,6 bilhões não vivem em moradias adequadas. No Brasil, faltam dados atualizados, pois os últimos apurados foram do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2008. Nessa amostra, realizada em 71 cidades brasileiras, o número de pessoas sem moradia chegou a 30 mil, porém é um dado muito relativo se observarmos que há mais de 5 mil municípios no país. Dados de 2013 constam que são mais de 5 mil pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro e cerca de 15 mil em São Paulo. Foi constatado que, em 3 anos, o aumento foi de 150% desse contingente de 14,2 mil pessoas sem moradia na cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, trata-se de enorme desafio do governo brasileiro em garantir o direito à moradia para essa enorme população de rua hoje no país.

### 3.5 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST) NO BRASIL

Falar do MTST no Brasil é indissociável da política habitacional do país. Afinal,

trata-se de um movimento social que tem como meta metodológica a realização e articulação entre um trabalho fundamental e um territorial no espaço urbano. E que, acima de tudo, contribui historicamente com suas lutas e iniciativas através de conquistas e mudanças.

O mesmo é também é referência no atual ciclo político que criou a Frente Povo Sem Medo, movimento social democrático que promove o debate ao lado de outros sindicatos e ativistas de todo o país. Portanto, o objetivo do movimento pode ser resumido na construção do poder popular e no combate ao capitalismo (SILVA, 2019).

Também é possível perceber pelos movimentos como se deu o processo de expansão do mercado imobiliário, com as responsabilidades atribuídas aos detentores do capital, resultando em condições favoráveis para as grandes construtoras. Portanto, a habitação é tratada como uma mercadoria com fins lucrativos, exceto para trabalhadores de baixa renda. A desigualdade social está presente nesse problema (SILVA, 2019).

Pensando nisso, o MTST faz ocupações, combate o capital imobiliário, faz estratégias com o poder público para encontrar soluções e torcer para que cada um consiga sua moradia.

### **3.5.1 Definição e Breve Contexto Histórico**

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado em 1997, é uma espécie de versão urbana do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cujo objetivo principal é a luta pelo direito constitucional à moradia. Direito este assegurado pela Constituição Federal de 1988, trata-se de uma competência comum da União, dos Estados e dos municípios. Conforme o texto da carta magna a eles cabe “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. Esta determinação foi ampliada com a promulgação da Emenda constitucional nº 26/2000, a qual incluiu a moradia na lista dos direitos sociais dos cidadãos. Tal fato representa um marco no aprimoramento do apoio do governo à população carente. Com essa mudança ficou no passado o antigo sistema, instituído em 1964, do Banco Nacional de Habitação (BNH).

A atuação do movimento se concentra nas capitais do país, nessas localidades

são organizadas as ações dos trabalhadores urbanos na luta por moradia. As ações do MTST significam ocupar imóveis que estejam em situação irregular, assim torna-se possível fazer pressão e mobilização para que as autoridades desapropriem esses imóveis. Essa desapropriação pode acontecer quando a justiça pública assim determina ao considerar que a propriedade está irregular, sendo assim o proprietário perde o direito da propriedade.

De acordo com relato dos líderes do movimento 2018, mais de 55 mil famílias já passaram pelas ocupações do MTST em 20 anos de atuação. Nessa época, os movimentos por moradias ganharam destaque na mídia devido à candidatura de Guilherme Boulos – presidente do MTST – à presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Esse fato também corroborou para um maior debate político. Boulos, enfatiza que o movimento é formado, em sua maioria, pela população que não consegue custear altos aluguéis nas capitais brasileiras e pessoas que sofreram despejo por habitarem em áreas de risco.

É muito comum se confundir a sigla MTST referente ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto com a sigla MST que se refere ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ambos são movimentos por moradia. E também possuem muitos pontos em comum, porém tratam-se de movimentos distintos. Apesar de lutarem por moradia, uma luta por terra e outra luta por um teto, uma casa. Conforme já dito, o MTST pode ser compreendido como um braço urbano do MST, que é um movimento do campo, da zona rural. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como o nome já diz é constituído por trabalhadores rurais que não têm terra para o cultivo e para a habitação.

Em uma das suas publicações, o MTST explana sobre sua origem e caracteriza o MST como:

[...] um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida (CARTILHA DO MILITANTE, 2005 apud GOULART, 2011, s/p).

Historicamente, a luta pela terra se inicia com a chegada dos portugueses à América e com a divisão do país em capitanias hereditárias e sesmarias. Essa foi, sem dúvida, a primeira forma de latifúndio em terras brasileiras. Por meio da Lei das Terras criada em 1850, foi realizada a opção de latifúndio ao se comprar do Estado as terras devolutas, que são áreas remanescentes de sesmarias não colonizadas e

transferidas ao domínio do Estado. Ao adquirir tais terras, o comprador assegura o título de propriedade. Apesar do previsto pela lei, grande parte das terras devolutas foi confiscada por meio de grilagem da terra, inclusive por intermédio de invasões de territórios indígenas, de terras camponesas, com falsificação de documentos, uso de violência e subornos. São objetivos principais declarados do MST a luta pela “terra para quem trabalha”, isto é, lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no Brasil.

Mesmo em 1889 com a proclamação da República, o cenário de monopolização da terra não sofreu alteração no Brasil. O coronelismo marcou as primeiras décadas do século XX, assim como o poder dos grandes proprietários de terra que dominavam a vida dos camponeses. Com a extinção da escravidão o número de ex-escravos, trabalhadores livres e sem-terra aumentou ainda mais com a emigração europeia que chegaram para trabalhar no campo. Desse modo foram facilmente submetidos à exploração de seu trabalho pelos latifundiários. Esse momento histórico foi um período de movimentos de oposição à república dos coronéis, de miséria no campo e de bloqueio das terras.

Já na metade do século XX, surgiram associações de trabalhadores rurais, denominadas Ligas Camponesas originadas em Pernambuco, mas que se espalharam por outros estados da Federação, o que imprime carácter nacional à luta dos camponeses. As ligas atuam durante as décadas de 1950 e 1960, foram responsáveis por ações coordenadas que unificaram a luta pela terra, que eram localizadas, para uma luta maior que envolveria a sociedade com o projeto de reforma agrária como forma de atender a massa camponesa como um todo.

Em 1964, com o golpe militar, as ligas foram reprimidas, o que desarticulou o movimento, porém sem jamais parar por completo o movimento. Nesse período militar foi quando ocorreu a maior concentração fundiária em terras brasileiras. Feita a opção de agricultura capitalista com a modernização da agricultura e industrialização do setor. Essa estratégia resultou em expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais do campo. E, por conseguinte um aumento dos conflitos por terras em todo o país.

Com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CTP), ligada à Igreja Católica, em 1975, a organização popular no campo recebeu maior apoio e no final da década de 1970 deu origem ao mais amplo movimento camponês da história do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como objetivo principal a luta pela reforma agrária. Com a intensificação das ocupações em



massa, a partir de então, o governo responde às ações dos trabalhadores sem-terra com políticas de assentamento (GOV.BR, 2021).

Entende-se por Reforma Agrária um modelo de normas que visem proporcionar melhor distribuição da terra por meio de alterações no regime de uso e de posse com a finalidade de conferir justiça social e aumento de produtividade. Seus objetivos consistem em: visar a alcançar as diversas famílias que precisam de um pedaço de terra para cultivar seu alimento.

Lutar por mudanças sociais no país é essencial para a formação de uma sociedade democrática, pois torna viável a inserção de um número cada vez maior de pessoas na sociedade de direitos. No passado, os primeiros movimentos sociais tinham por objetivo solucionar conflitos de classes sociais e políticos, como, por exemplo, a ampliação de direito ao voto. Hoje, as pautas dos movimentos sociais transitam na inclusão das minorias, como as categorias dos trabalhadores sem teto, trabalhadores rurais sem-terra, afrodescendentes, gêneros e orientação sexual (PORFIRIO, 2022).

No que se refere ao MST, seus integrantes qualificam como injustas a desigualdade na distribuição de terras no campo, uma vez que poucos cidadãos possuem grandes propriedades de terra enquanto muitos não têm acesso à terra. Essa é a razão pela qual o MST luta pela Reforma Agrária, por uma distribuição mais justa e igualitária de terras. Nesse sentido, o movimento está respaldado pela Constituição Federal que estabelece o princípio da função social da terra. Suas ações têm por propósito pressionar o Governo pela observância da lei.

Já o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado na década de 1990, desafia e mobiliza as pessoas na luta pela ocupação da terra nas cidades. É um movimento social que reúne gerações de militantes em busca de seus direitos previstos na Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2019). É composto por trabalhadores urbanos desprovidos de moradia, ou seja, sem teto, por não possuírem imóvel ou por não poder pagar aluguel. Este movimento luta por maior igualdade habitacional nas cidades, onde poucos possuem mais de um imóvel enquanto muitos não têm teto. Por essa razão conclamam por Reforma Urbana. E essa luta pelo direito à moradia está instituída na Constituição Federal de 1988.

No início dos anos 2000, o MTST ganhou musculatura e autonomia, intensificando o número de ocupações e sofrendo os seus primeiros reveses, a exemplo das ocupações Carlos Lamarca, Santo Dias e Rosa Luxemburgo, ocorridas

na região da Grande São Paulo em 2002 e 2003 e removidas em menos de um mês, sem abertura de canais de negociação, apresentados separadamente nos tópicos a seguir.

#### 2.3.1.1. Ocupação Carlos Lamarca

Quando ocorre uma reintegração de posse existem muitos fatores que podem desembocar num deslocamento pacífico das famílias ou num caso de violência sem precedentes. O MTST nunca tinha passado por esse tipo de acontecimento até 2002, quando ocorreu despejo da forma mais desumana.

Os militantes que operavam na ocupação Anita Garibaldi partiram de Guarulhos em direção a Osasco, em 2002, assim iniciando a regionalização da atuação do MTST. Em Osasco escolheram o Parque dos Príncipes, terreno abandonado, pertencente à família Matarazzo. Então ocupado em julho de 2002. Depois de a justiça conceder a reintegração de posse, o movimento foi acampar em frente ao Palácio do Governo e assim foi realizado um acordo com o estado. A proposta do governador era a transferência para um terreno da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), localizado a 50 km de distância em Guarulhos. Segundo Geraldo Alckmim: “daríamos água, alimento, saneamento, saúde e, ao longo de 120 dias, transferiríamos todos para 450 unidades da CDHU” (SEM-TETO..., 2003, p. 6).

O movimento concordou com a transferência, pois não tinha outra escolha, porém não foi assinado acordo, que posteriormente poderia ser firmado em inquérito civil, logo não existiam garantias de posse nos apartamentos, bem diferente do que havia anunciado o governo.

De concreto existia um “encaminhamento para programas habitacionais [...] observando os critérios de atendimento aos inscritos” (SEM-TETO..., 2003, p. 6). Ao chegarem em Guarulhos os sem-teto encararam a resistência da Guarda Civil e foram escoltados pela Polícia Militar que garantiu a entrada das pessoas no terreno cedido pelo governo. No entanto, o prefeito da cidade, Elói Pietá (PT) nem tinha sido informado sobre o acordo.

Um mês, depois, uma ação do Ministério Público, ao alegar contaminação da área resultou num novo despejo. As famílias do “Lamarca” foram recebidas na área do Anita Garibaldi e passaram a ocupar nova área em Osasco, um terreno do então

político Sergio Naya, em março de 2003.

Não tardou e as famílias foram despejadas em 24 de setembro de 2003, numa ação policial violenta, que retirou as famílias dos barracos e jogaram seus pertences em caminhões, o que não coube foi queimado pela polícia militar.

Ao se deslocarem do terreno, anunciaram que iriam para prefeitura de Osasco, porém quando estavam a caminho em direção a São Paulo, as famílias pararam o ônibus e acamparam na beira da rodovia. Não demorou em serem espancadas e retiradas pela polícia e deixadas na pista via expressa de São Paulo conhecida como Marginal Tietê. Desse tempo em diante, fizeram peregrinações e passaram por diversos locais.

Foi quando, em dezembro de 2003, conseguiram se instalar numa creche abandonada, no bairro Novo Osasco, as 200 famílias que estavam em condições inadequadas, conseguiram construir uma horta comunitária e em dezembro de 2006 inauguraram uma biblioteca, e então realizaram eventos culturais.

Apenas em julho de 2008, foi assinado um termo de compromisso pelo então prefeito de Osasco, Emídio Souza (do PT), o qual assegura às 160 famílias a construção de moradias, e que se compromete a entregar em setembro de 2011. Isso tudo após cinco despejos, nove anos de espera e muita batalha.

E o Parque dos Príncipes foi transformado em condomínio fechado, com cerca de 1.790 lotes, deixando de ser um local vazio na cidade para aguardar sua valorização, que ocorreu quando da aprovação da Lei de Zoneamento de nº 13.885 de 25 de agosto de 2004 (GOULART, 2011).

### 2.3.1.2 Ocupação Santo Dias

Santo Dias ou, como é conhecida, a “ocupação da Volks”, na data de 19 de julho de 2003 deu-se o início a referida apropriação quando um grupo de 300 pessoas ocupava uma área de aproximadamente 170 mil m<sup>2</sup> em São Bernardo do Campo em frente à fábrica da Volkswagen. Em pouco tempo, o aglomerado atingiu 4.000 pessoas com a adesão dos moradores das favelas, os quais os jornais chamavam de “vizinhos” (EM SÃO BERNARDO... 2003, p. C3).

O movimento já tinha em seu cadastro algumas famílias, porém a maior parte delas chegou de modo espontâneo, a procura de moradia digna e, ao mesmo tempo,

fugindo da crise de emprego do início do governo Lula. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de dezembro de 2002 e junho de 2003, houve um aumento da precarização do trabalho e a renda média do trabalhador brasileiro diminuiu.

De acordo com o prefeito de São Bernardo do Campo, Willian Dib, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), reafirmava que a “invasão foi politicamente importada” (PREFEITURA..., 2003, p. 3) e que não existia população sem teto em sua cidade, pois os moradores de favela eram bem atendidos por programas habitacionais e sendo assim não tem motivo para atender aos invasores de terrenos da cidade.

Nesse cenário, a morte violenta de um fotógrafo às portas do acampamento Santos Dias, só aumentou o clima de criminalização do movimento por parte dos conservadores. Já dentro do acampamento que crescia dia após dia, o movimento se organizou em brigadas, que eram grupos que tinha a atribuição de organizar o cotidiano do acampamento, as cinco brigadas do acampamento eram denominados: Terra e Pátria Livre, Paulo Freire, Che Guevara, Rosa de Luxemburgo e Liberdade (MIAGUSKO, 2008, p. 30). A ela cabia montar cozinhas comunitárias, abrir ruas, montar banheiros, cuidar da disciplina, de receber a imprensa, de apoiadores, dos espaços coletivos para reuniões e assembleias, da formação política etc.

Após quatro dias da ocupação foi expedida liminar de reintegração de posse. O movimento questionou essa liminar por meio de seus advogados depois de uma semana. Nesse meio tempo, o MTST solicitou ao governo Lula uma intervenção, através do Ministério das Cidades. Foi uma carta do Deputado Vicentinho (PT-SP) enviada ao ministério que levou essa solicitação. Porém, mesmo o presidente Lula estando em negociação na fábrica devido a demissão de 4 mil operários, o assunto não foi contemplado na conversa, logo só restou ao movimento aguardar a reintegração de posse.

O pedido da Volkswagen foi concedido, por três juízes da 3ª Câmara do 1º Tribunal da Alçada Civil do Estado em 5 de agosto, a reintegração de posse, aceitando a contestação da empresa que garantiu vigilância permanente do terreno por guardas armados (MIAGUSKO, 2008, p. 34).

Sem negociação, os sem teto foram despejados e tinham apenas meia hora, a partir das 8hs da manhã para se retirarem do terreno. Isso tudo na presença de “oitocentos homens da Tropa de Choque, setenta da cavalaria, trinta cães, dois helicópteros e cento e quarenta veículos” (Idem, p. 35), quatro mil pessoas foram

despejadas da área em pouco menos de 5 horas.

Daí em diante, as famílias ficaram em busca de um local para abrigo, primeiro foram para Igreja São José, na praça da Matriz, em São Bernardo, mas não foi possível. Foram acampar de frente a prefeitura, que pediu reintegração de posse da praça pública, o qual foi concedido pela 2ª Vara Cível de São Bernardo. E ainda foram proibidos de adentrar a câmara dos vereadores, por meio de um ato administrativo, proibindo entrada de pessoas exceto dos servidores, no mesmo dia, alegando ameaça de bomba por telefonema anônimo que dizia ser do MTST (NO ABC..., 2003, p. 5)

#### 2.3.1.4 Ocupação Rosa Luxemburgo, uma breve passagem por São Paulo

O acampamento denominado Rosa Luxemburgo é pouco lembrado pelo movimento, pois só durou 12 dias. Primeiro ocorreu uma divergência quanto à localização do terreno, se pertencia a Osasco ou a São Paulo.

A princípio, o próprio movimento pensava ter ocupado, com 600 famílias, um terreno de posse da Editora Paulinas, ligada ao grupo católico Filhas de São Paulo, assim afirmou na época Guilherme Boulos, coordenador do movimento. Dessa forma, esperava-se apoio da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB). Porém, dias depois, a Editora disse não ser proprietária do local, a CNBB disse que não iria “se envolver em qualquer tipo de negociação para que a área venha a ficar com os sem-teto” (EDITORA..., 2004, p. 6).

Depois de quatro dias da ocupação, com notícias de 4.000 famílias lá acampadas, apareceu o proprietário e já se apresentou com uma liminar de reintegração de posse autorizada. O grupo pertencia a uma classe de investidores norte-americanos, Hicks, Muse, Tate & Furst (HTMF), que já tinham sido parceiros do clube de futebol Corinthians entre 1999 e 2002. Por fim veio o despejo em 25 de maio e 300 famílias participaram de uma passeata, na esperança de obter um acordo para instalação do grupo removido em outra área.

Foram muitas ações que construíram a história do movimento como a ocupação do terreno da Volkswagen, que rendeu muitas notícias na mídia, colocando o MTST em evidência. Isso gerou outras ocupações em outros estados como em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais (SEM-TETO..., 2003, p. 5). Porém, naquele ano, em São Paulo, as últimas ocupações foram derrubadas, o que resultou na

desarticulação do movimento. Isso tudo provocou um desgaste da militância que foi forçada a repensar seus passos e se rearticular.

A partir daí, de 2003 a 2005, o movimento passou por um período de formulação interna, estabelecendo sínteses programáticas e grupos de atuação, acumulando experiências em mobilização e ocupação de terrenos em São Paulo. Foram intensificadas as ocupações, os debates sobre a atuação e a formação política dos militantes.

Esse processo de ampliação colocou o MTST em enfrentamento direto com o governo estadual. Procurando a abertura das negociações, as manifestações acabaram por causar um desgaste político ao governo, na medida em que conseguiram a atenção da população e da mídia. A partir do segundo mandato do governo Lula (2007-2010), o MTST relançou-se ao objetivo de nacionalização<sup>19</sup> e, para tal, estabeleceu contatos com militantes de outros movimentos de moradia presentes em outras capitais brasileiras, desta vez, sob uma organização nacional unitária.

Aprofundaram-se as práticas de protesto, a exemplo dos trancamentos de estradas forçando a interrupção da circulação de mercadorias, mesclando-se a outras táticas como marchas, acorrentamentos e greves de fome em locais de grande circulação. Um marco desse processo foi o acorrentamento de militantes em frente à casa do então presidente Lula, em julho de 2007. Após oito dias, foram abertas negociações com a promessa de inclusão das famílias acampadas no Programa Minha Casa Minha Vida (PCMV).

O MTST tem obtido destaque no cenário político brasileiro nos últimos anos, pelo poder de mobilização de dezenas de milhares de pessoas em capitais de grande porte, a exemplo do Rio de Janeiro, Brasília e, sobretudo, São Paulo. Durante a Copa das Confederações, em 2013, ganhou maior visibilidade em nível nacional em decorrência da organização de marchas que reuniram dezenas de milhares de famílias nas cidades sede desse evento.

O movimento obtém seu poder de mobilização pondo os sem teto em massivos atos, a partir das ocupações que realiza. Débora Goulart (2011) aponta que:

---

<sup>19</sup> Segundo Débora Goulart, antes desse processo ocorreram tentativas de construção do MTST em outros estados do Brasil, alheios a uma estratégia nacional unificada. Todas estas experiências foram efêmeras e encerradas antes de 2007. Para maiores informações, ver: GOULART (2011).

Durante o segundo semestre de 2009, surgiu uma nova configuração nas lutas urbanas em caráter nacional, com a realização da Jornada Nacional de Lutas que mobilizou movimentos urbanos em seis estados (São Paulo, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará e Ceará). Essa campanha foi organizada e realizada pela Frente Nacional de Movimentos Urbanos, que, formada em 2009, congregou organizações de oito estados brasileiros, reunindo movimentos sociais de caráter urbano, como movimento de conselhos populares, ocupações de terrenos, fóruns de moradia de bairros e regiões e, em número maior, movimentos por moradia, como o MTST (GOULART, 2011, p. 58).

Após os contatos iniciais, em 2011, criou-se um coletivo para articulação, formação política e organização para a luta pelo direito à moradia. Junho de 2013 foi marcado por grandes manifestações de rua iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) - contra o aumento das tarifas de ônibus e metrô, em meio à realização da Copa das Confederações, megaevento organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), que antecedeu em um ano a Copa do Mundo no Brasil.

Inicialmente, os canais de televisão e os jornais tiveram uma postura crítica ou negligente perante os protestos, porém, por mídias alternativas, a exemplo da internet e das redes sociais, várias fotos e vídeos foram exibidos e compartilhados, explicitando as diversas reivindicações dos manifestantes e a truculência da força policial para com os mesmos.

Em poucos dias, estes protestos cresceram e se expandiram por centenas de cidades no Brasil. Dentre as organizações políticas e os intelectuais que dissertaram sobre estas manifestações, houve aqueles que apontaram um caráter “pós-materialista” deste fenômeno (HAMMOND & BARRET, 1996), a exemplo das críticas feitas à corrupção e o rechaço a bandeiras e partidos políticos nos atos.

Dois grupos discutiam sobre estas manifestações, eram eles os intelectuais e as organizações políticas (VIEIRA, 2017). Uns afirmavam que estas manifestações encerravam o ciclo democrático popular, onde o bloco histórico construído em torno do PT (CUT, CEB's, MST e UNE) perderia por completo o poder de mobilização e hegemonia sobre os atos de rua distintos. Um deles relacionou as Jornadas de Junho com condições materiais, expressando contradições urbanas das cidades sedes da Copa do Mundo: “é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades” (MARICATO, 2013, p. 19).

Contraopondo-se a pautas difusas, interesses distintos, diversas ideologias, símbolos e perfis sociais daqueles que se manifestavam, ganhou visibilidade um novo

sujeito. Foi também em junho de 2013 que o MTST protagonizou massivas marchas com dezenas de milhares de pessoas na cidade de São Paulo.

O poder de mobilização e a unidade no modo de ação do MTST foram fundamentais para a divulgação e o reconhecimento deste novo sujeito político que foi às ruas. Organizados, marchando em fileiras, vestidos de vermelho, com palavras de ordem e reivindicações próprias, eram os sem-teto em dezenas de milhares. Exigiam bens materiais, afirmavam-se pertencentes a uma classe, reivindicavam-se trabalhadores.

Manuel Castells (1976) afirma que os movimentos sociais atuantes na cidade surgem como sujeitos e produtos do urbano e se manifestam pelas conseqüências da relação capital/trabalho, fundantes da questão social, às conformações do Estado, da sociedade civil e do mercado (produtivo e comercial). Essas contradições também são processos decorrentes da incapacidade do sistema capitalista em harmonizar a produção e distribuição dos meios necessários para a reprodução da força de trabalho. Portanto, apresentam-se e incidem sobre a cidade, expressando questionamentos e (des)ordens específicas das contradições urbanas.

### **3.5.2 O Papel das Redes para a (re)Territorialização de Espaços à Luz de dois Casos: MST e MTST**

Para abordar este tema, recorreremos ao texto de Ilse Scherer-Warren (2009), que evidencia grupos de pessoas da área rural ou urbana que buscam sobreviver seja como sem-teto ou sem-terra. Estes podem caracterizar-se por uma espécie de vivência da diáspora<sup>20</sup> dentro dos limites do Estado-nação.

A autora defende a ideia de que, por meio da luta por moradia ou por terra, tais grupos ocupam o lugar de sujeitos que lutam por seus direitos como atores políticos dentro do movimento. Assim, passam da posição de excluídos para incluídos, se estabelecem nos assentamentos e lugares fixos de moradia o que lhes confere o sentimento de pertencimento e de reconhecimento enquanto cidadãos e sujeito coletivo inserido no movimento.

A autora recorre a Martin, que evoca Lefebvre (1974, p. 484) para finalizar:

---

<sup>20</sup> Sobre a relação da condição diaspórica com o territórios de referência, vide Haesbaert, 2006 e Halls, 2003.



Hoje em dia (...) uma transformação da sociedade supõe a possessão e a gestão coletiva do espaço, com intervenção dos interessados, com os seus múltiplos interesses, diversos e mesmo contraditórios. Portanto, a confrontação e o seu trunfo é o domínio do mesmo espaço”. Não se trata mais do espaço abstrato, reificado, mas de todos os lugares socializados, no campo e na cidade, dos conflitos no e pelo espaço... É exatamente por causa de tudo isso, que uma abordagem verdadeiramente geográfica dos movimentos sociais, ou seja, sem esquecer a sua dimensão espacial, parece hoje tão importante.

Nesse sentido, pretende-se realizar a reflexão que promove diálogo entre concepções geográfica e sociológica, assim, por esse viés, compreender os recentes movimentos de (re)territorialização de locais apartados e em conflitos, compostos pelo MST e pelo MTST no Brasil.

Os confrontos sociais entre grupos que se organizam em movimentos na sociedade brasileira contemporânea, dizem respeito a lutas entre grupos antagônicos, de um lado os que defendem espaços privatizados (como o agronegócio, os ruralistas/UDR, grandes corporações, etc.) e de outro os que buscam a legalização e preservação de espaços com função social que atendam às populações excluídas (como os sem-terra, sem-teto, quilombolas, indígenas, etc.).

Essas lutas, dos que se encontram excluídos do modelo de concentração de riqueza no Brasil, têm por princípio lutar pela democratização da propriedade, pela distribuição justa de renda, pela inclusão social, política e cultural dos pobres. Faz-se necessário analisar como se fortalecem essas organizações por meio de redes de movimentos sociais<sup>21</sup>.

Com essa finalidade, é preciso diferenciar nas redes a definição de redes interorganizacionais ou “coletivos em rede” do conceito de “redes de movimento sociais, a saber:

Coletivos em rede referem-se a conexões entre organizações empiricamente localizáveis. (p. ex., entre ONGs ambientalistas). Estes coletivos podem vir a ser segmentos (nós) de uma rede mais ampla de movimentos sociais, que por sua vez é uma rede de redes. O Fórum Brasileiro do ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento é uma sub-rede do movimento ambientalista brasileiro. Entretanto, o movimento social deve ser definido como algo que vai além de uma mera conexão de coletivos. (Cf. Scherer-Warren, 2007c, in: Ferraro Júnior (org.), p. 328).

Contudo, o diálogo não ocorre num espaço descontextualizado, mas sim em

---

<sup>21</sup> Sobre organizações em rede e redes de movimentos sociais vide alguns de meus trabalhos anteriores, especialmente, Scherer-Warren, 1999, 2000, 2005, 2006 e 2007b, 2007c, 2007d.

contextos repletos de significados relativos à história, ao tempo, ao espaço e à sociedade, os quais se inserem e interagem como: conflito e solidariedade, reivindicação material à sua significação e, dentro de um contexto institucional, buscam formas de transformação do instituído.

Busca-se compreender tais significados dentro das intervenções políticas do MST e do MTST nos contextos de produção de territórios sócio espaciais mais democráticos dentro das perspectivas: espaço-temporal, conflitiva-solidarística, matéria-simbólica e participativa-estratégica.

### 3.5.2.1 Dimensão espaço-temporal

Segundo Harvey (1989), a compreensão do espaço e do tempo na contemporaneidade consequentes das novas tecnologias de informação teria possibilitado mais localismos que internacionalismos e favorecido mais o capital que os trabalhadores.

No entanto, apesar de concordar em parte, podem-se apontar processos contrários, a partir da atuação de movimentos sociais em redes que geram novas territorialidades.

Tais movimentos funcionam como agentes reativos ao status quo, se observarmos pela ótica da multiterritorialidade, desenvolvida por Haesbaert (2006), quando coexistem lógicas divergentes de controle territorial. Esta organização espaço-territorial compreenderia três tipos de representação (*Ibid*, p. 307): territórios-zona, dinâmicas sociais de controle das áreas e com “fronteiras” bem demarcadas; territórios-rede, controle espacial das redes e com a possibilidade de sobreposição e partilha de múltiplos territórios e glomerados de exclusão, resultante da exclusão sócio espacial de grupos sem condições de exercer controle efetivo sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica ou de apropriação simbólico-cultural (*Ibid*, p. 312).

A questão é em que medida o MST e o MTST tornam-se agentes de resistência historicamente consolidados? E a partir daí podem ser produtores de novas territorialidades?

Os grupos de mobilização que participam das redes do MST e do MTST são na sua maioria oriunda dos aglomerados de exclusão, sejam trabalhadores rurais sem

terra ou urbanos sem moradia, trabalhadores informais sem qualificação. São nômades no campo ou nas cidades sempre se transferindo por vários aglomerados de exclusão.

Ao aderirem ao movimento, tornam-se sujeitos políticos, participam de uma nova territorialidade, conectados aos seus pares nos assentamentos ou acampamentos, ligados à organização a nível nacional e até a nível internacional.

O processo de ocupação de terras devolutas com a organização de acampamento é um momento de desterritorialização e (re)territorialização de grande significado político e simbólico. Trata-se de um ato de resistência e de luta pela transformação de latifúndios e isso torna o acampamento um local onde se desenvolvem redes de solidariedade e de identidade política.

Assim, uma nova relação espacial ocorre nos assentamentos da reforma agrária. O assentamento se caracteriza como uma mistura de território-zona e território-rede. Porém, o sentido de território-zona foge do tradicional, pois não existe o domínio econômico e político em relação à propriedade, são todos ligados ao movimento e unidos pelo projeto historicamente determinado.

Trata-se de um novo formato de propriedade coletiva ou individual vinculado ao uso da terra. Todavia tem fronteiras bem delimitadas. Pode-se chamar de microterritório-zona subordinado a um controle dentro do assentamento e inserido num território-rede muito maior que está conectado a regiões, em âmbitos nacional e internacional, interligadas por pautas de lutas políticas que pretendem estabelecer transformações sociais duradouras.

Pensando em MTST como as condições de sobrevivência no contexto de semi-nomadismo em aglomerados de exclusão, encontram-se pontos em comum com o MST no que tange a organização grupal, como também há especificidade que deve ser destacada. Aqui, o que diferencia do MST é a aquisição de moradia, e não o trabalho. Dessa forma, ao entrarem em conflito nas áreas com prédios desocupados e sujeitos à exploração imobiliária, estão garantindo um novo território-zona residencial que abrigue a população marginalizada das cidades.

Importante frisar que a participação do MTST num território-rede se deu com sua associação ao MST. Com o tempo, as ocupações de terras ou prédios vão criando conexões entre si. Porém, não existe ainda uma consolidação do movimento nacional e as relações transnacionais são consequências naturais.

Pode-se inferir que o novo território-zona para os sem-teto prevalece em

referência ao território de articulação política, contrariamente a experiências do MST, ou de acordo com Martin (1997), apoiando-se em Fernandes, neste último movimento pode-se pensar na força da organização em rede para construção de novas territorialidades. É justamente “esta estruturação (que) permite o rompimento do isolamento geográfico, social e cultural bem como as trocas de experiências das fases das lutas, organização dos trabalhadores, ocupação de terras, negociação com as forças políticas envolvidas etc.” (FERNANDES, 1992, p. 35). O que permite ao MST o domínio e ampliação do espaço e da organização.

Logo, conclui-se que a lógica da rede, que produz o território-rede quando sobreposta a uma lógica do movimento não discorre apenas sobre espaço e tempo, mas também, por meio desses, conecta o presente e o passado com o futuro, ou seja, o cotidiano com os projetos de mudança. É nessa lógica que se dá a aproximação entre as redes do MST e do MTST.

Assim, conclui Ferreira (2008) na mesma direção das redes movimentalistas quando reitera que as ações acontecem no presente vinculado ao passado, por meio da história, e o futuro, por meio do projeto que se pretende que são possíveis as mudanças. O que fica claro que as espacialidades e temporalidades do cotidiano não se apartam do concreto e assim deve-se fugir das reificações para não cairmos na naturalização das fraturas sociais e acharmos normais a segregação do espaço urbano e a desigualdade existente na apropriação dos grandes centros.

Portanto, é por meio dos processos predominantes de apropriação do espaço e, por conseguinte, a reprodução das desigualdades que os movimentos citados desenvolvem suas redes de resistência na busca por novos espaços de solidariedade e cooperação. Porém, a desterritorialização é resultado tanto de cooperação quanto de conflito entre as relações sociais. A partir desse viés, segue análise desse processo.

### 3.5.2.2 Dimensão conflitiva-solidarística

De acordo com Ferreira (2008), “é justamente na busca das tensões entre os diversos agentes e atores que produzem o espaço urbano [podemos acrescentar: que reproduzem e produzem o espaço rural] que encontraremos o melhor caminho não só para a análise dos conflitos sociais, mas também para a transformação do estado de

coisas atual”. Neste sentido, a relação entre proprietários e despossuídos é fonte de conflitos que promovem movimentos de resistência. No entanto, pode também provocar identidades coletivas e solidariedade grupal o propicia o surgimento de um movimento social.

A origem do conflito se dá acerca das concepções distintas entre proprietários e despossuídos em relação ao valor dos espaços de posse ou ocupação, ou relativo às referências afetivas e simbólicas comunitárias de vivências nesses espaços. Como exemplo deste caso, são os processos de migração forçada em situação de áreas de risco.

O MST é indicado como referência internacional de resistência de populações marginalizadas e tem se firmado como representação política expressiva o que instigou a criação de oposição à Reforma Agrária no Congresso Nacional como a bancada UDR, bancada ruralista, além da criminalização por meio da mídia. Exemplo desse conflito ocorreu no Rio Grande do Sul quando da repressão policial a uma manifestação pacífica do MST e subsequente tentativa de criminalização legal por parte da justiça estadual com o respaldo das forças conservadoras dos latifundiários e do agronegócio. Esse conflito se ampliou, pois feriu os direitos de cidadania defendidos pelos movimentos sociais, como o direito de ir e vir, participação em manifestações públicas e de expressão política. A reação chegou a ser sintetizada nas palavras do deputado federal Maurício Rands (PE): “A ata do MP [Ministério Público] gaúcho é uma demonstração de tudo que um órgão de Estado não pode fazer, pois contém preconceito e tentativa de criminalização de um movimento social” (JC *OnLine* – Recife, 9/7/08); tais reações ampliaram-se por vários setores da sociedade civil, por meio das vozes de militantes, intelectuais e artistas.

A questão da violência no campo é estrutural e institucional, não vem de hoje e sempre teve o respaldo político das classes dominantes rurais conforme afirma Tavares dos Santos (2000). A violência no campo tem configuração política, social e simbólica com alto grau de letalidade contra organizações dos camponeses e trabalhadores rurais cujos agentes são membros da burguesia rural composta por fazendeiros e comerciantes locais, se utilizam de milícias organizadas e têm o apoio da polícia cível e militar que lhes confere um carácter estatal. Além disso, a omissão do Poder Judiciário reforça a impunidade. Esse quadro só vem a aumentar a descrença na ineficácia da justiça por parte dos trabalhadores rurais e camponeses na resolução de conflitos e garantia de direitos constitucionais, como o direito da

função social da terra.

Já o MTST segue o mesmo discurso do MST, o qual confronta o valor da terra improdutiva (do latifúndio) versus a necessidade de distribuição das terras para os despossuídos. Contudo, os sem-teto acrescentam ao seu discurso o valor da terra e da moradia fixa que agregam meios que tragam melhorias na qualidade de vida dessa população excluída.

Foi nesse cenário de conflitos, segundo Ferreira (2008), que surgiu o MTST em 1997, por iniciativa do MST. Sua criação se originou da comprovação que 85% da população brasileira ocupavam a zona urbana do território nacional na época. E assim foram articuladas as lutas pela terra e as lutas por moradia da população urbana. A primeira ação do MTST ocorreu em Campinas-SP, quando cinco mil famílias um terreno batizado de Eldorado dos Carajás (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2007).

Dessa forma, por meio do enfrentamento a sua condição de subordinação ao reinterpretar a própria expropriação, os grupos dos sem-teto e dos sem-terra vão erguendo suas condições de cidadania. E para consolidar esse processo tiveram que reinterpretar a materialidade da exclusão de maneira simbólica.

### 3.5.2.3 Dimensão material-simbólica

De acordo com Haesbaert (2006, p. 294), enfatiza “o papel das redes em processos (re)territorializadores, ou seja, na construção de territórios em seu sentido de controle ou domínio material e/ou apropriação simbólica” como forma de nos prevenir para que não se confundam redes territoriais com redes físicas. Logo, faz-se necessário o debate em torno de como os movimentos sociais realizam esse duplo papel em suas práticas.

Como dito anteriormente, para que os movimentos sociais ajam na (re)territorialização de espaços separados e migrar de aglomerados de exclusão para os territórios de rede, precisam se organizar em redes de movimentos.

Sob outra perspectiva, o caminho a ser percorrido de organizações com demandas restritas para organizações de rede requer a transformação de nexos entre as demandas materiais e o sentido subjetivo destas privações. E assim conceber esses nexos em formas expressivas, como pautas políticas comuns a diversas organizações, criando identidades coletivas que viabilizem a articulação dos

movimentos específicos numa rede de movimentos sociais.

A probabilidade da criação de sujeitos e da conversão dos mesmos em atores politicamente ativos nas redes não é consequência imediata da vivência de carências. Tanto é que movimentos sociais não são produzidos só em razão das carências. O sentido coletivo atribuído a esta carência, bem como a identificação subjetiva decorrente dela com a criação de símbolos representativos em torno da mesma, como por exemplo, música, vestuário, bandeira do MST. Neste processo está intrínseco o reconhecimento recíproco da vivência da exclusão, o que pressupõe a construção de novos valores coletivos dos grupos que por si só podem definir quais os conflitos que geram a exclusão e seus adversários políticos. Estas ações geram, por consequência, a transformação dos sujeitos em atores políticos, os quais convertem as carências em demandas. Estas necessidades geram pautas políticas que resultam em protestos moldados em projetos de mudança.

Deste modo, o movimento é constituído por meio da atuação dos sujeitos no processo da luta social. Nesse sentido, Martin (1997) concluiu que: os movimentos sociais urbanos (MSU) tem importante função no acúmulo de experiências, porque: “marcam o início de um processo que tende a afetar a vida daqueles que dele participam, pelo enriquecimento que o contato com o outro propicia e que o debate estimula”.

Assim sendo, segundo Carlos (1992), a atuação nos MSU pode ser a origem de uma “revelação da identidade do homem, através da ação”, visto que “o contato cotidiano com o outro implica na descoberta de modos de vidas, problemas e perspectivas comuns”. No entanto, esta participação produz “junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana”.

Logo, tanto no MST quanto no MTST, pode-se observar os três momentos de criação de um movimento social, são eles: a formação de uma identidade coletiva, a definição de um campo de conflito e um projeto de transformação social.

Na pesquisa sobre a origem e desenvolvimento do MTST, Lima (2004) reitera que, ao longo deste percurso, uma das preocupações centrais dos militantes que coordenavam a ocupação era procurar esclarecer aqueles com quem discutiam o projeto, que este não se limitava, exclusivamente, à obtenção da moradia, mas sim, expressava a luta por reforma urbana e pela transformação social.

Verifica-se aí um processo de politização do sujeito que percebe que além das conquistas concretas e materiais ocorre a necessidade de redefinição de sua condição

de cidadania e de seu espaço de moradia que passa de um conglomerado de exclusão para um território de cidadania em construção, expresso a seguir por uma militante do MTST à pesquisadora supracitada:

[...] A preocupação nossa em dividir em lotes, formalizar o que aconteceu aqui dentro, um bairro, onde todo mundo tem acesso [...]. É organizado? É. Nós, pelo menos, tentamos ser organizados e desenvolver aqui um bairro e não uma favela. Nada contra uma favela. Eu acho que a grande maioria do povo que vive aqui veio de favela. Uma boa parte veio do aluguel. Perderam o emprego e as condições e tiveram que vir para cá. Mas se nós fizemos uma ocupação e no final das contas ficassem becos? O que nós estávamos fazendo? Que organização é essa? Isso aqui não seria uma organização, era uma bagunça. Foi onde nós formamos um bairro, mas um bairro muito chique. Está na madeira? Mas está chique (ISAURA, depoimento à autora, 2003).

No entanto, esse processo de passagem de uma experiência dos participantes do MST e do MTST de um aglomerado de exclusão para um território em rede com o sentimento de cidadania em construção é resultado de uma vivência numa rede que valoriza a democracia interna e externa, como será visto no próximo item.

#### 3.5.2.4 Dimensão participativa-estratégica

Com a intenção de dar aprofundamento sobre a interação entre redes e territórios, observa-se que Leila Dias (2007, p. 20) enfatiza que a lógica das redes é definida por atores que as desenham, modelam e regulam. E, por outro ponto de vista, acompanhando Santos (2000, p. 259), a autora declara que a lógica do território é arena de oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza. Assim, “o território é suporte das redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações” (Ibid, p. 259).

Neste cenário de horizontalidades pode-se incluir os atores contra-hegemônicos que operam em rede. E a partir desse confronto entre verticalidade e horizontalidade que os movimentos sociais atuam entre territórios-zona e territórios-rede e, dessa forma, participam da esfera pública com a finalidade de democratização da terra e da moradia.

Porém, a atuação dos grupos organizados em rede que impactam a



democracia deve ser observada a partir de três pontos de vistas: o da democratização no interior da rede; o da participação da rede no processo de democratização da esfera pública; o papel da rede na democratização da riqueza e de avanços da cidadania.

Ao analisar as lutas sociais no campo, Tavares Santos (2000) conclui que ocorreram avanços da cidadania para os sujeitos das redes de movimentos que ultrapassaram os conflitos sofridos pelo poder econômico e pelo próprio Estado: ficou delimitado, dessa forma, um espaço de conflitos agrários em que a reforma agrária surge como aprofundamento da democracia no Brasil.

Essa nova cidadania dentro do território-rede nasce de uma nova participação político organizativa do movimento, que é interpretada pelo MST como um espaço de grandes transformações na vida cotidiana e nas relações de poder na sociedade: assim, foi construído um espaço de socialização política em que se amplia o sentido da luta pela terra que ultrapassa a questão econômica e passa a ser um projeto sociocultural que altera suas realidades. ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), 14/3/2000).<sup>22</sup>

O plano político para empoderar essa rede na esfera pública se realiza por meio de articulações as quais envolvem relações entre o MST e o MTST, destes com a Via Campesina, Movimento de Barragens, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Desempregados e outros movimentos sociais do campo e da cidade, além de articulações em rede, como o Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), a Assembleia Nacional Popular (ANP), a Semana Social Brasileira (SSB), a Coordenação dos Movimentos Sociais, dentre outros.

Para finalizar tem-se o documento a Carta da Terra, ratifica o papel da rede na promoção da justiça social, da equidade e da democratização da riqueza, que segundo FNRA13, concede unidade total ao movimento. A carta propõe a desapropriação de todos os latifúndios, das propriedades de estrangeiros e de banco, além das que praticam o trabalho escravo. Também se refere a luta pela demarcação de todas as terras indígenas e comunidades quilombolas com a finalidade de erradicar a pobreza. Sobretudo faz referências aos interesses da cidadania no sentido universal com a promoção da democracia, da preservação ambiental e da paz.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Maiores desdobramentos em torno deste ponto, vide em Scherer-Warren & Carvalho Ferreira, 2002

<sup>23</sup> De acordo com Carta da Terra internacional, fruto de uma ampla rede e movimento, apoiada e assinada pela UNESCO em 2000, a qual parte de uma visão integradora e holística, considerando a pobreza, a degradação

### 3.5.3 O MTST e a Construção de um Movimento Social

Nas duas últimas décadas, o campo brasileiro foi marcado por diversas mudanças decorrentes da expansão do agronegócio e diminuição da reforma agrária. Em decorrência dessas mudanças, os movimentos sociais do campo se depararam com a necessidade de refazer-se, sobretudo, no que se referem às suas estratégias e ações. Isso provocou a recriação de novos espaços de luta e resistência.

Durante a reabertura política ocorrida na década de 1980 e o início do período de redemocratização, ocorreram mudanças na formação e práticas dos movimentos sociais. Pela liberdade de organização político-partidária, abriu-se espaço para uma reaproximação entre movimentos sociais e partidos políticos, a exemplo das primeiras vitórias do PT no âmbito municipal.

Durante a década de 1990, foram efetivadas políticas neoliberais no país e, ao mesmo tempo, ocorreu uma forte aproximação que resultaram em parcerias entre instituições públicas e privadas, como, por exemplo, a colaboração mútua entre as Organizações Não Governamentais (ONGs), as associações comunitárias e os partidos políticos.

Como grande exemplo dessas estratégias, emergiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que se aglutinou aos movimentos socioterritoriais rurais que já ocorriam desde 1984, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mesmo que este último mantenha sua força e tradição de lutas junto ao meio rural, como bem afirmou Gilmar Mauro, da direção nacional do MST, em 2018, as estratégias de luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto reforçou a trajetória de reivindicações iniciadas pelo primeiro (BRASIL DE FATO, 2018).

No meu ponto de vista, este momento não representou necessariamente um período de refluxo, mas, sobretudo, um processo de recomposição nos modos, instrumentos e táticas de organização dos trabalhadores. Justamente na década de 1990, em nível nacional, permaneceram em pauta diversas práticas de resistências,

---

ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia e a crise espiritual como problemas interdependentes (vide: [www.cartadaterrabrasil.org/](http://www.cartadaterrabrasil.org/)), e assumida, dentre outros pelo MST, pelo FNRA, constando da Carta do 5o. Congresso Nacional do MST: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), 15/06/2007. 15 Manifesto Popular de 28/03/2008, vide: [www.mtst.info/?q=taxonomy/term/66%2B67](http://www.mtst.info/?q=taxonomy/term/66%2B67)

a exemplo das ocupações de latifúndios, terrenos e prédios urbanos e o período de maior crescimento e radicalização do MST, do qual o MTST recebeu fortes influências. Debater sobre movimentos sociais velhos ou novos (ou mesmo novíssimos) é ir ao encontro de uma análise sobre a modernidade.

Segundo Gilmar Mauro, da direção geral do MST:

É bom que se diga: o MST vai continuar ocupando terras no Brasil até que se faça a reforma agrária. Enquanto existir um sem-terra no nosso país, o MST foi criado para isso: para organizar e para lutar. Mas o MST é produção, é agroecologia, é cultura, é arte, é educação, com os vários projetos de alfabetização de jovens e adultos pelo país afora, o MST é formação, é um movimento que está articulado internacionalmente com muitos movimentos sociais. O MST tem apoio da intelectualidade, de artistas brasileiros e de uma parcela significativa da população (BRASIL DE FATO, 2018).

Essas ações conjuntas demonstraram uma união de interesses de causas sociais e estruturas organizativas de intervenção na sociedade. E isto não somente os direitos de acesso à terra e à moradia, mas também de condições da reprodução da vida na cidade, acesso a bens e serviços, mobilidade urbana, políticas públicas, etc. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) criou uma nova forma de atuação e resistência na cidade, sobretudo, nos processos de ocupação e territorialização, que se expressam nas formas e práticas diferenciadas de luta e organização em meios digitais.

Identificar o nascimento do MTST não é algo simples, pois, como é comum nos movimentos sociais em geral, não há uma data de sua fundação, sim um processo de constituição em que suas premissas e características vão sendo paulatinamente lapidadas. Como colocamos, sua origem está relacionada tanto às lutas no campo dos anos 1990, da aproximação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) às lutas urbanas (GOULART, 2011), como a uma tradição de movimentos sociais urbanos no Brasil.

Essa aproximação ocorreu a partir da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em 1997, quando o MST dirigiu alguns militantes para as cidades, onde já existiam movimentos organizados, com vistas a uma possível articulação de suas lutas. Tal vínculo é reconhecido pelos próprios militantes do MTST como um germe da criação deste movimento (GOULART, 2011).

Porém, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República

provocou o distanciamento entre os dois movimentos devido, de um lado, à proximidade do movimento rural com o governo recém-eleito e, de outro, à necessidade de o MTST tomar um rumo próprio frente às suas ações e de adequar formas de luta à realidade urbana (GOULART, 2011). As diferenças com o projeto representado pelo grupo de Lula da Silva são destacadas desde as primeiras ações do movimento.

O MTST surge com características comuns à inúmeras lutas e movimentos sociais nascidos ao longo dos anos 1990, mobilizando-se numa plataforma de negação ao Estado e suas políticas neoliberais, adotadas largamente na América Latina após os anos de ditaduras militares. Priorizando a organização das populações empobrecidas das grandes metrópoles brasileiras, os acampamentos levantados pelo movimento cuja vivência cotidiana servia como teto e espaço de organização popular. Esses elementos, por sua vez, aparecem como princípios organizativos presentes em diversos documentos internos do movimento.

#### **3.5.4 Movimentos sociais e suas novas formas de atuações**

Diante do que já foi posto, torna-se necessário discutirmos sobre o que é um Movimento Social. Em que termos acadêmicos podemos classificar um movimento /ou organização enquanto um movimento social. No âmbito dessas discussões análises de autores como Maria da Glória Glohn (1991) são bastante significativas. A referida autora sugere que dividamos os movimentos sociais em Clássicos, Novos e Novíssimos.

O termo movimento social surge no contexto do século XIX, por autores que defendem estudos sobre o socialismo francês. Essas teorias tinham caráter conservadoras e enxergavam as mobilizações como distúrbios populares. Já no século XX, surgiram novos olhares aos movimentos sociais que a autora divide em três paradigmas, compreendendo paradigmas como novas formas de entender determinado fenômeno.

Os novos seriam os que configuraram suas lutas e sua movimentação até o ano de 2011, e teriam caráter mais indenitários, já os novíssimos seriam os que ocorreram posteriores a esse recorte temporal e que seriam marcados pela mobilização através das redes sociais, a partir da ocupação de determinados locais

urbanos. Mas algo que, de certa forma, perpassa todos os movimentos “novos”, é um fio da necessidade de reconhecimento, reconhecimento da sua existência, das suas demandas. São movimentos que reivindicam o reconhecimento, seja de direitos, de participação política ou ainda causas como as questões de gênero.

Também dialogamos com os autores Castels (2000) e Zizek (2003), que nessas discussões alertam para a questão da democracia em si. Os movimentos em si (fazendo uma alusão à Marx), “são movimentos, necessariamente, em busca de democracia?”, mais do que isso, apresentam um esgotamento do modo de democracia liberal. Noam Chomsky (2012) coloca que essas transformações que vem acontecendo, seja nos movimentos sociais ou não, demonstram um declínio vertiginoso do capital do sistema representativo que nós temos.

Então, esse esgotamento dessa democracia liberal é um dos elementos desses novos movimentos sociais. Outro ponto importante que Slavoj Zizek (2003) coloca é que o setor dominante, socialmente falando, pensa, fala sobre esses movimentos enquanto casos isolados, tanto nacionalmente, quanto externamente. O problema desses movimentos, segundo o autor, é que eles, além de não serem isolados, expressam a exata falência do sistema capitalista e, por consequência, da democracia liberal. Há a necessidade de nos reconfigurarmos.

Maria da Gloria Gohn (200) separa as teorias como clássicas, contemporâneas e mais novas, que chamada de novíssimas, ou novíssimos movimentos sociais. Diferente de 2013, o contexto dos movimentos e mobilizações em 2015 e 2016 se altera e sugere um aprofundamento. Surgem antigos, novos e novíssimos movimentos sociais, que entram em confronto. Dos antigos movimentos sociais em 2016, podem-se destacar os movimentos estudantis, os sindicais e os populares. Estes lutam por moradias dignas. Além dos movimentos atuantes nas últimas três décadas como o da Central Única dos Trabalhadores (CUT), movimentos de mulheres, movimentos atingidos por barragens, de pequenos proprietários, Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), União Nacional dos Estudantes (UNE), etc. Pode-se destacar como novos grupos o “Levante da Juventude” por exemplo, que ressaltou a reativação de muitos participantes em Frentes de ação política como a Frente Brasil Popular, que inclui aproximadamente 60 movimentos e organizações, e a Frente Povo Sem Medo, que abrange movimentos e agremiações partidárias recentes como o MTST. Já no grupo novíssimo, pode-se citar os movimentos sociais que foram para as ruas em 2016 como “Vem pra Rua” e o

“Movimento Brasil Livre (MBL)”, “Nas Ruas” como mais 60 novas siglas cuja pauta é de conteúdo liberal, centrado no governo de Dilma (2016), pelo mandato de Temer como presidente da República. Dentre esses grupos novos foram criados grupos conservadores como “Revoltados On Line”, que defendem o retorno dos militares ao poder. Esses grupos levantam bandeiras de apelo popular como: ética na política e moralidade popular. E os slogans mais vistos nas ruas foram: “Fora Dilma, Fora Lula, Fora PT”.

Inicialmente importa destacar o que é um movimento social na sua perspectiva. Segundo Gohn (2000), um movimento social é algo mais estruturado, tem opositores, identidades mais coesas, determinados projetos de sociedade ou de resolução aos problemas sociais que demandam. Além disso, possuem liderança, base de assessoria, que são fruto de uma construção social e não algo dado, fruto apenas de contradições. A autora também aponta que os movimentos sociais constroem uma relação de identidade e pertencimento.

O termo movimento social surge no contexto do século XIX, por autores que defendem estudos sobre o socialismo francês. Essas teorias tinham caráter conservadoras e enxergavam as mobilizações como distúrbios populares. Já no século XX, surgiram novos olhares aos movimentos sociais que a autora divide em três paradigmas, compreendendo paradigmas como novas formas de entender determinado fenômeno.

Os três paradigmas são: o Norte-americano, em que os métodos analíticos tiveram como base o sistema sócio-político, a base econômica e voltaram suas análises para as estruturas da organização do sistema, etc; o Europeu, em que divide em dois, o paradigma dos marxistas e o paradigma dos novos movimentos sociais. O paradigma de perspectiva marxista se embasa no materialismo histórico e dialético, onde os estudos e as análises são voltados para as lutas de classes, nos processos históricos relacionados às contradições do capitalismo, nas relações de produção e consumo.

No que se refere aos paradigmas dos novos movimentos sociais, depreende-se que estes trabalham com processos micro-sociais, que os estudos dos recortes são úteis à análise de novos movimentos históricos e sujeitos sociais. Para a autora, esses últimos se desdobraram em estudos sobre identidade, cultura e subjetividades. Por fim, ela pontua os terceiros paradigmas, que são os paradigmas da América Latina. Esses paradigmas se relacionam aos processos de descolonização, processos

emancipatórios, processos de lutas por reforma agrária, lutas de minorais, lutas sindicais.

Ainda segundo a autora, o paradigma de análise para os processos da América Latina, até a década de 1970, era o paradigma europeu. Mas, após esse período, passam a ser mais utilizados os paradigmas dos novos movimentos sociais, o que transforma o olhar dos pesquisadores para os processos de lutas na América Latina. Outro paradigma norte-americano é o que se intensifica com os desdobramentos das décadas de 1980,1990. Segundo Maria da Glória Gohn, as teorias norte-americanas passam por uma reformulação devido aos acontecimentos da década de 1970, como movimentos da contracultura, dos movimentos identitários que ganham mais evidência nesse período.

De acordo com Gohn, as “antigas” teorias norte-americanas passam assim a contemplar um novo paradigma que se caracteriza pela análise do processo político e a relação do processo político com as bases culturais. Esse paradigma é chamado da teoria da mobilização política, teoria das multidões. No século XXI surgem novos modos de mobilização com a participação de novos sujeitos, o que ela chama de novíssimos movimentos sociais.

Nessas circunstâncias, coloca os chamados movimentos clássicos, seriam aqueles ligados aos sindicatos, movimentos trabalhistas; haveriam, ainda, os novos movimentos ligados a pautas identitárias, culturais, etc, e os novíssimos, que seriam os movimentos contemporâneos, que se caracterizam por uma transição de demandas identitárias para demandas coletivas, no sentido de uma participação mais coletiva e democrática dos variados agentes sociais.

Como ponto máximo desse debate, pontuamos James Jasper (2011) quem, em “Protesto: uma introdução aos movimentos sociais”, coloca que alguns teóricos percebem os movimentos sociais apenas de caráter progressista, e os que seriam reacionários, seriam considerados como contramovimentos e não como movimentos sociais. Mesmo assim, ao defender que os movimentos sejam analisados pelos mesmos métodos, os movimentos possuem causas diferentes.

Para Jasper, essas diferenças estão ligadas às janelas políticas diferentes, a momentos políticos diferentes. Cada país possui a sua particularidade e, devido a cada particularidade, novos momentos e novas formas de se manifestar vão emergir. Inicialmente, o autor faz um panorama histórico sobre as teorias dos movimentos sociais e sobre os próprios movimentos sociais. E, assim como Maria da Glória Gohn,

acredita que a compreensão moderna dos movimentos sociais acontece no século XIX.

Mas um ponto muito importante dentro das discussões que propõem é quando se consideram que os protestos passaram de manifestações diretas para manifestações indiretas. Pois, as movimentações, agora possuem alvos simbólicos, voltados ao Parlamento. Outra importante contribuição que o autor traz, assim como Castells (2000), em “Redes de indignação e esperança”, é a de entender o peso das questões sentimentais no âmbito dos movimentos sociais, especialmente no que se refere à moral.

Para ambos os autores, sentimentos como a raiva, indignação, movimentam os agentes sociais a se organizarem dentro dos movimentos e permanecerem nas suas reivindicações. Essas possibilidades de análises estão inseridas em um contexto de mudanças de paradigmas, de análises macro para análises micro. É exatamente nessa perspectiva micro, de processos individuais, subjetivos e culturais, recortes mais específicos, individualizados, que James Jasper (2011) se volta.

Para o referido autor, é possível uma melhor análise e compreensão do por que os movimentos se deram, como se deram, etc. Exatamente a partir deste panorama do macro para o micro é que possibilitou uma visão mais apurada às emoções das pessoas, à contribuição dessas questões dentro das análises dos movimentos sociais. Ao propor que os movimentos sociais sofrem alguns dilemas ao longo da sua trajetória, James Jasper (2011) infere que os movimentos sociais precisam sempre estar atentos para o seu conjunto e dinâmicas internas, quanto para o que ocorre externamente.

Um dos dilemas a ser enfrentado por esses movimentos é o organizacional. Segundo James Jasper (2011), os membros e líderes do movimento social têm de lidar, constantemente, com a forma com que se organizam (e se organizarão), diante dos processos de mobilização e resistência para alcançar alguns dos seus objetivos. Em relação ao dilema das mídias sociais, o sociólogo coloca que os movimentos sociais precisam lidar com quem controla essas mídias, quais as intenções dessas mídias sociais, como os próprios recursos das mídias sociais são e poderão ser utilizados pelos representantes dos movimentos sociais.

Quanto ao dilema dos aliados poderosos, o autor trata dos atores estratégicos, que se aliam a outros atores através de recursos, conexões, acessos a espaços públicos, para promover o interesse de uns ou de outros, que acaba possibilitando a



promoção política de um ou de outro.

### 3.5.5 Novíssimo Movimento Social do MTST

Partindo desses pressupostos, abordaremos nuances da trajetória do “novíssimo” movimento social dos trabalhadores sem teto no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgiu no fim da década de 1990 com o objetivo de ajudar a organizar as famílias que lutavam pelo direito à moradia. Enquanto um movimento de trabalhadores urbanos, como se reconhecem, os participantes reivindicam, para além da moradia, transformações sociais mais radicais, tendo em vista combater a miséria nos centros urbanos.

Semelhante a outros movimentos sociais que atuam nos centros urbanos da América Latina, a criação do MTST tem relação direta com as transformações no mundo do trabalho e com o desenvolvimento da formação do espaço urbano periférico. Um estudo sobre os atingidos pela escassez de moradia, organizados num movimento que pauta o direito ao seu acesso, pode trazer elementos analíticos acerca desse quadro contraditório

#### 3.5.5.1 Estado e MTST: demandas e reivindicações

A adesão do movimento ao Programa Minha Casa, Minha Vida, na sua modalidade Entidades<sup>24</sup> (MCMV-E) revela uma mudança do MTST no que tange a sua relação com esfera institucional de poder, colocando-se como Entidade Organizadora no programa. Outro aspecto importante relativo ao programa lançado em 2009, diz respeito ao seu caráter, pois a iniciativa se estabelece muito mais como uma medida econômica anticíclica adotada pela gestão petista, visando dar respostas às construtoras brasileiras por conta da crise econômica de 2008 iniciada nos Estados Unidos, do que necessariamente uma política de moradia popular e efetivação da reforma urbana (GUERREIRO, 2019).

---

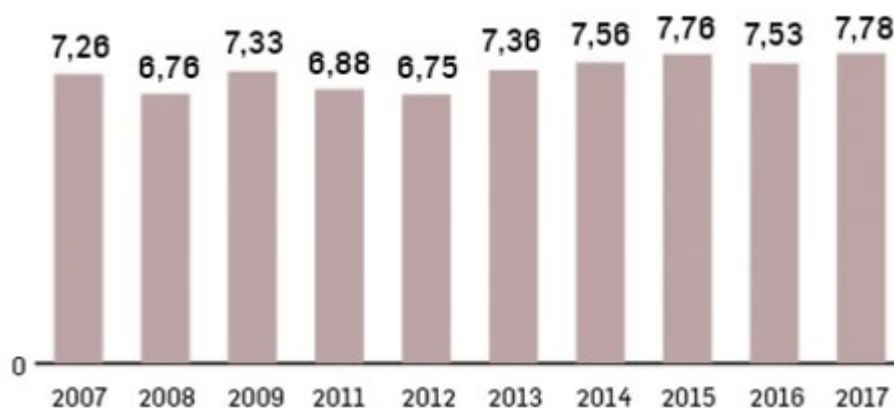
<sup>24</sup> Modalidade do Minha Casa, Minha Vida destinada a população de baixa renda, faixa 1 do programa, de cidades com mais de 50 mil habitantes e operacionalizada por entidades, sendo o financiamento concedido diretamente aos beneficiários (Pessoa Física) ou à Entidade Organizadora (Pessoa Jurídica), os recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

Nas palavras de um dos principais líderes do MTST, Guilherme Boulos, “2009 caminhava para ser um ano com poucos lucros para as grandes empreiteiras no Brasil. E neste ponto chegamos ao grande fator que motivou a proposta do Minha Casa, Minha Vida pelo governo.” (BOULOS, 2012, p. 23)

Conforme o gráfico abaixo, estão dispostos os números de empresas contratadas e o número de moradias entregues até o ano de 2013. Pode-se constatar que menos da metade das contratadas foram entregues. Resultado ainda é insuficiente para o déficit habitacional até então.

No gráfico abaixo, referente a evolução do déficit habitacional é possível observar que passados dez anos a situação não evoluiu. Pelo contrário, ainda aumentou.

Gráfico 4. Evolução do déficit habitacional (Milhões de Unidades) em 2018



Fonte: Engenharia 360 - Déficit habitacional no Brasil, 2018.

Dada a relevância da questão urbana e do papel de destaque adquirido pelas reivindicações por acesso à moradia e melhorias na forma de se viver na cidade, surgem diversos questionamentos quanto à forma organizativa dos movimentos de luta por teto, o MTST é alvo de diversas investigações, havendo uma série de estudos sobre como se relacionam e formam seus integrantes.

A participação dentro de um coletivo é capaz de fazer com que o sujeito tenha protagonismo na formação de todos os outros que estão no entorno e na luta social. Ou seja, no contexto da sua formação como militantes do MTST, também participam da formação dos outros membros da coletividade.

Assim, podemos dizer que a criação de novos sujeitos militantes do MTST está

relacionada à mudança de sua percepção como ser humano; emancipação e formação como “novos” homens e mulheres que os levam ao enfrentamento político os direitos negados e exigem uma radical transformação da urbe para a construção de uma nova realidade e do poder popular (MTST, s/d).

Ocupar terras vazias, na cidade ou no campo, não é uma atividade bem vista por muita gente. Alguns criticam por serem proprietários e temerem que suas próprias terras sejam ocupadas. Outros – maior parte – criticam por serem levados a pensar assim pelo discurso dominante: “Invadir o que é dos outros!”, “O dono trabalhou muito para chegar a ter essa terra! O sem teto tem que trabalhar também para ter a dele!”, “São vagabundos!” e por aí vai. Mas será mesmo assim? Será que os grandes proprietários de terra trabalharam para conseguir seu patrimônio? Ou ainda, será que o sem-teto, mesmo trabalhando a vida toda, consegue sua moradia com o que ganha de salário? Afinal, quem são esses sem-teto, que ocupam terras e param ruas com as suas manifestações? (BOULOS, 2012, p. 11)

Assim escreve Guilherme Boulos na introdução do livro: “Por que ocupamos?”. Com instigantes questões, o autor inicia a produção que traz reflexões bastante pertinentes à situação agrária no Brasil. Mas afinal, quem são esses homens e mulheres que ocupam terras que não foram compradas por eles? O que fazem? De onde vem? E quais locais ocupam? Questiona-se ainda mais o porquê de o Movimento específico do Trabalhadores Sem-Teto tem se articulado e buscado sanar a problemática da falta de moradia, em Brasília-DF?

Historicamente, esse processo de distribuição de terras configurou-se de forma bastante desigual, entre os grupos que compõem a sociedade brasileira. Entretanto, alguns dos resultados que vivenciamos nas décadas de 1990, 2000 até os dias atuais, estão relacionados ao contexto da redemocratização, após 1985. Desde a redemocratização que acompanhou a crise do Sistema Financeiro de Habitação e a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1986, conforme pontuamos anteriormente, os fundos federais disponibilizados para investimento na área residencial foram significativamente reduzidos.

Entretanto, em meio a esse contexto, a Constituição de 1988 estabeleceu competências entre os níveis de governo, tanto em termos de política urbana quanto em termos de promoção de programas habitacionais e melhoria das condições habitacionais e saneamento básico. Portanto, a responsabilidade por esses assuntos foi gradualmente compartilhada entre as agências federais.

O que significa dizer que os programas urbanos, particularmente os

relacionados à habitação, foram fragmentados em departamentos governamentais subnacionais que foram reestruturados ou desapareceram de acordo com mudanças partidárias na administração pública.

Nesse contexto, os movimentos sociais passaram a pressionar o governo, colocando a questão do acesso à terra urbana e a igualdade social no topo da lista das agendas política e de desenvolvimento. Confrontado com as diferenças resultantes da extrema desigualdade, a resposta do governo foi a de mudar a Constituição a fim de promover uma reforma fundamental de longo prazo na dinâmica urbana.

Como consequência, as estruturas dessa nova ordem jurídico-urbanística foram abrigadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei 10.257 de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade (2010). Com a regulamentação dos Arts. 182º e 183º da Constituição Federal de 1988, pela lei nº 10.257 / 2001, constituiu-se o chamado Estatuto da Cidade, onde foram estabelecidas diretrizes gerais da política da cidade.

O referido Estatuto foi estruturado com o objetivo reverter uma característica marcante das suas cidades e comum em outras tantas cidades do mundo: a segregação socioespacial. Isto porque na maioria das cidades brasileiras, bairros abastados compostos por áreas de lazer, equipamentos urbanos modernos coexistem com imensos bairros periféricos e favelas marcadas pela precariedade ou total ausência de infraestrutura, irregularidade fundiária, riscos de inundações e escorregamentos de encostas, vulnerabilidade das edificações e degradação de áreas de interesse ambiental.

Assim, o Estatuto das Cidades (EC) foi resultado de um conjunto de reivindicações e pressões por parte de movimentos sociais, sindicatos, pesquisadores, entidades profissionais, etc. Nas palavras de Maricato,

A lei é uma conquista social cujo desenrolar se estendeu durante décadas. Sua história é, portanto, exemplo de como setores de diversos extratos sociais (movimentos populares, entidades profissionais, sindicais e acadêmicas, pesquisadores, ONGs, parlamentares e prefeitos progressistas) podem persistir muitos anos na defesa de uma ideia e alcançá-la, mesmo num contexto adverso. Ela trata de reunir, por meio de um enfoque holístico, em um mesmo texto, diversos aspectos relativos ao governo democrático da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental. Ela traz à tona a questão urbana e a insere na agenda política nacional num país, até pouco tempo, marcado pela cultura rural (MARICATO, 2009).

Nesse contexto, o movimento popular se organiza por meio trabalhadores que lutam pela moradia digna desde 1997. O movimento conseguiu grande visibilidade na segunda década do século XXI e tem se caracterizado como uma vertente urbana do movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Entretanto, o MTST apresenta uma luta um pouco mais complexa no sentido de que luta pelo direito que está no Art.5º da Constituição Federal (CF), que garante o direito à propriedade e está condicionado à função social da propriedade, ou seja, para que o proprietário tenha seu direito de propriedade garantido deve respeitar a função social que ela deve exercer. Porém, a CF de 1988 não trata essa questão e em função disso foi criado o Estatuto da Cidade em 2001, que estabelece que a propriedade cumpre sua função social quando respeita as diretrizes do Plano Diretor de sua cidade. Caso isso não aconteça, é possível dar-se a desapropriação.

A implementação do Estatuto da Cidade tem deixado muito a desejar desde sua promulgação em 2001 (...). O padrão injusto e insustentável de ocupação da terra urbana, que tem sido vigente durante séculos, ainda não mudou. As forças contrárias à implementação da função social da propriedade, seja na sociedade civil, seja no interior do poder judiciário, legislativo ou executivo têm usado diversos artifícios para protelar sua aplicação. A Constituição Federal de 1988 exigiu uma lei complementar — o Estatuto da Cidade — que foi aprovada apenas 13 anos depois. A Constituição e o próprio Estatuto exigiram ainda que a função social da propriedade e outros preceitos se subordinassem ao Plano Diretor municipal. A maior parte dos PDs municipais, por sua vez, está remetendo os instrumentos que regulam a função social da propriedade para lei municipal complementar. Muitos municípios brasileiros ainda não têm aprovadas essas leis complementares e muitos elaboraram PDs genéricos, cheio de boas intenções, mas sem efetividade (ESTATUTO DA CIDADE, 2010).

Vista as enormes dificuldades que estão se opondo para implementação do Estatuto da Cidade, pode-se dizer que aprovar a lei já foi um passo importante nesse percurso. Mesmo com toda adversidade, se prevê um futuro novo.

Foram três os princípios do EC: 1) O cumprimento da função social da propriedade e da cidade; 2) A distribuição justa do ônus e do bônus do processo de urbanização; e 3) A gestão social da cidade. Estes princípios são alicerces que mobilizam os movimentos sociais e os impulsionam a pressionar o poder público de cada cidade para sua implementação.

Nos últimos dez anos, as ações do MTST tiveram repercussão nacional e internacional. Isso ocorreu, especialmente, pela projeção pública que obtiveram a

partir das manifestações de rua, ocupações de terrenos ociosos/irregulares e bloqueios de estradas e rodovias, que ganharam destaque na mídia e protagonismo no campo da esquerda brasileira.

O MTST é composto por uma classe trabalhadora que abrange empregados inseridos nas drásticas estatísticas brasileiras de habitação, como mencionado em capítulos anteriores. De acordo com levantamento da ONU, 33 milhões de brasileiros não têm moradia. Em 2018, no início do ano, eram 6,69 milhões de famílias brasileiras sem ter onde morar e 6,05 milhões de imóveis vazios (MORAES, 2019). Isso demonstra o enorme déficit habitacional no país. Esses dados revelam que cerca de seis milhões de famílias no Brasil não possuem qualquer tipo de acesso à moradia digna. Seja por habitação precária e a coabitação familiar, ou os altos preço dos alugueis, que chegam a ultrapassar os 30% da renda familiar; os membros do MTST reclamam acesso à moradia e direito à sobrevivência digna.

Segundo estimativas dos dados do ano de 2019 do próprio movimento, os trabalhadores atuam em cerca de 12 estados, e já colocaram mais de 55 mil famílias em algum tipo de ocupação ou em núcleos organizados (MORAES, 2019). Desses trabalhadores e trabalhadoras migrantes, o perfil mais comum é de origem rural; com baixa escolaridade; que estão inseridos no mercado informal de trabalho ou no setor de serviços, em postos que não exigem qualificação profissional específica; cujos filhos, em geral, estão matriculados na escola. Muito embora, também ocorra casos de fracasso e abandono escolar.

A condição social desses grupos fica ainda mais nítida quando a comparamos com alguns indicativos da população brasileira. Enquanto a escolaridade média dos indivíduos com mais de 25 anos de idade atinge o patamar de 7,7 anos de estudo, os representantes do Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto têm em média 3,5 anos de escolaridade; em relação às taxas de natalidade.

E enquanto as mulheres brasileiras têm em média 1,9 filho, entre as trabalhadoras, tem em média 5,3 filhos. Esses dados têm sido destacados em importantes estudos que buscam entender mais das estratégias do movimento, de quem os compõe e como atuam no contexto social, no qual estão inseridos. A propósito, um dos pontos mais instigantes nesses levantamentos é o que busca relacionar os principais motivos que levam trabalhadores e trabalhadoras urbanas a se engajarem nas ações do Movimento dos Trabalhadores sem Teto.

Ao longo dos 20 anos de ações e lutas do Movimentos dos Trabalhadores sem

Teto, a militância e a repercussão do movimento em mídias sociais permitiram que, em alguns aspectos, membros do grupo se deslocassem objetiva e subjetivamente da posição social inicial que se encontravam. Em outras palavras, houve algumas modificações no perfil de baixa renda que muitos trabalhadores se encontravam antes de se engajarem na luta.

E isso não se deu somente pelo acesso à “casa própria”, mas, sobretudo, pelos efeitos duráveis do engajamento político, que, por sua vez, não dependeu (depende) do pertencimento a uma classe social específica. Nessa perspectiva, a compreensão do engajamento militante tem sido um tema de destaque nas últimas duas décadas, e os principais estudos apontam que sua análise exige uma perspectiva relacional, que considere as interações entre indivíduos e com contextos sociais e políticos, as trajetórias dos militantes e os sentidos atribuídos pelos indivíduos à sua trajetória e ao engajamento.

Muitas famílias viviam em precárias condições financeiras, marcadas pela precariedade da inserção no mercado informal de trabalho e pelo alto custo da moradia, em função da especulação imobiliária, o que obrigou essas famílias a se distanciarem das regiões mais centrais. A partir dessa estrutura precária, muitos trabalhadores se viram representados no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Ao serem convidados por familiares e/ou pessoas que viviam nas mesmas circunstâncias sociais, passaram a aderir ao movimento (MORAES, 2019).

As ações do MTST consistem em ocupar imóveis que se encontram em situação de irregularidade, com o intuito de pressionar as autoridades pela desapropriação desses imóveis. Esta, por sua vez, ocorre quando a justiça pública considera que uma propriedade de terra está irregular e, por isso, o proprietário perde o direito de propriedade sobre a terra.

Quando se toma parte em uma ocupação, o participante torna-se um “acampado” até o momento da desocupação do terreno pela justiça. As ocupações têm duração variada e podem ser finalizadas com a conquista de um terreno até a concessão de algumas “bolsas-aluguel”. Quando a ocupação é finalizada, seus participantes se organizam em núcleos.

A maior parte das famílias que estão ou se deparam com a realidade de uma ocupação, estão em situação de aluguel muito alto, gastando todo o seu salário com aluguel e vivendo em situação precária, ou estão morando na casa de algum parente (coabitação), em condições desumanas também. Assim, para que os trabalhadores

demonstrem adesão ao movimento, é necessária a frequência e participação em diferentes tipos de atividades, tais como assembleias, manifestações públicas e nas próprias ocupações de terrenos.

Guilherme Boulos (2012), atual presidente do MTST, explica que o movimento é majoritariamente formado por pessoas que não conseguiram pagar os altos preços dos aluguéis nas grandes capitais, pessoas que moravam em áreas de risco ou que foram despejadas. Nesse processo, toda forma de participação é revertida em uma escala de pontuação organizada em presença e participação, que hierarquizam os militantes por atuação.

Isso definirá quais participantes acessarão mais rapidamente suas casas ou apartamentos (salvo em alguns casos considerados preferenciais, como aqueles que envolvem idosos e enfermos). Portanto, os moradores que adquirem moradia, estão entre aqueles que tiveram maior participação em seu núcleo, ao longo de anos ou mesmo uma década de luta pela moradia.

A própria denominação “Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)” faz referência explícita acerca de uma organização que apresenta demandas inerentes à moradia. Segundo definição do próprio movimento, sua base social é composta por subproletários que se encontram concentrados nas periferias. Busca organizar uma ampla parcela de trabalhadores que está fora do raio de ação do sindicalismo brasileiro, em meio às reivindicações decorrentes da questão urbana, tais como o direito cidade e à moradia.

O objetivo central do MTST é a luta pelo respeito ao direito constitucional à moradia. No foco da luta do movimento está a busca por uma reforma urbana. Essa reforma tem por objetivo democratizar o território da cidade. Para esse fim, essa reforma deve incluir políticas para conter a especulação imobiliária, que aumenta o custo da moradia; opor-se à propagação de lotes ociosos e proporcionar melhor aproveitamento do espaço urbano; assegurar o acesso à infraestrutura nas áreas periféricas como saneamento básico (MORAES, 2019).

O MTST aposta na ocupação urbana como tática de ação direta contra o capital imobiliário, com grande potencial para a formação de experiências e organização popular no entorno das regiões ocupadas. Para tal, conta-se com um sujeito para a sua base social: a população pobre e periférica das grandes e médias cidades, vinculada a um eixo de atuação: a reivindicação por moradia, associada à reforma urbana (BOULOS, 2012).



Por meio de ocupações de terrenos, marchas e outras atividades que intervêm no fluxo cotidiano de pessoas, O MTST busca a atenção da população, da mídia e dos órgãos governamentais. Essas, não raro, contam com a solidariedade de outros coletivos e organizações políticas, embora o movimento se afirme autônomo em relação a partidos e sindicatos, formas históricas de organização das camadas populares no Brasil. As formas de protesto dos movimentos sociais diferem de acordo com o tempo, espaço, base social e pautas de reivindicação. O modelo de organização do MTST se diferencia do modelo sindical, pois se apresenta como um movimento popular que organiza os trabalhadores territorialmente, a partir da moradia.

Assim, através da ocupação de terrenos, desloca a disputa por melhorias nas condições de vida, do território fabril, para o território periférico da cidade. Diferentemente do que ocorre no espaço fabril, certas táticas como greves e piquetes – tradicionais elementos de enfrentamento entre trabalhadores e patrões – se mostram insuficientes como respostas organizativas para as condições presentes na luta pela moradia. Novas táticas são desenvolvidas, a exemplo das marchas que embora não paralitem a produção de mercadorias, impedem a sua circulação, e as ocupações de terrenos vazios que questionam a posse da terra como uma mercadoria valorizada sob a lógica da especulação imobiliária (BOULOS, 2012).

## 4 METODOLOGIA

Além dos aspectos sociais, é indispensável referências à metodologia utilizada neste trabalho. Para cumprir os objetivos da pesquisa utilizamos fontes da imprensa, dados quantitativos e relatos através da metodologia da História Oral que foram feitas através de devidos formulários eletrônicos, posto que o isolamento social provocado pela Pandemia da corona vírus Sars Cov 2 (Covid-19) nos fez redefinir os instrumentos de pesquisa, e delimitar as entrevistas e as/os entrevistadas/os. Dessa maneira, como principal ferramenta de coleta de dados foi definido um questionário com perguntas subjetivas e enviados de forma virtual aos representantes e líderes do Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, no Setor Habitacional do Sol Nascente, em Ceilândia, Distrito Federal.

Nesta seção estão elencados os procedimentos metodológicos que foram utilizados no presente estudo, destacando os instrumentos para coleta de dados, a delimitação da pesquisa e as etapas de execução garantindo assim o alcance dos objetivos preestabelecidos, que é analisar a percepção e verificar a efetividade de ações voltadas à moradia segundo atos e aparelhamentos do MTST nos últimos dez anos a partir de 2010.

### 4.1 NATUREZA DA PESQUISA

Este estudo é de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa segue estritamente um plano pré-determinado, com hipóteses e variáveis definidas pelo pesquisador. Tem como objetivo enumerar e medir eventos de forma objetiva e precisa.

O conceito de pesquisa quantitativa, além de um léxico de filosofia, Fábio Appolinário, explica que neste tipo de estudo, “na qual variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas numericamente”, os resultados igualmente são analisados com o uso principal de métodos quantitativos, por exemplo: estatística. Além disso, essa modalidade de análise investiga fatos (APPOLINÁRIO, 2004b, p. 155).

Santos (2000) confirma o contexto idealizado e explicado neste trabalho. Quando se trata de pesquisa quantitativa, afirma-se a importância de analisar um objeto de estudo para quantificar o significado de seus dados e medi-lo com precisão ao investigar um fato ou fenômeno.

No entanto, a primeira etapa da tese consistiu na realização da pesquisa bibliográfica, empregada na elaboração do referencial teórico, na qual foram analisados diversos trabalhos que abordam a temática, foram realizadas consultas nas base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico. A seleção dos trabalhos para a realização da revisão de literatura foi feita, principalmente, em fontes de informação primárias, e desse modo, foi proposto um recorte temporal acerca da temática: o MTST no DF nos últimos 10 anos. Embora tenha havido interesse maior por publicações mais recentes (2015-2021), a abrangência dos textos focou o período compreendido em entre 1996 a 2022a fim de alcançar dados histórico e teorias mais anosas.

Considerando a importância que o trabalho representa na sociedade atual, foi realizada uma análise para avaliar a percepção das ações voltadas para a qualidade de vida do trabalho no dos assistidos pelo MTST no DF, segundo depoimentos aleatórios buscados in loco no decorrer desta pesquisa.

Segundo Demo (1997, p. 50), a metodologia mostra o caminho concreto a ser percorrido, delineando as diferentes partes, os métodos e técnicas envolvidos, as leituras e discussões, que se opõem sobretudo à pretensão de ser científico. Este estudo utiliza a pesquisa descritiva. De acordo com Cervo e Bervian (1983, p. 55) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos variáveis sem manipulá-los”.

Braga (2007) afirma que as pesquisas descritivas têm como finalidade identificar as características de determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos. Desse modo, a metodologia mais adequada a esse tipo de pesquisa é o *survey*. “O produto final é uma descrição rica do fenômeno que está a ser estudado, utilizam-se diferentes técnicas de recolhimento de dados, tais como: a observação, a entrevista, a análise documental e o questionário” (CARMO & FERREIRA, 1998 p. 217).

## 4.2 AMOSTRA

Com o advento da pandemia, do isolamento social e das medidas de prevenção à COVID-19, muitos obstáculos interferiram na produção deste estudo, bem como acarretando em alguns problemas enfrentados no campo de trabalho. Num primeiro

momento, foram elaborados dois questionários que tinham como propósito tomar conhecimento acerca das causas e conquistas do movimento, do ponto de vista dos líderes (Questionário 1) e dos integrantes do MTST (Questionário 2), ao longo de suas ações no Distrito Federal.

O primeiro **Questionário** era para ser aplicado à (s) Liderança (s) do MTST em Brasília-DF, enquanto o segundo **Questionário** os membros do MTST em Brasília-DF. No **Questionário 1**, formulamos questões que visam entender de que forma os líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST em Brasília organizam suas ações para suprir as demandas do movimento. Já, no **Questionário 2**, formulamos questões que buscam compreender a percepção dos integrantes do MTST quanto as ações e estratégias do movimento diante do contexto socioeconômico no qual estão inseridos (VER APÊNDICE D).

Este último questionário composto de 10 perguntas subjetivas, foi impresso e entregue em 630 vias em mãos dos demais integrantes do movimento, de casa em casa ou durante algum evento do MTST, pelo líder Eduardo Borges. Posteriormente, uma quantidade parcial (cerca de 120 respondentes) foi devolvida ao líder e repassada ao pesquisador. Os dados não chegaram a ser processados na sua totalidade, pelas intempéries mencionadas além de outras questões pessoais do próprio pesquisador, embora tenham sido utilizados para compendiar o perfil dos respondentes (conforme dados dispostos no capítulo 4). Este fato culminou na necessidade de mudar as estratégias de coleta de dados e isso interferiu na amostragem da pesquisa, vez que os dados fornecidos *in loco* se restringiram em aplicação do *Questionário 1 – Para ser aplicado à(s) Lideranças do MTST em Brasília-DF*, o que permitiu realizar um trabalho mais qualitativo, concernente a um panorama amostral mais acurado, com cerca de 3 participantes.

#### 4.3 INSTRUMENTOS

Para cumprir os objetivos deste estudo, foi entregue o Questionário 1 aos líderes do MTST. Além de seus relatos descritivos como respostas às questões elaboradas, foram utilizados documentos oficiais do movimento disponíveis no site oficial do movimento, assim como material estatístico oficial de distintos órgãos. Embora tenhamos proposto um roteiro semiestruturado com perguntas, esses questionários não tiveram a intenção de se transformar em um procedimento burocrático, mas sim, de troca. O conjunto de questões elaboradas para os diversos

perfis de entrevistadas(os) foi pensado com o objetivo de explorar o ambiente de luta pela moradia digna e pelo direito à cidade a relação entre as ações do Movimento e as conquistas habitacionais, como forma de construção da cidadania e vias democráticas de acesso à moradia no Brasil.

Paras os questionários enviados as/os coordenadoras/es e membros do acampamento e acampadas/os, nossas questões foram referenciadas pelo entendimento da centralidade do urbano enquanto elemento de disputa no âmbito da luta pelo direito à moradia. A partir deles, extraímos nuances da Trajetória do Movimento em Brasília, no qual pontuaremos no presente capítulo.

Além desses dados, lançamos mão de registros fotográficos e documentos oficiais de órgãos como Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODAHB), Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Ministério do Desenvolvimento Regional de Brasília, afim de constituir um mapeamento geográfico das áreas ocupadas no Distrito Federal. Tomamos ainda, como referência empírica alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa de Opinião e de plataformas digitais do Governo Federal, que disponibilizam dados de pesquisas e levantamentos em números de aspectos da realidade da sociedade.

Esses dados foram utilizados para avaliarmos como estão às condições de moradia no país, e sob quais condições objetivas constrói-se a identificação entre os sem teto. Além de permitirem a análise de como o movimento coletivo, dotado de objetivos, métodos de ação, têm se caracterizado no contexto social de Brasília, Distrito Federal.

Tendo em vista os problemas levantados nesta pesquisa, propomos uma divisão em quatro capítulos para refletir sobre caminhos que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tem realizado ao longo dos quase dez anos de lutas em Brasília – Distrito Federal.

Vale ainda passar pelas colocações de Pierre Bourdieu (1983), este que me trouxe alguns elementos na medida em que a objetivação não exclui o viés do pesquisador e a sua produção intelectual, aqui vista em forma de texto. O trabalho intelectual estará mais habilitado cientificamente “quanto maior interesse ele [o pesquisador] tiver em revelar o que está censurado, reprimido, no mundo social” (Idem, p. 19). Ainda tem Benjamin, para quem o maior entendimento se dá quando

estejamos repletos de subjetividade. Apoiamo-nos também aos princípios do Emic de Marvin Harris, que aborda a questão do acesso aos traços culturais que somente nativos podem produzir em sua descrição - o que viria a ser o conteúdo mais lapidado segundo “o olhar do outro”. E, assim, observou-se que as colocações observadas pelo pesquisador não podem sobrepujar às colocações subjetivas da própria comunidade estudada, aliás, vale lembrar o aforismo que diz: “por vezes, seus olhos são defeitos em seu trabalho de campo” (JINGFENG, 2013).

#### 4.4 TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

Os dados coletados, transcritos e descritos nesta tese são oriundos da abordagem teórica e documental do presente estudo destacados neste subtópico. Para a construção da trajetória e organizacional do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), em Brasília, com foco no acesso à habitação e na sua relação com o Estado, faz-se necessário elaborar conexões com autores que abordam temas como movimentos sociais, consciência coletiva, capitalismo e o mundo do trabalho.

Quanto aos diálogos teóricos principais que tratam dos movimentos de moradia brasileiros, tomamos como leitura o livro *Movimentos sociais e lutas pela moradia*, de Maria da Glória Gohn (2000), no qual descreve os diferentes tipos de luta popular por moradia. Mesmo sem a autora analisar diretamente os movimentos dos sem-teto, por estas movimentações serem mais recentes, é possível extrairmos aspectos de como se configuraram a trajetória política de ativista e manifestantes em prol da conquista da moradia, ao longo das décadas de 1990. Além disso, Eduardo Fagnani em *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*, nos auxiliará na análise das políticas habitacionais brasileiras ao longo das décadas de 1990 a 2000.

Enquanto organização, os movimentos sociais representam anseios da sociedade, ou de parcelas da sociedade, que os utilizam como instrumentos de ação e modificação do contexto histórico no qual estão inseridos. Entre os diferentes grupos que se articulam em torno de movimentos sociais, há aqueles em que os conflitos de classe e os acordos políticos são, conseqüentemente, canais dos movimentos para atingir seus fins.

Movimentos sociais que, segundo Alain Touraine (1987), são ações conflitantes

promovidas por indivíduos que lutam em prol das classes sociais, que visam um projeto de mudança social. Portanto, este é um fenômeno que pode ser definido tanto pelos conflitos quanto pela aspiração por mudanças sociais. Para Touraine, são três os princípios que definem movimento social: princípio de identidade; princípio de oposição e princípio de totalidade.

Também dialogamos com os autores Manuel Castells (2000) e Slavoj Žižek (2006) que nessas discussões alertam para a questão da democracia em si. Os movimentos em si, “são movimentos, necessariamente, em busca de democracia?”, mais do que isso, apresentam um esgotamento do modo de democracia liberal. Noam Chomsky coloca que essas transformações que vem acontecendo, seja nos movimentos sociais ou não, demonstram um declínio vertiginoso do capital do sistema representativo que nós temos.

Então esse esgotamento dessa democracia liberal é um dos elementos desses novos movimentos sociais. Outro ponto importante que Slavoj Žižek (2006) propõe, é que o setor dominante, socialmente falando, pensa, fala sobre esses movimentos enquanto casos isolados, tanto nacionalmente, quanto externamente. O problema dessas análises, segundo o autor, é que eles, além de não serem isolados, expressam a exata falência do sistema capitalista e, por consequência, da democracia liberal. Há a necessidade de nos reconfigurarmos.

Manuel Castells (2018), por sua vez, sugere que outro ponto em comum entre os movimentos posteriores aos de 2011 é a utilização das mídias sociais, as mídias virtuais. Eles não abandonam a relação interpessoal, mas interagem no meio do ciberespaço, se articulam de maneira virtual e alcançam outros locais. Exemplos dessas manifestações foram as que aconteceram no Egito, entre os anos de 2011, 2012, 2013, contra o presidente Hosni Mubarak, que se utilizaram das redes sociais para divulgar a repressão do Estado, no país.

Para David Harvey (2008), mais importante que as redes sociais é a união dos corpos em espaços públicos. O autor coloca que esses movimentos mundiais mais atuais são a organização desses atores sociais, nos espaços públicos, que, claro, foram mediados pelas redes sociais. Considera ainda, que há uma organização de como será a ocupação desses espaços públicos e de como o movimento poderá resistir, diante das consequências.

Considerando todas essas perspectivas acerca do que é um movimento social, também merece destaque o contexto em que os mesmos estão inseridos,

sobretudo, teoricamente. Para Maria da Glória Gohn (2000), é possível traçarmos um panorama das teorias clássicas e contemporâneas sobre os movimentos sociais, chegando até análises sobre os movimentos sociais.

Destaca-se ainda as análises de James Jasper, em “*Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*”. O autor coloca que alguns teóricos percebem os movimentos sociais apenas de caráter progressista, e os que seriam reacionários, poderiam ser considerados como contra movimentos, e não como movimentos sociais. Mesmo assim, ao defender que os movimentos sejam analisados pelos mesmos métodos, assume que os movimentos possuem causas diferentes.

Em se tratando dos conflitos que estão permeados pelas questões de habitação e moradia, outro importante estudo é o do Richard Sennett (2018), em “*Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*”. De acordo com o sociólogo, a relação entre *cit* e *ville*, fazer e o habitar, entre o construído e o vivido, longe de ser harmoniosa e estável, é cheia de contradições, arestas e conflitos, vividos pelos habitantes em suas próprias experiências na cidade. Isso posto, suas principais contribuições a esse trabalho se referem à tensão entre o vivido e o construído e a questão da ética.

Do ponto de vista historiográfico, conforme colocou apud José Honório Rodrigues no texto “*A evolução da pesquisa pública histórica brasileira*” (1952), o desenvolvimento da pesquisa histórica depende sempre da utilização das fontes, do aprimoramento do estudo, dos métodos e da capacidade interpretativa do historiador. Nesse sentido, as fontes configuram-se como parte primordial da produção do conhecimento histórico. Essa assertiva parece mesmo ter atravessado as escolas historiográficas<sup>25</sup> ao longo dos séculos XIX, XX e permanecido no XXI, embora estas possuísem diferenças na metodologia e no trato com aquelas. Segundo o mesmo José Honório Rodrigues:

[...] aos vários tipos de história correspondem várias espécies de fontes. Só a história geral se utiliza de todas elas; mas a história administrativa utiliza-se especialmente dos relatórios ministeriais e

---

<sup>25</sup> Sobre as escolas históricas que se articularam em paradigmas e métodos historiográficos desde que a história virou disciplina no século XIX e adentrou o meio acadêmico ver: BARROS, José D'Assunção. Teorias da História. Os primeiros paradigmas - positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2011, 447 p.; BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia. 2 ed: São Paulo: UNESP, 2010; DOSSE, F. 1992 [1987]. A História em migalhas – dos Annales à Nova História. São Paulo, Editora Ensaio.



documentos parlamentares; a eclesiástica, das bulas, pastorais, cartas, circulares, orações, sermões, atas, ânuas; a militar, de ordens do dia, boletins, diários, ofícios, proclamações, interrogações de prisioneiros; a constitucional, de instruções e legislação, eleitorais, manifestos, editais, discursos e Falas, anais, etc.; a diplomática, de convenções, ajustes, tratados, atos e tréguas; a econômica, de relatórios, regulamentos, representações, memórias, legislação, dados estatísticos; a do ensino, de regulamentos, projetos, estatutos e programas; a artística tem sua mais genuína fonte nos livros de contas existentes nos arquivos de igrejas e óbito das diversas irmandades, matrizes, ordens terceiras, arquivo episcopal, termos e acórdãos dos arquivos religiosos e dos arquivos dos cartórios dos tabeliães mais antigos, recibos, contratos, atos e processos (RODRIGUES, 1952, p. 15).

De acordo com o fragmento acima, o referido historiador admite que para “cada história” existem tipos específicos, ou ideais, de fontes para construir a pesquisa histórica. Considerar então, a importância que as fontes têm para a pesquisa histórica é fundamental para a compreensão das próprias narrativas e metodologias historiográficas utilizadas ao longo desses anos pelos historiadores.

Mas no que se refere à historiografia do século XX, o tema torna-se ainda mais rico, em especial aos pesquisadores do Tempo Presente, posto que, após a intensificação no uso de fontes da Internet, passamos a contar com um importante aporte documental. Sobre a internet, Fábio Chang de Almeida (2011) considera que essa configura-se como uma nova categoria de instrumento de pesquisa histórica, mesmo sendo poucas as pesquisas históricas que utilizam a Internet como fonte primária.

Isto porque, segundo o mesmo autor, há uma distinção entre as fontes digitais que possuem um correspondente físico (o documento “antigo” digitalizado) e aquelas que não possuem um equivalente material – (o documento digital em si) (ALMEIDA, 2011, p. 18). Por sinal, ao tratar da fonte digital, a definição dada por Fábio Chang de Almeida é a de que é “documento [...] codificado em sistemas binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações” (ALMEIDA, 2011, p. 17).

Contudo, quando se trata da fonte estritamente digital, não há essa mesma possibilidade. E talvez seja esse um dos pontos mais difíceis para os historiadores lidarem no momento da construção da sua narrativa histórica. Como os meios digitais passam por transformações muito rápidas, os historiadores que optam por trabalhar com fontes digitais sofrem certa confusão quanto tentam sustentar a viabilidade dos

seus estudos.

Desta forma, somente a partir de reflexões e discussões consequentes e constantes podem fazer avançar a busca de um estatuto teórico-metodológico adequado aos desafios que a internet e os meios digitais representam para o campo da história. Além disso, o debate exigido pede uma abordagem transdisciplinar que ultrapassa o âmbito da disciplina histórica. Esse será um dos nossos objetivos, ao selecionarmos fontes digitais para compor o presente trabalho de pesquisa.

Por fim, apontamos algumas leituras sobre a utilização da fonte oral dentro da construção da narrativa histórica, que também nos auxiliará na elaboração e desenvolvimento da pesquisa em questão. Nesta perspectiva, a obra organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, "*Usos e Abusos da História Oral*" (2006) possibilita subsídios teórico-metodológicos fundamentais para investigar a trajetória dos membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Para as autoras, a história oral remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica, possibilita reflexões em torno das relações entre memória e história, além da interação entre história oral e história do tempo presente. Através do uso de relatos orais, a história oral permite conhecer as trajetórias individuais (FERREIRA; AMADO, 2006). Como observado por Alberti, a ampliação do uso da História Oral enquanto metodologia fez

[...] romper o enclausuramento acadêmico que transformava a entrevista em simples suporte documental - e duvidoso - da pesquisa social e histórica, para mostrar a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; poder e o contrapoder existentes, e com os processos macro culturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto - sempre mal decifrado - que é a História humana" (ALBERTI, p. 13, 2005).

Sendo assim, a história oral, pode nos levar a entender "eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos", ao passo que "lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas" (PORTELLI, 1997, p. 31). A história oral também emerge nas nossas propostas de pesquisa por dialogar com a história do tempo presente, através de suas rupturas e de suas permanências do passado no presente.

Como evidenciado por Roger Chartier (2006), o historiador do tempo presente tem a capacidade de construir observações de acordo com suas inquietações. Além

disso, o fato do historiador do tempo presente ser contemporâneo ao seu objeto lhe permite dividir referências e categorias fundamentais com os que fazem a História.

Enquanto recorte temporal, buscamos partir da construção histórica dos movimentos sociais urbanos do final dos anos 1970, mostrando suas principais características e como suas ações forçaram um debate político sobre a organização dos trabalhadores em movimentos por moradia. Isto porque, pretendemos relacionar o MTST à historicidade dos movimentos sociais no Brasil pós-ditadura militar, demonstrando que há um repertório de ações que foi ressignificado pelo MTST advindo daqueles movimentos, especialmente na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

Por outro lado, atentamos para o fato de que ao longo dessas décadas, construiu-se um projeto político formulado de maneira mais acabada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que teve repercussão intensa em movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que contribuiu para as primeiras formulações do MTST, principalmente em sua forma de organização (ocupações e dinâmica dos acampamentos).

Porém, a conjuntura neoliberal em que surge esse movimento, impõe novas formulações internas e novos modos de enfrentamento com o Estado e o capital, que fazem com que o movimento ultrapasse o projeto participativo democratizante que se tornou hegemônico na esquerda brasileira dos anos 80 e 90. Nesse seio, o MTST surge no final dos anos 90 e cresce em número de ocupações e área de sua atuação territorial, até chegar à nacionalização em 2009.

## 5 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E CONQUISTAS DO MTST NA CAPITAL FEDERAL

Conforme delineado no segmento dedicado aos objetivos deste estudo, como apresentado no primeiro capítulo, esta pesquisa tem por finalidade documentar a trajetória histórica e as conquistas resultantes da ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na capital do Brasil.

Em termos metodológicos, este estudo assume uma abordagem de natureza descritiva e fundamenta-se na coleta de dados documentais disponibilizados pelos líderes do próprio MTST-DF, bem como em relatos obtidos por meio de entrevistas concedidas por esses mesmos líderes. Assim, as informações obtidas são consideradas oficiais, uma vez que emanam dos próprios atores envolvidos. Surgem questões de substancial relevância, a exemplo do conceito de "moradia" e da possível limitação da luta do movimento à reivindicação central. Além disso, são analisados os percursos, estratégias e conflitos enfrentados pelo movimento.

Este estudo se concentra na narrativa da trajetória do MTST nos últimos dez anos em Brasília, culminando na conquista do Setor Habitacional do Sol Nascente, localizado na Ceilândia-DF. Tal terreno foi ocupado por mais de 800 famílias em 2018. A conquista foi possibilitada pela implementação de políticas habitacionais direcionadas à população socialmente excluída, isto é, àqueles que experimentavam situações de vulnerabilidade extrema e que tiveram seus direitos à habitação digna e serviços públicos de qualidade negados ao longo de décadas, como registrado por um dos líderes (BORGES, 2021).

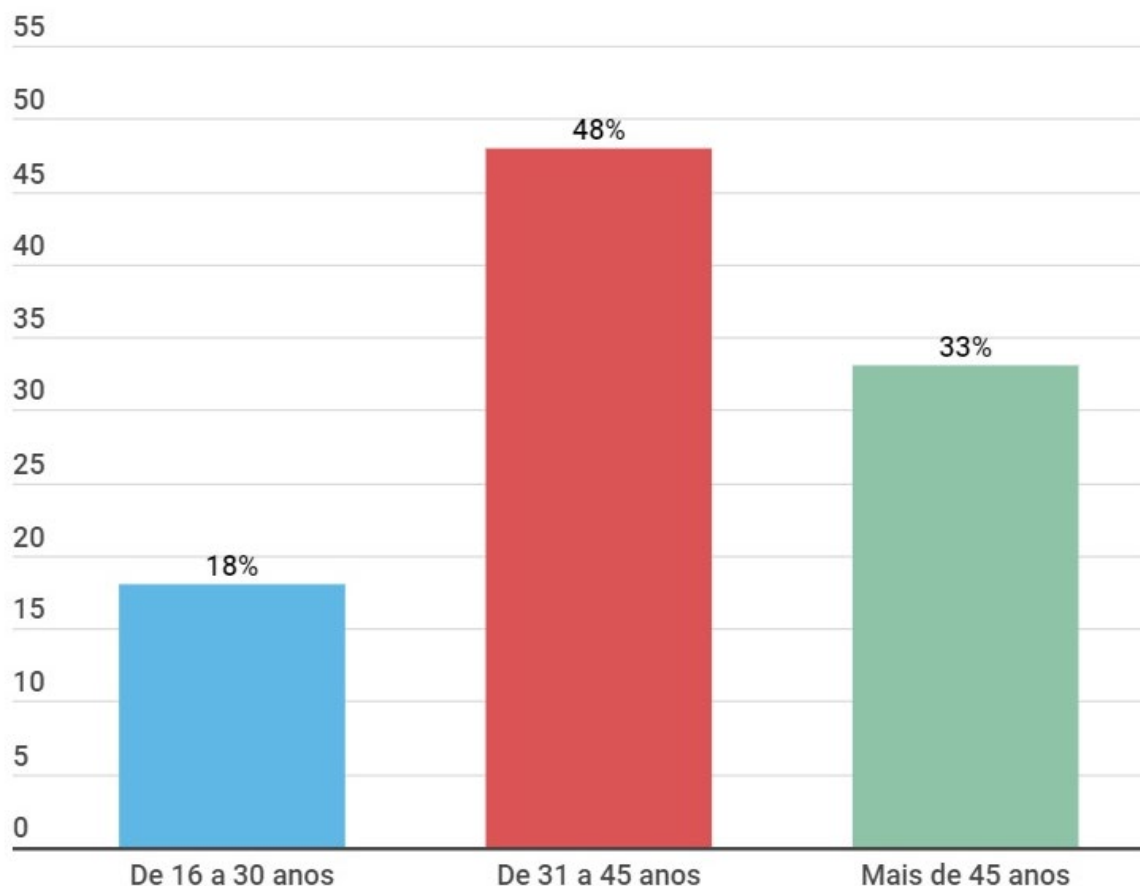
Por meio de um questionário contendo dez questões de natureza subjetiva, aplicado aos membros do movimento, pôde-se traçar o perfil dos respondentes, conforme os dados dispostos adiante. Com base nessas respostas, foi possível analisar o perfil amostral dos integrantes do MTST na ocupação Sol Nascente, em Ceilândia-DF.

Este estudo, conduzido pelo autor entre os anos de 2020 e 2021, disponibiliza informações críticas relativas à base social do movimento, contribuindo para desmistificar preconceitos e concepções equivocadas. É fundamental ressaltar que os dados coletados refletem a realidade específica de Brasília e devem ser contextualizados para análises relacionadas a ocupações em outras regiões do Brasil.

Um aspecto que merece destaque é o perfil etário identificado na ocupação, no

qual a faixa de idade mais representativa compreende indivíduos de 31 a 45 anos. Observa-se que 18% dos participantes estão na faixa etária entre 16 e 30 anos, 48% situam-se entre 31 e 45 anos, e 33% têm mais de 45 anos.

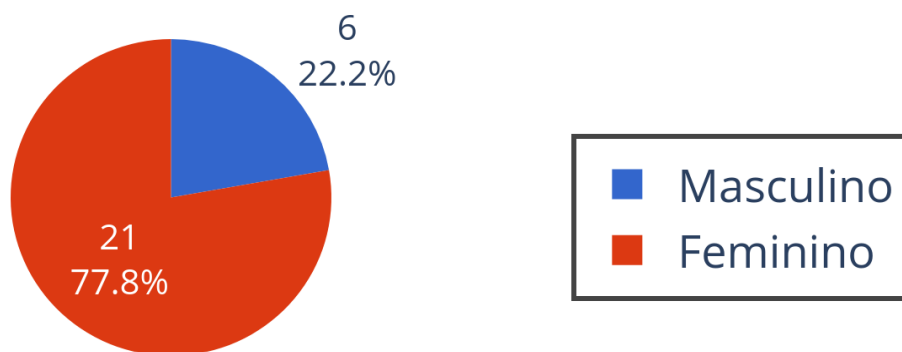
Gráfico 5. Indivíduos por faixa etária



Fonte: Vagno Batista, 2020.

A base da ocupação é formada majoritariamente por mulheres. Os resultados não dão conta do quantitativo exato, porém dentre os respondentes correspondem a 77,8% da população, e 22,2% do gênero masculino. Em geral, é característica das ocupações do MTST ter como predominância a mulher como núcleo familiar.

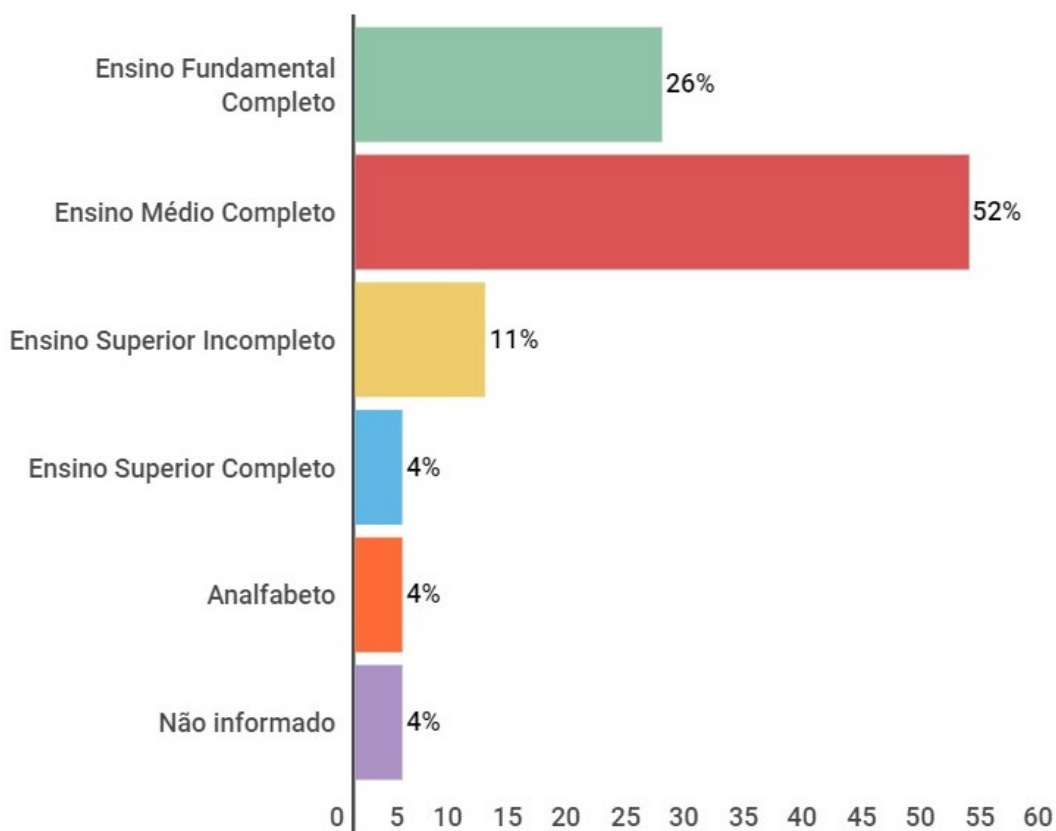
Gráfico 6. Indivíduos por Gênero



Fonte: Vagno Batista, 2020.

Falando de escolaridade, a maioria dos respondentes possuem nível médio completo. Muitos frequentam a escola até os 14 anos, E a partir dos 18 há uma queda expressiva, sendo que apenas 4% dos ocupantes possuem ensino superior, 26% possuem fundamental completo e 52% possuem ensino médio completo.

Gráfico 7. Classificação por escolaridade

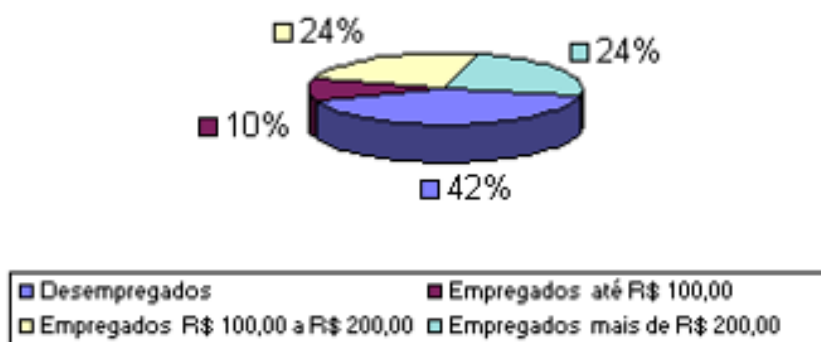


Fonte: Vagno Batista, 2020.

## 5.1 SITUAÇÃO ECONÔMICA DO MTST-DF

De acordo com dados fornecidos pelo MTST do Distrito Federal, a situação econômica da comunidade dos Sem Teto demonstra uma maioria desempregada ou subempregados, sem nenhuma condição de arcar com custos de aluguel além do sustento de suas famílias.

Gráfico 8. Situação Econômica da Comunidade Sem-Teto



Fonte: <http://www.mtst.org/quem-somos/>

A atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em Brasília, Distrito Federal, assinala um momento distintivo na (re)construção da reivindicação por moradia na Capital Federal. As condições para a reflexão, no contexto da prática organizada por meio do Movimento Social, suscitam ponderações em relação à ação política e à resistência urbana, inseridas na nova configuração ou na renovação dos Movimentos Sociais locais, conectados ao processo de globalização da luta social. Esta luta visa à obtenção de condições de vida digna e à busca por justiça econômica, política, cultural, social e espacial, ao direito coletivo à apropriação dos espaços públicos, ao direito à cidade e, em última instância, ao direito de possuir direitos.

Não dispomos de informações referentes ao cotidiano e às relações diárias das ocupações que originaram a configuração territorial de Brasília, Distrito Federal. Entretanto, em consonância com a tendência à individualização fomentada no âmbito da perspectiva neoliberal, é pertinente supor que uma parcela substancial da sociedade tenha adotado uma postura centrada no espaço da vida privada, na qual o bem-estar alheio não se reveste de relevância. Algumas narrativas sobre as dinâmicas de vizinhança e o desdobramento organizacional que culminou na história de lutas na

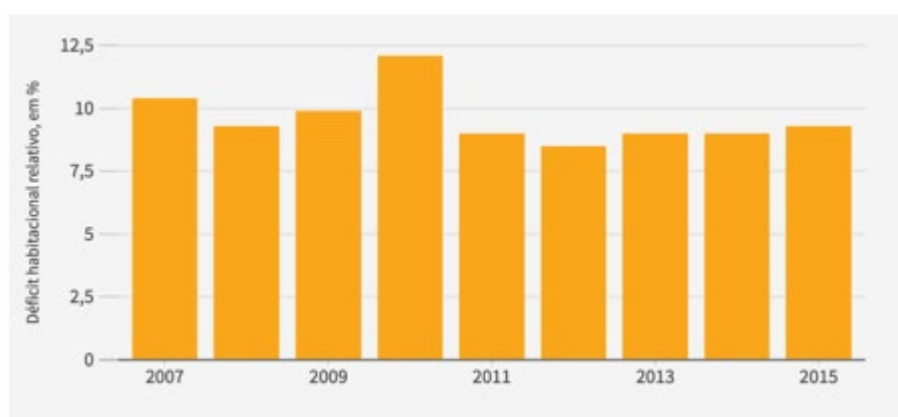
Capital Federal sugerem que, para além de interesses e objetivos comuns, pode ter havido identificação subjetiva em relação à qualidade de vida na cidade, ao alcance dos direitos sociais que garantiriam uma vida digna na metrópole, bem como à importância da organização coletiva para a consecução desses direitos.

No que se refere aos empreendedores, estes podem assumir a forma de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. Eles são responsáveis pela concepção e execução de projetos de construção de Habitações de Interesse Social (HIS), englobando tanto habitações isoladas quanto conjuntos de unidades habitacionais e/ou equipamentos comunitários e sociais que integrem o empreendimento. Essas iniciativas têm como destinatários um conjunto de beneficiários finais, composto por famílias com renda equivalente a 3 ou até 5 salários mínimos, que se beneficiarão com a implementação desses projetos.

## 5.2 DÉFICT HABITACIONAL DO MTST-DF

Segundo dados do MTST-DF, o Déficit habitacional alcança patamar que demonstra a necessidade urgente de programas de construções de habitação para atender a população dos Sem Teto cada dia mais numerosa.

Gráfico 9. Déficit Habitacional no Brasil 2007 - 2015



Fonte: Fundação João Pinheiro (2018).

Constitui-se, ainda, como objetivo do programa a ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, sendo o serviço prestado por profissionais habilitados nos referidos conselhos profissionais, e de forma multidisciplinar, como: CAU; CREA; CRAS e outros, que forneça atendimento



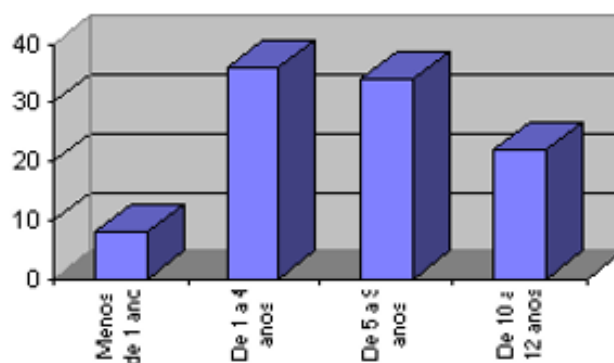
às famílias nos domicílios que estejam em vulnerabilidade social e, também, que não disponham de meios para qualificar a moradia nos aspectos prioritários de segurança e salubridade, construídas com ou sem orientação técnica qualificada, ocorrida no mercado informal, sem atingir padrões mínimos de qualidade e de segurança física e jurídica para fins de regularização fundiária e edilícia.

Entre homens e mulheres, crianças/ jovens/ adultos/ idosos, alfabetizados e não alfabetizados, empregados/desempregados/subempregados, instala-se um sentimento comum entre as famílias acampadas: o desejo por uma vida melhor, ou talvez melhor fosse dizer, o desejo de viver além da sobrevivência. Essa leitura aos poucos se confirma no processo de preparação e realização desta pesquisa, ainda mais em um contexto pandêmico.

### 5.3 FAIXA ETÁRIA DAS CRIANÇAS DA COMUNIDADE MTST

Como se pode observar pelo gráfico abaixo, com dados do MTST no DF, devido a proporção de crianças na comunidade dos Sem-Teto demonstra que as demandas vão além da construção de habitações, requer a construção e manutenção de escolas e creches para acolher os menores, bem como emprego para os pais de famílias dessa população infantil.

Gráfico 10. Faixa Etária das Crianças da Comunidade Sem-Teto



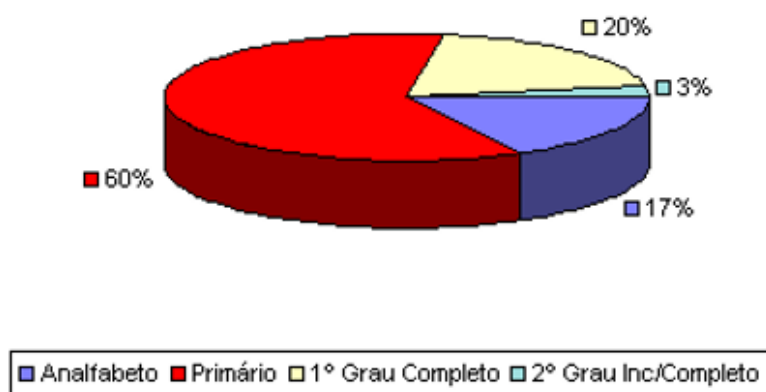
Fonte: <http://www.mtst.org/quem-somos/>

### 5.4 ESCOLARIDADE DOS ADULTOS DA COMUNIDADE MTST-DF

De acordo com o gráfico abaixo, o índice de escolaridade dos Sem Teto é muito

baixo o que implica diretamente na diminuição de vagas e oportunidades de emprego no mercado de trabalho para essa população. Assim aumentando o desemprego e/ou o subemprego devido a pouca escolaridade. Isso demonstra que a necessidade de moradia deveria ser prioridade, bem como aumentar a escolaridade, nas políticas públicas voltadas para melhoria de qualidade de emprego e vida dessa população por médio e longo prazo.

Gráfico 11. Escolaridade dos Adultos da Comunidade Sem-Teto



Fonte: dados fornecidos pelo MTST do Distrito Federal, também disponíveis no site <http://www.mtst.org/quem-somos/>

#### 5.4 AÇÕES DO MTST EM BRASÍLIA-DF

A entrada, em Sol Nascente, em um terreno abandonado ocupado, aponta claramente uma ação sistematicamente coordenada na qual, tal como uma colmeia, as famílias se agrupam para "levantar o acampamento" em poucos minutos; e qual seria, nesse primeiro momento, o equipamento essencial a ser levantado? (Fotos 1 e 2) A cozinha solidária dali, (Foto 5) ao hastear a bandeira do movimento, irradia toda a formação da ocupação.

Foto 1. Vista área da ocupação do MTST no Sol Nascente.



Fonte: Vagno Batista, 2020.

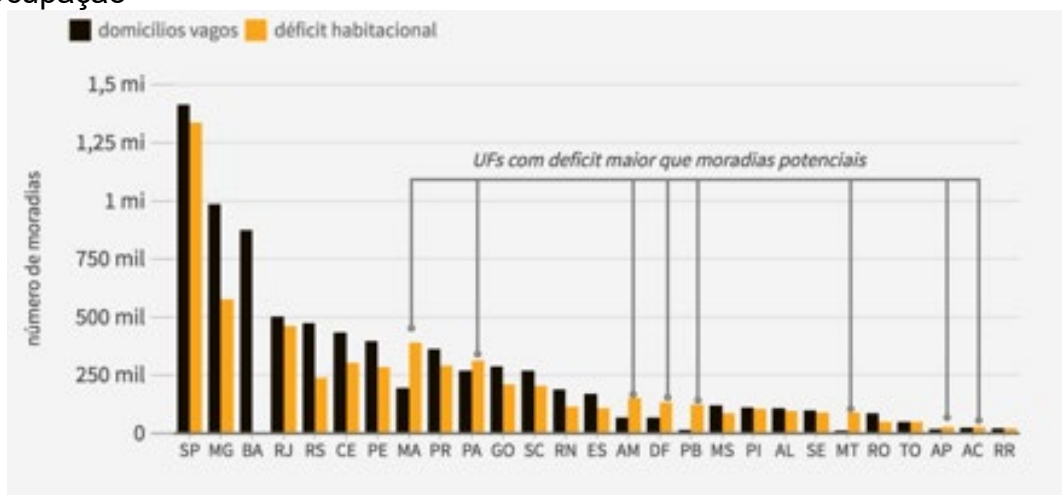
A "edificação" de barracas de lona se revela como uma atividade que transcende o âmbito individual. O exame do acervo fotográfico do Arquivo Público do Distrito Federal suscita a percepção de paralelismo entre as condições de vida registradas na Vila Telebrásília, já documentadas em 1991, e as ocupações no Sol Nascente em 2021, revelando, ao menos em sua forma, uma notável semelhança.

Estes registros evocam uma assertiva proferida por Guilherme Boulos perante as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo, em 2015. Conforme expressou o líder, mesmo após a entrega de mais de 2.000.000 de unidades habitacionais através do programa "Minha Casa, Minha Vida", o déficit habitacional nas regiões metropolitanas persistia como uma problemática mais premente do que antes do lançamento do programa (CARTA CAPITAL, 2015). Esse cenário remete à compreensão de que a questão habitacional não se restringe a um desafio circunscrito a espaços urbanos específicos.

O gráfico subsequente ilustra de forma inequívoca a magnitude do déficit habitacional em todo o país, abarcando todos os estados e o Distrito Federal. Paralelamente, a quantidade de domicílios desocupados supera o déficit habitacional em algumas unidades federativas, ao passo que em outras, bem como no Distrito Federal, observa-se uma situação inversa, na qual o déficit supera o potencial de unidades habitacionais disponíveis (conforme evidenciado no Gráfico 9). Isso renova o debate em torno da utilização social das propriedades imobiliárias, uma das pautas

centrais de atuação do MTST.

Gráfico 12. Comparação entre Déficit de Moradias e Total de Imóveis com Potencial de Ocupação

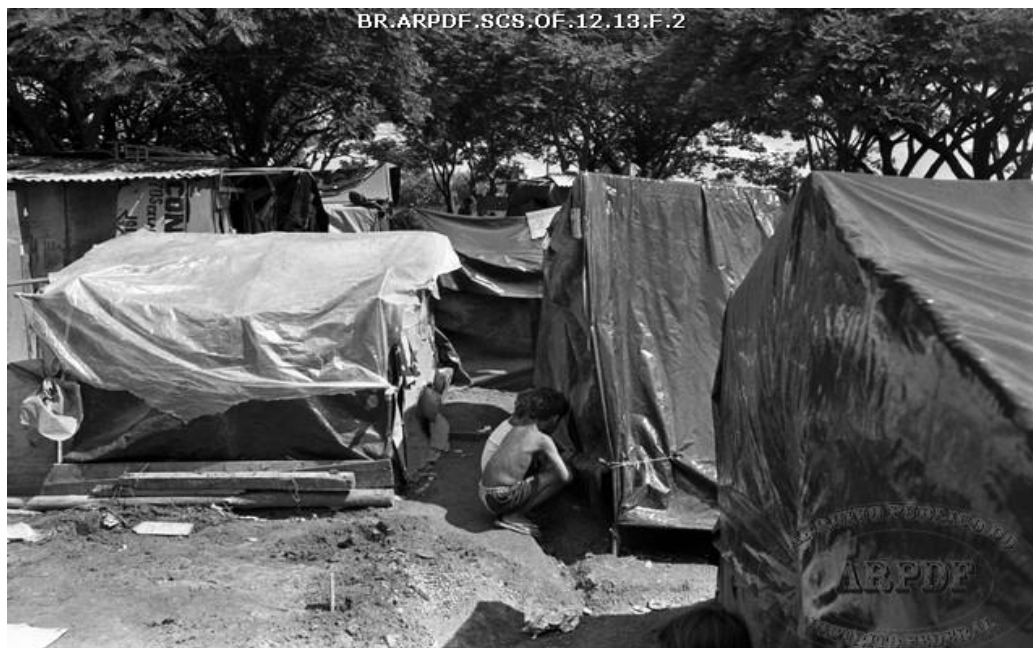


Fonte: Fundação João Pinheiro (2018).

A lógica que cria os “sem teto” e agrava o problema da moradia é que ela leva as pessoas para lugares mais distantes do centro das cidades, que as coloca cada vez mais longe dos serviços públicos de saúde, educação, infraestrutura urbana. Isso justifica o porquê de as ocupações ocorrerem em locais de maior visibilidade nos encontros urbanos (CARTA CAPITAL, 2015).

Voltando às ocupações de Brasília, e com vistas à entrega de questionários (para uso na pesquisa) temos a impressão de que tudo ali se coletiviza, de alguma forma e em alguma medida; e não poderia parecer estranho ao senso comum que pessoas que querem sua casa própria, ou seja, obter sua propriedade *privada*, passem a coletivizar tudo? Esse movimento não se dá sem estranheza, sem tensão, mas a mediação feita pelas/os coordenadoras/es do MTST objetiva justamente quebrar essa estrutura de individualidade extrema.

Foto 2. Ocupação na Telebrasília, 1991



Fonte: Arquivo Público de Brasília

Antecedendo cada ocupação, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) executa uma fase de trabalho de base, que tem seu ponto de partida na identificação de potenciais ocupantes que residem nas proximidades dos locais onde futuras ocupações ocorrerão. Esse processo de identificação é majoritariamente conduzido por meio da divulgação oral, envolvendo informações provenientes de parentes, vizinhos ou conhecidos de membros ligados a ocupações pré-existentes. À primeira vista, parece que todos os membros do movimento têm conhecimento de indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade habitacional, caracterizados pela necessidade de alugar moradias, compartilhar habitações ou enfrentar carências relacionadas a serviços públicos essenciais, como saneamento, fornecimento de água encanada e eletricidade.

Após a conclusão do processo de identificação e mapeamento, brigadas específicas são formadas para estabelecer contato com a comunidade em cada localidade e agendar reuniões que conduzirão os Sem Teto rumo às próximas etapas. Nas mencionadas reuniões, são apresentados os motivos que levaram à ocupação, informações acerca do próprio movimento e uma explanação detalhada a respeito de sua metodologia de atuação.

Essa abordagem em etapas constitui o cerne das ações empreendidas pelo MTST, e é exemplificada por meio da ocupação do MTST no Sol Nascente, situada a



30 quilômetros de Brasília, no Distrito Federal, mais precisamente na região administrativa de Ceilândia. Nessa ocupação, ocorrida em 2015, mais de 1.200 residências foram erguidas por meio de esforços colaborativos, envolvendo a participação dos ocupantes e a utilização de materiais ecologicamente sustentáveis, notadamente a técnica de construção com bambu entrelaçado. Adicionalmente, foram desenvolvidos projetos que incorporavam bacias de evapotranspiração confeccionadas a partir de folhas de bananeiras e abóboras, projetadas para o tratamento do esgoto, ao mesmo tempo em que enriqueciam o solo com nutrientes e contribuía para o aumento da umidade no interior das residências. Esse enfoque, denominado de bioconstrução, não apenas promovia práticas habitacionais sustentáveis, mas também se traduzia em um uso parcimonioso dos recursos, ao passo que oferecia soluções para enfrentar a crise hídrica experimentada no Distrito Federal.

Foto 3. Vista aérea da ocupação do MTST no Sol Nascente



Fonte: RIBEIRO, Vagno. Jan. 2021.

Embora a luta do MTST seja alcançar moradia de qualidade e dentro de um padrão altamente sustentável para trabalhadores de baixa renda, a primeira fase consiste em ocupar o espaço, mesmo em condições precárias, para depois planejar uma morada que permita melhores condições de vida aos habitantes daquele futuro

lar.

Foto 4. Instalações precárias no assentamento Sol Nascente, 2021.



Fonte: RIBEIRO, Vagno. Jan. 2021.

A partir da construção da cozinha coletiva e organização geral do acampamento, uma das primeiras ações estratégicas é a realização da assembleia para escolha do nome da ocupação. Embora pareça algo simples e pontual se trata de um momento de simbolismo significativo, pois as propostas estão sempre relacionadas a um momento e/ou personagem histórico no campo das lutas sociais por melhores condições de vida das/os trabalhadoras/es.

Foto 5. Construção da Cozinha Solidária Assentamento Sol Nascente



Fonte: RIBEIRO, Vagno. Jan. 2021.

Algo importante a se destacar da ocupação em Sol Nascente e que tem inspirado outros agrupamentos em Brasília, como em Planaltina, são as práticas de agroecologia, monocultivo que os trabalhadores também têm aprendido e aplicado junto aos lotes de terras que eles conquistam a partir das suas ações no movimento.

Foto 6. Vista área da ocupação do MTST no Sol Nascente



Fonte: RIBEIRO, Vagno. Jan. 2021.

O reconhecimento de outras lutas é um ponto central para começar a minar a captura do cotidiano repleto de representações hegemônicas, cada vez mais mediadas pelo consumo; é um exercício com muitos obstáculos, mas que reconhece uma via de organização importante para o fortalecimento de direitos coletivos, entre eles a própria cidade.

No entanto, não se trata de um processo imediato no sentido de que as pessoas se identifiquem e façam esse reconhecimento prontamente; ao contrário, muitas/os chegam às ocupações por "querer ganhar a casa", sem entender ainda que não se trata de um espaço de doação de lotes ou coisa do tipo, mas um espaço de construção no qual o desejo pela casa às vezes se dilui em meio à experiência vivida, na qual, de certa forma, encontra espaço de fala e indignação.

Enquanto lia outros autores; porém desconhecidos e inacessíveis para os não iniciados no campo acadêmico, esbarramos em nossos sujeitos, expoentes de um



quadro marcado por contradições e desigualdades, visíveis e táteis, sejam montados de bairro periférico, favela ou barraco. Sofrendo forte influência do meio em que vivem, para além do que possa ser observado a olho nu, nesse ambiente dinâmico, o conflito é presente pelas ações coletivas dos sujeitos sociais que constantemente transformam seu próprio espaço.

## 5.5 TRAJETÓRIA DE LUTA DO MTST POR DIREITOS À MORADIA NA CAPITAL FEDERAL

A organização coletiva do MTST em Brasília a partir de 2010 implicou na retomada da questão da habitação articulada a diversas demandas da vida cotidiana, fundamentada nas condições presentes no espaço vivido. E situou, novamente, a questão da habitação, até então tratado de forma pulverizada diante da desarticulação dos antigos movimentos sociais do DF, impulsionando um movimento de recomposição, e ao fazê-lo questiona e disputa o modelo de cidade posto no cenário da política neoliberal que privatiza espaços e áreas públicas e gerencia a cidade sob o discurso e a prática do empreendedorismo urbano e não sob os preceitos dos direitos sociais.

Acirraram-se, assim, disputas pelos locais da cidade e as ocupações urbanas passam a ser realizadas pelo MTST/DF com intuito de evidenciar as áreas que estão a serviço da especulação imobiliária, mantidas sem o cumprimento da função social da cidade e da propriedade prevista na legislação urbana vigente (Lei nº 10257/2001), podendo ser revertidas à promoção de Habitação de Interesse Social (HIS). Assim como acontece em outras cidades e articulados a outras organizações coletivas, o MTST/DF problematiza a segregação para além da diferenciação econômica, mas como contradição explícita na condição de injustiça socioespacial.

## 5.6 A OCUPAÇÃO DE NOVO PINHEIRINHO EM CEILÂNDIA

A repercussão da Ocupação Novo Pinheirinho em Ceilândia em 2012, e a ocupação de mesmo nome realizada em Taguatinga no ano seguinte (2013) (MARTINS, 2016),<sup>26</sup> marcou uma sequência de atos e ações em conjunto com outros

---

<sup>26</sup> MARTINS, Ananda de Melo. As ações de resistência urbana e a habitação: a luta pelo direito à cidade em Brasília/DF. Espaço & Geografia, Vol.19, No. 1 (2016), 35:67. ISSN: 1516-9375.

movimentos do Distrito Federal (Movimento Passe Livre, Comitê contra as Violações da Copa 2014) que deram visibilidade ao MTST na Capital Federal. As manifestações por ocasião da Copa do Mundo 2014 ampliou ainda mais essa visibilidade em função da presença da mídia internacional presente no Brasil, testemunhas de diversas ações arbitrárias autorizadas pelos governos de Estado e efetivadas por um aparato policial que fez das ruas das principais capitais do país, e também da Capital Federal, cenário de fortes enfrentamentos.

### 5.7 A FRENTE NACIONAL DOS MOVIMENTOS E COMO SE ORGANIZAM ESSES MOVIMENTOS

No dia 04 de abril de 2012, 180 (cento e oitenta) integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), oriundos das regiões administrativas de Brazlândia, Ceilândia e Planaltina/DF, participaram do Ato promovido pela Frente Nacional de Movimentos – Resistência Urbana e o Fórum das Mulheres do DF, em frente ao canteiro de obras do Estádio Nacional de Brasília/DF (HOUSING IS A HUMAN RIGHT, 2012).

Foto 7. Integrantes do MTST ocupam terreno de Taguatinga no DF



Fonte: G1-DF (2015).

---

O Ato também se desdobrou em outros estados que serviram como sede para a Copa de 2014. Em São Paulo, houve uma ocupação da obra do Estádio Itaquera, que durou por 2 (duas) horas, resultando na paralisação das obras e na participação de aproximadamente 700 (setecentas) pessoas. Em Curitiba, ocorreu um Ato no Palácio do Iguazu, a sede do governo estadual, em protesto contra o despejo de 5 (cinco) comunidades, com a participação de cerca de 150 pessoas. Em Manaus, ocorreu um Ato em frente à Arena da Amazônica, com a presença de aproximadamente 170 (cento e setenta) pessoas. Em Fortaleza, houve um Ato que bloqueou a Avenida Paulino Rocha, a principal via de acesso ao estádio Castelão, durante 1 hora e 30 minutos, com a participação de 100 (cem) pessoas. Em Cuiabá, ocorreu um Ato Público na UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) em oposição aos despejos realizados pela Comunidade Canaã e intersindical, com a participação de cerca de 200 (duzentas) pessoas. Em Belo Horizonte, houve um Ato realizado nas proximidades do Anel Viário de Belo Horizonte, onde várias comunidades estavam sob ameaça de despejo, com a participação de 100 pessoas. No Rio de Janeiro, ocorreu uma ação de panfletagem na entrada dos operários na obra do Maracanã às 5h30, realizada pelo MTST e CSP Conlutas. Em Brasília-DF, ocorreu um Ato em frente à portaria do canteiro de obras do Estádio Nacional de Brasília, com a participação de 180 (cento e oitenta) pessoas, manifestando repúdio aos preparativos da Copa e demandando a realização de um plebiscito popular sobre o tema (CORREIO BRAZILIENSE, 15 mai. 2014).

De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), suas ações se opunham aos despejos e remoções relacionados às obras do megaevento, bem como à alocação de recursos públicos em eventos de grande porte em detrimento de investimentos em políticas públicas, entre outras reivindicações. O movimento tentou, sem sucesso, ocupar o Estádio Nacional de Brasília-DF e, em resposta, bloqueou a entrada principal do canteiro de obras por volta das 11h30. Durante as negociações, ficou acordado que os membros do MTST não seriam autorizados a entrar no local devido a questões de segurança. Foi sugerido que as pessoas interessadas em trabalhar na obra procurassem a construtora responsável para possíveis contratações. Além disso, foi oferecido um curso de idiomas (Inglês, Espanhol e Francês) para adolescentes com idades entre 14 e 25 anos.

Os militantes do MTST também solicitaram que 40% dos lucros provenientes da venda de terrenos pela Terracap fossem destinados à construção de habitações

para pessoas em situação de carência. O representante do Comitê da Copa se comprometeu a levar essa solicitação ao governo. A manifestação se estendeu até as 14h, e cerca de 15 (quinze) crianças também participaram, embora não tenha havido fornecimento de alimentos durante o evento.

Na madrugada de 21 de abril do mesmo ano, o MTST invadiu uma área pública na QI 05, Setor Industrial, localizada em frente à CNR1, conjunto N, próximo à QNQ/QNR, em Ceilândia, Distrito Federal. Conforme informações fornecidas à Administração Regional de Ceilândia, o terreno invadido pertence à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e estava destinado ao Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal (PRÓ-DF). No local, foram montadas cerca de 100 (cem) barracas de plástico, e aproximadamente 300 (trezentas) pessoas acamparam no local, incluindo um grande número de crianças. Observou-se que os ocupantes eram originários das Regiões Administrativas de Brazlândia, Ceilândia, Estrutural e Planaltina, no Distrito Federal, e a maioria deles já possuía residência própria nas cidades mencionadas.

A ocupação foi coordenada pelo MTST e liderada por Edson Francisco. De acordo com relatos dos membros do movimento, oito (oito) advogados voluntários estavam disponíveis para atender às necessidades dos acampados 24 horas por dia. As reivindicações do movimento incluíam a construção de moradias para todas as famílias acampadas no Novo Pinheirinho, a construção de moradias definitivas para o Acampamento Nova Planaltina, garantias de políticas públicas do programa Morar Bem para famílias com renda mensal de 0 a 3 salários mínimos, o fim dos despejos ilegais no Distrito Federal e o fim da criminalização de todos os Movimentos Sociais.

Em 11 de março de 2015, por volta das 7h30, membros do MTST se reuniram em frente ao Centro de Ensino Fundamental em Ceilândia, enquanto outros seguiram em carros particulares em direção à BR-070, Via Estrutural e Eixo Monumental, e se reuniram em frente ao Museu da República. Posteriormente, eles se dividiram em pequenos grupos e tentaram invadir, sem sucesso, as Portarias Principais dos Ministérios da Fazenda e das Cidades. No Ministério da Fazenda, os manifestantes se concentraram na portaria, impedindo a entrada e saída dos funcionários. No Ministério das Cidades, os integrantes do MTST ocuparam o subsolo e a portaria do prédio, juntando-se aos manifestantes da Ceilândia, incluindo membros do MTST de Brazlândia, Planaltina, Samambaia e Recanto das Emas (G1, 2015).

Os relatos acima delineiam a atuação dos membros do MTST em Brasília nos

anos de 2012 e 2015, destacando a organização e a estreita colaboração entre esses grupos e outros movimentos sociais. A estrutura de organização política do movimento é enfatizada como uma vantagem, uma vez que transcende a sua demanda inicial. Em outras palavras, embora a reivindicação primordial do MTST seja o direito à moradia, ele reconhece que o acesso apropriado à habitação está intrinsecamente ligado às complexas questões urbanas como um todo.

## 5.8 COMO O MTST SE RELACIONA COM AS QUESTÕES POLÍTICAS

A problemática habitacional para a população de baixa renda, que é uma questão histórica no Brasil e que se agravou significativamente em meio a crises econômicas, tem sido enfrentada com a intervenção policial, autorizada e coordenada pelo governo local, resultando em violações dos direitos humanos em várias dimensões. No entanto, ao contrário de períodos anteriores da história, a intensa repressão por parte do governo do Distrito Federal não tem conseguido desarticular ou enfraquecer as ações de resistência urbana.

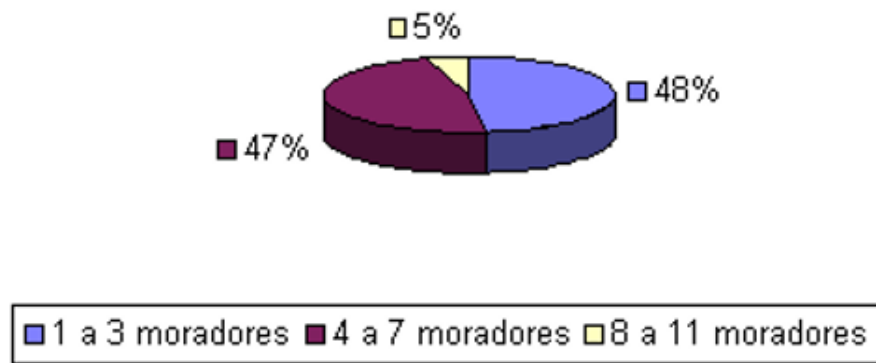
Atualmente, a mobilização se baseia na promoção de relações solidárias, visando reconstruir uma identidade coletiva capaz de superar interesses individuais. Isso é fundamental dada a necessidade premente de desenvolver um projeto político alternativo que una trabalhadores/as que enfrentam precarização em diferentes aspectos de suas vidas. A luta pelo direito à habitação, de forma direta ou indireta, está agora intrinsecamente conectada a diversas escalas e é profundamente influenciada pela interseção de experiências diversas.

A ação política local, inserida em um movimento global de resistência urbana, fortalece o empenho na busca por direitos. Motivados pelas experiências no Brasil e em outras nações, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Distrito Federal (MTST/DF) desencadeou um novo ciclo de ocupações urbanas em Brasília. Em fevereiro de 2015, o MTST/DF organizou ocupações simultâneas em áreas públicas do Distrito Federal, com o objetivo de demandar uma auditoria nas ações da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), uma instituição pública responsável pela gestão das terras públicas no DF) e de buscar avanços na política habitacional do Distrito Federal (conforme mostrado no Mapa 1).

De acordo com o gráfico apresentado abaixo, observa-se que na comunidade dos Sem Teto, quase metade das residências abriga de 4 a 7 moradores por unidade,

e 5% das casas têm de 8 a 11 moradores. Isso claramente demonstra a necessidade premente de expandir a construção de moradias para atender a essa população.

Gráfico 13. Número de Moradores por Casa na Comunidade Sem –Teto (2015)



Fonte: <http://www.mtst.org/quem-somos/>

Construir, nesse contexto, uma base de discussão sobre o porquê ocupar diante dessas condições faz com que seja importante considerar o entendimento acerca das diferenças entre as ocupações do MTST no limite da semelhança da precarização vivida pelas/os acampadas/os. O trabalho de base, uma atividade com desenvolvimento ainda difícil, considera a orientação de que, segundo Vitor (MTST/DF), tem-se que falar do que é a vida real no contexto de um movimento de ocupação como o MTST.

[...] somos um movimento territorial que parte da luta pela moradia. Tem outros que são movimento de moradia, eles querem conquistar casas, conquistar apartamentos, então são movimentos urbanos, onde os acadêmicos são muito fortes, intelectual, ONG. Por que? Porque são movimentos que querem romper o vetor de desenvolvimento urbano ± o desenvolvimento tem um vetor espacial, quando as pessoas fazem uma ocupação no centro elas estão combatendo esse vetor diretamente, é um processo de luta; alguns dizem que esse processo é mais anticapitalista do que o nosso, por estar em enfrentamento direto ao vetor do capital (VITOR, 2021).

Essa é a referência que marca esse momento de recomposição da luta social em Brasília que explicita as contradições da cidade, cujo plano, concebido a partir das ideias de Le Corbusier, institui a produção do seu espaço sem a separação do político institucional e os negócios, fazendo do processo de urbanização um negócio estratégico no espaço, atualizando o empreendedorismo urbano (VIEIRA, 2014).

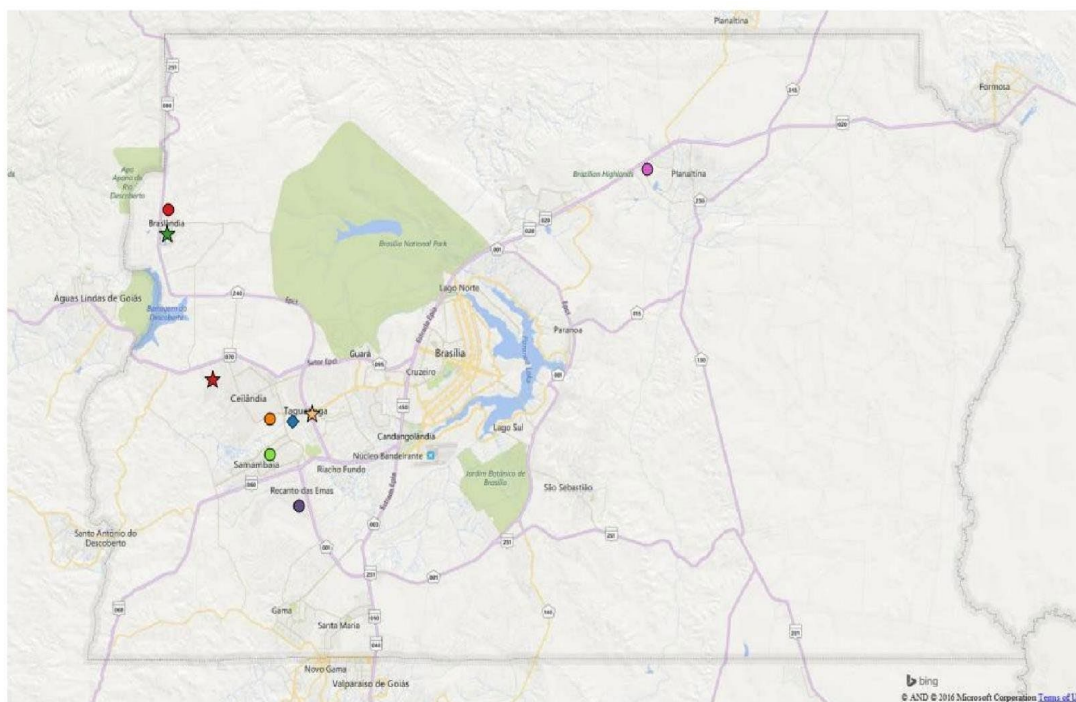
Não se pode fechar os olhos para a ação contínua do MTST no que diz respeito ao avanço nas ocupações. De hora em hora, novos alojamentos de lona e materiais alternativos foram construídos. Continuamente, os organizadores do movimento circulavam pelo terreno conversando com os que chegavam, respondendo algumas dúvidas e informando sobre alguns dos acordos coletivos, a exemplo da proibição da demarcação de lotes com cordão. Explicavam que cada barraco correspondia a uma família e que não haveria rateio de lotes naquele local.

A exigência era por moradia pronta. Os organizadores circulavam pela ocupação tomando nota do crescimento e das atividades, enquanto colocavam bandeiras em locais estratégicos para efeito de ornamentação e demonstração de unidade. Acredita-se que por terem informações e realizarem atividades, uniformizados com as camisas do movimento, eram estabelecidas relações de referência daqueles que chegavam para com o movimento.

Mais uma vez, do ponto de vista do palco, observa-se que, embora de forma não sistematizada, alguns dados sobre a composição social da ocupação foram insuficientes. A fila de mulheres mostrava-se superior ao de homens. A primeira coleta de assinaturas foi tumultuada e recorrentemente os organizadores pediram calma aos ocupantes, ansiosos para assinar e descansar no sábado à noite, para que não se apressassem, evitando o empurra-empurra. Após seu término, foram contabilizadas mais de 1.900 assinaturas (VIEIRA, 2017).



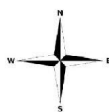
Mapa 5. Ocupações MTST/DF (2010-2015)



#### Legenda

Primeiras Ocupações MTST/DF	Ocupa DF 2015
★ Brazlândia 2010	● Brazlândia
★ Ceilândia 2012	● Samambaia
★ Taguatinga 2013	● Ceilândia
	● Recanto das Emas
	● Planaltina
	◆ Mercado Sul Vive - Taguatinga

Fonte: Bing Road (Openlayers)



Sistema de Coordenadas Geográficas e DATUM SIRGAS2000  
Elaboração: Ananda de Melo Martins e Aryanne Audrey Rodrigues  
Fontes: Bing Road (Openlayers)

No mapa apresentado acima, são destacadas as localizações das ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no contexto geográfico de Brasília. As áreas dessas ocupações estão descritas com maior detalhamento, incluindo a indicação dos bairros onde foram estabelecidas, assinalados por meio de pontos vermelhos no mapa.

Nesse contexto, é relevante retomar a discussão sobre os Movimentos Sociais Urbanos (MSUs), considerando o que foi abordado até o momento, mas agora situando o debate no âmbito do espaço urbano e da cidade, bem como em suas representações, a partir das ações de resistência urbana. Estas ações, ao evidenciarem práticas espaciais, nos permitem examinar o espaço percebido, que se concretiza no espaço vivido como um ambiente de realização da vida. A heterogeneidade identificada na configuração territorial de Brasília, em seus diversos momentos históricos, e especialmente nas ocupações urbanas promovidas pelo MTST/DF, revela percepções diversas sobre a apropriação do espaço urbano no



contexto da luta pelo direito à moradia.

As práticas desse movimento ocorrem em um cenário que se movimenta ao sabor das contingências do tempo histórico, abrigando tanto os pesquisadores quanto os pesquisados. Como bem afirmou Santos (1981, p. 17), "a grande cidade poderia ser entendida como o lugar por excelência onde existem muitos palcos que permitem ao indivíduo desempenhar vários papéis distintos".

Devido à dinâmica peculiar do MTST como movimento social, a aplicação dos procedimentos metodológicos não seguiu um curso previsível. Ao adentrar no campo de pesquisa, a proximidade e a natureza colaborativa resultaram na construção de laços de confiança. Ao longo da jornada de investigação, atuei como observador e participei de maneira substancial. O local de estudo empírico e a condução da pesquisa se desenvolveram de forma concomitante à ocupação.

## 5.9 AÇÕES, CONQUISTAS E PERDAS DO MTST NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

A complexidade social que envolve as condições materiais precárias em que as/os acampadas/os vivenciam é explicitada por elas/es mesmas/os nos espaços criados pela organização do movimento: assembleias, reuniões, oficinas, nas comemorações realizadas, e, principalmente, nas ocupações. Em meio à distância dos centros de produção e circulação de mercadorias, aos ambientes de repouso dos que as produzem, há um caminho marcado por intervenções políticas e econômicas, públicas e privadas na malha urbana. Esses fatores têm grande relevância na consolidação de um quadro de insustentabilidade do modo de crescimento urbano.

Tendo sido feita a desocupação das 5 áreas tomadas em fevereiro de 2015, a negociação entre o MTST e o GDF apontava para o andamento do edital já acordado para contemplar as famílias que ocuparam Nova Planaltina em 2010, por meio do Minha Casa, Minha Vida na modalidade de Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), bem como a inserção das famílias na lista da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do GDF (SE-DEST/GDF) para recebimento do auxílio vulnerabilidade e o encaminhamento para o atendimento das famílias no programa habitacional distrital, Programa Morar Bem.

Não tendo sido cumpridos os acordos, e após uma reestruturação interna, a coordenação de Planaltina reocupou o terreno em que já haviam estado em fevereiro com a Ocupação Maria da Penha Resiste, que está dentro de uma área que, segundo

destinação do Plano de Ordenamento Territorial (PDOT), corresponde a uma Área de Regularização de Interesse Social (ARIS) e está ao lado de uma grande Área de Oferta Habitacional. A coordenação da regional Sul, agora dividida apenas entre Ceilândia e Samambaia, ocupou uma nova área em Samambaia nomeada como 26 de julho em referência à data da Revolução Cubana.

Sobre a representação da ocupação, as atividades ali desenvolvidas e sua potencialidade no que se refere "ao despertar" para a coletividade que envolve a luta por direitos e em especial a identificação com o MTST, Vitor Guimarães, coordenador do MTST Rio de Janeiro, contou, em entrevista concedida para esta pesquisa, que ainda no primeiro ano do MTST em Brasília, quando terminava o curso de Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), participou da Ocupação Gildo Rocha como aliado. Parte de seu relato indica a dinâmica do início da ocupação e a tensão em função da repressão policial ordenada pelo GDF.

A ocupação começou numa sexta à noite [...] e fiquei muito entre os meus amigos, mais conhecidos [...] dormi lá, e na manhã do dia seguinte começaram a me pedir pra fazer coisas [...] pra ver se eu tava [...] [...] ajudei na cozinha, a transportar coisas. Na primeira tentativa de despejo os principais dirigentes não estavam presentes; a polícia não estava aberta a negociação e começaram a derrubar todos os barracos ± foi feita uma negociação pro almoço, pra que as senhoras e crianças pudessem almoçar e depois pegar as coisas ± as coisas foram trazidas para a cozinha. Derrubaram todos os barracos, menos a cozinha, [as/os acampadas/os] fizeram, então, uma corrente humana em volta da cozinha; a cavalaria montada foi pra cima dos acampados – todos ali acreditamos que eles iam passar por cima da gente, a gente tinha certeza [...] (VITOR GUIMARÃES, coordenador MTST/RJ, 2021).

Também em Brasília/DF, a organização coletiva se torna não somente uma possibilidade de enfrentamento da realidade vivida, mas a única via de combate ao ataque aos direitos sociais empreendidos pela classe política conservadora do país. A disputa também na Capital Federal se dá pelos rumos da política local, pela visão de sociedade e cidade.

Para tanto, a ação extrapola a reivindicação da habitação que não está desvinculada da discussão e disputa, sobre o ajuste fiscal imposto pelo governo federal, ou, ainda, os ataques à legislação trabalhista ao considerar que as/os trabalhadoras/es pobres que compõem o movimento são os mais vulneráveis à precarização do trabalho, conforme explicita o coordenador nacional, Guilherme

Boulos (2012).

Seguramente, vivemos uma conjuntura político-econômica distinta se compararmos com a realidade de 35 anos atrás. Mas é gritante a permanência da contínua submissão das/os trabalhadoras/es a uma lógica de extrema necessidade, levando o movimento local – MTST/DF – a assumir enfrentamentos burocráticos diante das dificuldades impostas pelo governo do Distrito Federal.

Assim, o MTST/DF acumula como uma de suas atividades o (re)cadastro das famílias que continuam excluídas sob o pretexto de que de alguma forma não se encaixam do programa habitacional distrital (Programa Morar Bem) e não estão devidamente informadas sobre seus direitos quanto ao recebimento do auxílio aluguel considerando a vulnerabilidade à qual estão submetidas.

O impacto da ação da polícia somado à reação da formação da corrente humana em torno do primeiro equipamento coletivo erguido em uma ocupação do MTST causou forte sentimento de união entre as/os acampadas/os naquele momento, fazendo com que utilizassem o único instrumento que tinham para resistir: seus corpos. E segundo Vitor, todas/os estavam dispostos a fazer uso dele e ir até o fim, tendo dito ainda que:

[...] feita a corrente humana [em torno da cozinha] começamos a cantar uma das músicas que hoje cantamos pouco, até: "o risco que corre o pau corre o machado, não há o que temer/ aqueles que mandam matar, também podem morrer". Cantada fica aquela coisa da... que é a memória que eu tenho, aí tem uma coisa afetiva muito forte do canto religioso [...] era gente de Brazlândia e de Ceilândia [...] Tinha muitas senhoras chorando, crianças desesperadas perto das malas; e eu fiquei andando, rodando, animando todo mudo: "a gente tem que segurar! Vai dar certo!" Eu não sabia o que a gente ia fazer, estava desesperado, e os caras estavam vindo, e aí quando a gente cantou "aqueles que mandam matar, também podem morrer", aí o cara recebeu uma ligação e parou. Todos começaram a chorar, todos. E era uma ocupação de dois dias com uma cozinha só de pé; "essa cozinha, esse bambu e lona preta representam todo o meu sonho". Todas essas coisas menos racionalizadas [...] é a esperança da vida, é o sonho realizado, é botar o seu corpo na frente do Estado dizendo "velho é isso aqui mesmo, esse terreno vazio no meio da BR e a gente ferrado. Nós vamos ficar aqui até as últimas consequências, e agora que a gente tá junto, nós temos força" (VITOR GUIMARÃES, coordenador MTST/RJ).

Os dois relatos, feitos por coordenadoras distritais de perfis socioeconômicos mais baixos, indicam as diferentes possibilidades de se unir a uma causa. Cláudia Aparecida e Adriana Lima, ao trilharem o caminho ditado pela necessidade de moradia vão às lutas sociais, encontrando na ação do MTST o sentido de ação coletiva a partir

da qual se empenha em construir a resistência urbana enquanto fenômeno posto na cidade.

Pelas respostas dadas aos questionários, parece ser um consenso a representação inicial que a ocupação significa, ao mesmo tempo, o "sonho de ter uma casa" e a falta de condições de manter o aluguel. No entanto, o envolvimento com o MTST efetivamente vai ganhando novos contornos ao mesclar seu histórico de vida com a experiência atual: Lucineide, coordenadora territorial, relata que por conta da família que havia atuado com o MST já acreditava na luta.

Sempre acreditei na luta do povo. Que nem minha mãe tem a casa dela no Pôr do Sol que foi com resistência também; apesar dela ter comprado, mas a resistência foi contra o fechamento, contra as derrubadas porque fomos nós mesmos, os filhos, meu pai e minha mãe que levantou a casa lá, a construção, então eu sempre soube que com luta, vai (LUCINEIDE, 2021).

A ideia de que ao participar do movimento obtém facilidades no que se refere ao desejo/necessidade individual da moradia, pouco a pouco dá lugar ao envolvimento com a construção coletiva de ações estratégicas de mobilização e negociação das reivindicações.

De acordo com Uliane, coordenadora do MST/DF, quando ela entrou na coordenação pensou "vou entrar porque assim ganho minha casa mais rápido", mas a partir da terceira reunião de coordenação eu vi que não era nada disso, que o movimento era organizado, que tinha várias estratégias que me identificava; a organização, o povo, as lutas, o planejamento dos próximos passos, e a mobilização como que nós cinco dentro dessa sala, em conjunto, conseguimos mobilizar 50; e aí a moradia em si para mim já ficou lá atrás (relato de Uliane, coordenadora MTST/DF Ceilândia/Samambaia).

Flavia (Coordenadora MTST/DF/Ceilândia/Samambaia) conta que incentivada pela mãe ficou impressionada com a organização da ocupação. Como já havia participado de outros grupos de ação coletiva, notou a diferença no formato de ordenação e o comprometimento na luta pelo interesse das famílias que fazem parte do MTST. O mesmo impacto teve Arrilza (Coordenadora MTST/DF Ceilândia/Samambaia) que relata que passou a se envolver depois de um mês como acampada.

Eu vi o esforço das meninas pegando presença e pensei: "vou começar a me juntar". E fui ajudando a pegar presença, e disse: "se eu tô aqui como acampada e

posso ajudar com uma coisa que também vai me beneficiar..." então fiquei na coordenação e tô aí até hoje. [Arrilza, coordenadora MTST/DF Ceilândia/Samambaia] Duda (Coordenação MTST/DF Ceilândia/Samambaia) relata não ter tido contato com nada relacionado a MSUs até conhecer o MTST, em São Paulo: "Eu era desinformada de tudo. Minha família não mexia com nada disso [...]. Um dia eu vinha do serviço de tarde e um tudo.

Pouco a pouco Duda reconheceu em seu cotidiano a exploração do trabalho, a pressão do tráfico de drogas e a desinformação das famílias, o que fez com que optasse por se envolver na coordenação vindo para Brasília/DF com a tarefa de, junto com outras pessoas, mobilizar e construir uma base do movimento na Capital Federal. Segundo ela,

É tudo muito difícil. A gente aprende a brigar por direitos, a gente aprende a brigar por direito da comunidade, o direito que a gente não tinha a gente passa a ter [a reconhecer que tem], e faz a gente se envolver mais ainda. Além do conhecimento que o MTST passa, porque eu tinha vergonha até de levantar o braço [...] eu admirava quem ia pra luta [...] e hoje a gente anima o ato, puxa bandeira, mas tem coisa que não é com a gente; por mais que a gente se esforce [sobre descobrir a sua própria forma de desenvolver as atividades, dentro do seu perfil] [Duda, coordenadora MTST/DF Ceilândia/Samambaia]

O processo de autoconstrução no que se refere ao envolvimento das/os coordenadoras/es torna-se um exercício cotidiano em meio à organização das famílias nas ocupações. Para essa organização, uma das orientações do MTST é a de que as famílias não abandonem seus locais de moradia, mas organizem a família para estar presente no acampamento e participar das atividades. Isso aparece com frequência nas suas respostas.

E a diferença entre a atuação coletiva no MTST e a ação de resistência individual é sentida no processo de mobilização e negociação que envolve as ações do movimento e das famílias que o compõem. Segundo a coordenação regional/nacional do MTST/DF/Planaltina, Maria José, há grande diferença entre atuar individualmente e a partir de um movimento organizado. Isso por considerar a ampliação da luta antes pontual, no que se refere à moradia. Mas, também pelo tratamento diferenciado dado à demanda quando a ocupação, seja de áreas ou de órgãos públicos. Logo, finca sua bandeira, além do impacto quanto à visibilidade de suas demandas e suas condições de sobrevivência.

[...] só assim se consegue impactar a sociedade, mostrar que nós estamos aqui, mas que não aceitamos mais ser empurrados pra fora. Nós somos a maioria, mas eles conseguem fazer com que a gente se sinta a minoria, colocando a gente nos cubículos com aluguel caro, e a gente trabalhando e eles ganhando 10 vezes em cima da gente, colocando o mínimo pra gente... não vamos aceitar mais ser escravos e vamos lutar pra conseguir tudo o que a gente quer. [Maria José, coordenadora distrital/nacional MTST/DF/ Planaltina].

A mobilização construída ao longo dos últimos anos aparece na fala de algumas/ns acampadas/os que explicitam clareza na motivação de estar ali e reconhecem o preconceito sofrido dentro e fora das ocupações: "As pessoas, geralmente quem tá (Sic) de fora, acham que a vida é fácil, que nós estamos aqui apenas querendo invadir ou tomar um pedaço de terra. Que na realidade não é isso né!? Nós estamos aqui lutando pelo o que é nosso". [Germano, acampado Maria da Penha Resiste - Planaltina].

É entre as/os acampadas/os que aparecem mais forte os traços da precarização da vida, pois, quando perguntados sobre o que condicionou a participação no MTST, foram relatadas as dificuldades de pagar aluguel (algumas com muitos filhos, outros com subempregos) em um nível de que muitas vezes teriam que escolher entre arcar com o aluguel ou comprar alimentação básica para a família. Carminha (*apud* MARTINS, 2016) diz que com seis filhos é pesado pagar o aluguel e que tem dias que de fato "não tem nem um pão para tomar café" (MARTINS, 2016).<sup>27</sup>

Relatos desse tipo são corriqueiros nas ocupações onde a cozinha comunitária, que funciona a partir de doações das/os próprias/os acampadas/os e aliadas/os, cumpre um papel importante para essas famílias, que na Maria da Penha Resiste já residiam completamente por não ter para onde ir.

Nesse grupo de entrevistadas/os é mais forte a relação, as vezes conflituosa, entre a sobrevivência e a luta, pois, ao mesmo tempo que identificam as dificuldades vividas, percebem que não há outro caminho além da organização coletiva. Como afirma Dona Rita, que diz já estar acostumada com as dificuldades desde a ocupação, "pra mim isso não é problema porque sem luta a gente não consegue nada" (D. Rita,

---

<sup>27</sup> MARTINS, Amanda de Melo. Entre a utopia do direito à Cidade e a resistência urbana: a luta pelo habitar em Brasília/DF. Tese de doutorado em Geografia. Universidade de Brasília, UnB. Linha de Pesquisa Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <Brshhttps://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23795/1/2016\_AnandadeMeloMartins.pdf>. Acesso em 4 mai. 2022.

acampada da Maria da Penha Resiste / Planaltina-DF).

Apesar das dificuldades cotidianas, traduzidas por todas as carências materiais, acesso à alimentação para algumas famílias, ou acesso à infraestrutura como água e energia elétrica para todos, as ocupações são vistas como um espaço organizado que propicia, involuntariamente, momentos de trocas, de alimentação entre uma família que tem algo e outra que não tem nos momentos em que a cozinha comunitária não está funcionando; troca entre mães no cuidado com as/os filhas/os, troca em relação a serviços de manutenção e/ou reparação diversas. Maria José aponta para a diferença desse formato de ocupação e a diversidade entre as famílias e como tem sido lidar com isso:

A diferença está na organização e como isso implica na construção de relações com todo tipo de pessoas, com diferentes histórias, sendo líder de famílias e é complicado, mas é gratificante quando você consegue e no final tudo dá certo [Maria José, coordenadora distrital do MTST/DF].

Na fala dessa coordenadora, a dificuldade aparece como um limitador de muitas ações, já que não se pode pensar em práticas políticas e ignorar os pratos vazios, mas também se torna um elemento agregador pela identificação gerada a partir das situações de privação. Entre as dificuldades vividas dentro e fora das ocupações não estão listadas "apenas" as privações materiais; a insegurança referente tanto à ação de traficantes quanto repressiva da polícia têm espaço nas falas observadas ao longo da convivência.

Segundo esses relatos, a leitura dos traficantes dos arredores acerca da ocupação é de que esse seria um novo ponto de comercialização. As estratégias de enfrentamento a esse tipo de situação conciliam o esclarecimento do que é aquela ocupação e o limite imposto sobre aquele território que se constitui com outros propósitos.

Outro aspecto importante no seio dos movimentos sociais é o educacional. Sobre essa temática, os trabalhos de Gohn (2000; 2011; 2012; 2013), Arroyo (2003), Caldart (2000; 2006) são exemplares. Nos trabalhos desses autores, aspectos vinculados à relação entre a participação em organizações populares e em práticas formativas são sempre destacados. Vale destacar que os processos formativos desenvolvidos no interior dos movimentos sociais aparecem com bastante importância em muitas produções no campo das Ciências Sociais e da Educação.

Todavia, mobilizamos àqueles que se vinculam à educação popular, especialmente, porque elementos importantes como a formação, organização interna e mobilização política encontram-se no interior das práticas do MTST (SANTOS; GOULART, 2016). Ademais, julgamos ser importante levar em conta o processo de reorganização das práticas e do repertório dos movimentos sociais e o quanto os princípios e práticas da educação popular contribuem neste sentido (CARRILLO, 2013).

#### 5.10 ESTRATÉGIAS DOS TRABALHADORES SEM TETO: AÇÕES DE OCUPAÇÃO E DEMARCAÇÃO

No âmbito do MTST, muitas são as estratégias para reivindicar acesso a moradia e melhorias nas condições sócio urbanas nos assentamentos. Exemplo dessas foram as que aconteceram em março de 2016, quando manifestantes do MTST chegaram com o líder Eduardo Borges e se juntaram aos integrantes do “Frente Povo Sem Medo”. Permaneceram na frente do Pátio Brasil, por mais de 1 hora, distribuindo panfletos e gritando “Não Vai Ter Golpe”, “Fora Rede Globo”.

Quando chegaram à Rede Globo, tentaram ultrapassar a barreira dos policiais militares, os quais já se encontravam posicionados. Diante do fato, os policiais militares usaram de gás de pimenta para conter os manifestantes. Uma criança foi encontrada chorando devido ao tumulto e logo um policial militar se prontificou a ajudá-la, segurando-a no colo e tentando localizar os responsáveis.

Porém, um dos integrantes do ato, com um megafone, começou a gritar dizendo que o militar estava maltratando a criança e inflamando os demais manifestantes a reagir contra eles. A PMDF foi rápida em conter o manifestante e levá-lo junto com o pai e a criança para delegacia. Pai e filho foram no banco traseiro da viatura da PM.

Logo após o incidente, os integrantes do ato decidiram que iriam para a porta da 5ª Delegacia de Polícia Civil protestar contra a condução do manifestante detido. Porém, logo desistiram e resolveram encerrar o movimento, o que ocorreu por volta de 20h. Disso, depreende-se que é importante a ação coordenada do MS na condução das situações de violência diversas para o não esvaziamento das ocupações, e uma das formas que o MTST tem atuado para isso é o envolvimento das/os acampadas/os nas ações de organização da própria ocupação.



A depender do número de famílias de cada ocupação, o espaço é dividido por grupos, cada grupo tem uma quantidade limite de barracos de lona e uma cozinha comunitária própria, sendo responsável pela coordenação um ou mais acampadas/os que passam ser líderes da organização das listas de cadastramento das famílias e de presença das mesmas nas ocupações.

No processo organizativo, muitas vezes, se dissipam dúvidas e desconfiança quanto à seriedade do movimento, sua forma de atuação e as possibilidades de inserção, processo pelo qual todas/os as/os coordenadoras/es, praticamente, passaram enquanto acampadas/os. O dia a dia, para muitos, continua sendo sinônimo de dificuldade.

Entre as/os coordenadoras/es do assentamento Sol Nascente, essa condição imediata faz parte da ocupação, porém a dificuldade é compartilhada e o diferencial está na identificação do fato de que todos/as, de certa forma, estão ali pelo mesmo motivo, embora cada um/a entenda essa motivação de uma forma que destacam uma relação de aprendizado,

A experiência no MTST mudou minha vida e meus pensamentos sobre a vida. Fui fazendo amizade, fui conquistando [...] me tirou mais das ruas [Charles, coordenador MTST/DF]

É bom, porque aprende no dia a dia com as pessoas. Eu era muito estourada e aprendi a escutar mais as pessoas, aprendi a aceitar os meus erros; e é um local onde com as pessoas você ensina e aprende ao mesmo tempo. [Marinete, co-ordenadora MTST/DF]

Conciliar a ocupação com a vida normal é bem complicado, mas na ocupação não tem como sair, não saber o que se passa, e as famílias, quando você chega, o jeito que elas olham, é muito gratificante. Cada ocupação tem a sua história [Uliane, coordenadora MTST/DF].

Os despejos judicialmente formalizados contam com uma série de violência física e simbólica contra as famílias e o movimento, tendo em vista que para estes a realização dessa ação é transformada pelo Estado em caso de polícia, como aponta Gouvêa (1999).

A marginalização sistemática dessas famílias e a criminalização das ações dos MSUs são evidenciadas pelos discursos que representam a existência de invasores que tomarão terras que não lhes pertence em uma dimensão simbólica, mas tem iniciativas objetivas orientadas pela ação governamental por meio da repressão policial indo de encontro aos direitos previstos na Constituição de 1988 quanto à liberdade de reunião e manifestação, independente de autorização, conforme previsto

no artigo 5º, inciso 1677.

Contudo, a vulnerabilidade referente à violência a que estão submetidos não é uma realidade vivida apenas por fazer parte de uma ocupação urbana. Ao contrário, a ocupação pode vir a ser um espaço de experiência em que o reconhecimento dessas condições vividas se torna o principal elemento de unidade para potencializar a luta social em construção.

Desde 2015, o Sol Nascente tem sofrido uma série de ordens de despejos de áreas irregulares como uma ação do governo, da época, de Rodrigo Rollemberg contra a grilagem no Distrito Federal.

Foto 8. Vista aérea Assentamento Sol Nascente



Fonte: Este autor. Jan. 2021.

No entanto, essa ação é executada nas áreas de população de baixa renda com forte aparato policial que conforma um verdadeiro cenário de guerra, o que caracteriza o que Machado e Noronha (2002) denominaram de violência oficial. Abaixo segue registro realizado durante uma das visitas in loco de moradia em condições precárias (Foto 9).

Foto 9. Moradia no Assentamento Sol Nascente



Fonte: Deste autor, em janeiro de 2021.

Segundo esses autores, "se o aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial, indicando sua vinculação à violência estrutural que se manifesta nas desigualdades sociorraciais, e acrescentaríamos socioespaciais, uma vez que a população pobre, negra, periférica tem sido historicamente alvo desse tipo de violência.

Afinal, o que mudou em suas vidas por participar de um MSU com representação nacional e a organização coletiva do MTST? A aproximação em relação ao movimento torna mais evidente a discriminação sofrida por suas condições que, em vez de despertar solidariedade em um sentido coletivo, reforça naqueles que tem suas necessidades básicas "supridas". Em realidade, a individualidade se coloca de forma indiferente às condições precárias de vida daquelas famílias.

Outra moradora entrevistada, Maria Diamantina vê muita diferença entre as ocupações em Brasília/DF e também entre a Capital Federal e outras cidades do país,

uma vez que a composição de cada uma delas depende muito "da história e da memória dos territórios". Há um entendimento geral de que a ocupação pode trazer algum benefício. E mesmo entre aquelas/es que não vão embora, na maioria das vezes por não ter para onde ir, o intuito primeiro é a possibilidade de "ganhar" a casa mais rápido. O que fica mais evidente entre as/os acampadas/os, mas também já foi uma condição de muitas/os coordenadoras/es antes do envolvimento maior no MTST, como indicado em algumas falas na seção anterior.

Ao mesmo tempo, internamente, há a construção de compartilhamentos solidários que vão sendo gestados com a abertura de espaço de questionamento sobre o porquê cuidar só do seu, quando o outro está na mesma condição de precarização o que não acontece de forma harmoniosa e/ou linear, como se fosse o próximo passo de todas/os.

Os conflitos no cotidiano das ocupações urbanas do MTST/DF se dão lado a lado com as descobertas de outras formas de agir a partir da interação de famílias de diferentes lugares, com diferentes histórias, intenções e formas distintas de convivência. Observando a diferença, vemos também os distintos níveis de apropriação das experiências vividas em diferentes momentos da ocupação urbana.

Segundo Gonzalez (2005, p. 06) em trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História sobre cidade, experiência e memória, "essa conotação política é fortalecida" quando a ocupação urbana se torna o território no qual se formam as novas trincheiras para uma luta que vai além das urgências cotidianas, e não devemos ignorar a importância e o potencial dessa luta cotidiana.

De fato, romper com a memória coletiva de doação de lotes, promovida pelo ex-governador do DF Joaquim Roriz, tem sido uma das dificuldades no diálogo com algumas famílias, o que denota a importância de tornar o trabalho de base mais sistemático. Nesse sentido, ocupar na própria periferia da cidade reforça a conotação política dessa estratégia. E o empenho do MTST está acima da ocupação de espaços precários e periféricos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no presente estudo apontam para o potencial de transformação da visão de mundo de homens e mulheres que adentram um movimento social de reivindicação pela moradia que, posteriormente, passam a se identificar no trabalho coletivo, a luta por mudanças políticas e da cidade.

Nesse processo, o estabelecimento de novas relações tem papel importante, sobretudo nas práticas entendidas como “processos culturais, coletivos, pessoais”, situados e historicamente constituídos. Para além do que foi apresentado aqui, outras questões referentes ao acesso à moradia e a emancipação por meio das ações do MTST fazem parte de nossos estudos e reflexões.

Além da coordenação distrital/nacional do DF/Planaltina, as entrevistas realizadas com as/os coordenadoras/es de acampamento e acampadas/os da Ocupação no Sol Nascente elucidam nossas questões, agora situadas no processo de formação territorial de Brasília que se constitui enquanto cidade a partir de grandes ocupações, e referenciadas pelo entendimento da centralidade do urbano enquanto elemento de disputa no âmbito da luta pelo direito à Cidade.

Brasília nasce para ser revolucionária e, no entanto, territorializa o mando, o conservadorismo, fazendo com que a luta pela conquista da terra, ou do acesso à terra, além de necessária, seja crescente. Brasília ensina que a forma toma o sentido do coletivo desde o primeiro momento, no período de sua construção, pois as pessoas tendem a se agrupar, a construir vínculos com as pessoas e com os lugares como meio de construção de si próprios, de uma identidade comunitária e, porque não, da própria identidade. A conquista do endereço próprio, do endereço fixo e todas as conotações que se dirigem à constituição do princípio de pertencimento, da cidadania.

Ao ouvir alguns acampados e líderes do MTST, foi possível identificar que o objetivo é ampliar a demanda inicial, a moradia, para a reivindicação e construção prática do direito à Cidade e à Reforma Urbana. No entanto, quando nos aproximamos das experiências vividas observamos que a luta pelas urgências cotidianas é extremamente necessária diante das condições de sobrevivência das famílias que compõem o MTST, mas, ao contrário, não se limita a ela.

Entre os principais dados sociais levantados nesse sentido, esse grupo tem como principal característica o perfil de seus formadores: trabalhadores urbanos que vivem em situação de rua, não possuem casa própria e/ou não podem pagar aluguel.

Também é característico desse grupo o protesto contra a desigualdade habitacional nas cidades, onde poucos possuem mais de um imóvel e muitos são moradores de rua.

As urgências desse grupo constituem em estabelecer uma Reforma Urbana, baseada no direito à moradia, um direito social previsto pela nossa Constituição Federal de 1988, Art.6°. O direito à moradia é tão básico e essencial quanto a todos outros direitos sociais (tais como a saúde, a educação, a moradia, o lazer, o transporte, o trabalho). A trivialidade, a banalidade dessas urgências esconde o verdadeiro potencial da dimensão do vivido como espaço onde a experiência transforma perspectivas; a concepção de que as lutas revolucionárias surgem de um grande ideal e ações em escalas macro, vela os indícios presentes nas pequenas descobertas.

Lefebvre, em *A vida cotidiana no mundo moderno*, ao iniciar sua reflexão sobre o cotidiano busca exatamente a trivialidade de um dia comum na história, que pode não ser um marco histórico, mas sendo a história de alguém, ou de alguns, tem significados ignorados em busca das teorias gerais e conceitos potentes. É a vida que torna a problemática aqui investigada dialética, já que, para uma grande massa de trabalhadoras/es, está submetida à dinâmica da produção e emerge em busca de um sentido além da exploração que a exaure.

A atuação do MTST que assume uma postura como um movimento de luta social na disputa da cidade e da sociedade, não reduzido à moradia, explicita um perfil de Brasília/DF pouco conhecido por muitos, inclusive entre os próprios brasilienses. A cidade que se impõe ao plano se constitui desde o início às margens e evidencia o impasse contínuo entre a sua monumentalidade e a humanidade que aqui busca se constituir.

Os candangos foram sistematicamente afastados da grande obra, mas, mesmo na periferia são atualmente sistematicamente massacrados pelas condições de vida às quais estão sujeitos: moradia precária ou inadequada de alguma forma, mobilidade limitada, empregos precarizados e ainda concentrados na área central.

Enquanto se pensa que a dimensão do vivido nos mostra o óbvio diante da conjuntura e as concepções socioespaciais que privilegiam uma pequena parcela da população, as ocupações urbanas realizadas pelo MTST/DF nos mostram evidências de tamanha obviedade. As famílias que ali estão, semeiam seus sonhos em terras áridas representadas pela estrutura de poder da cidade neoliberal, e ao fazerem isso

nos espaços de ocupações veem suas raízes se entrelaçarem e o sonho se tornar mais que uma estrutura que os proteja do sol e da chuva, mas um elemento que, ao lhe conferir segurança de ter aonde ir, lhe permite, ao mesmo tempo, as condições de permanecer participando de uma construção coletiva que desenvolva maior capacidade de subverter a realidade posta.

As ocupações urbanas organizadas por esse movimento nos apontam para um espaço onde germina a luta pela vida, e querer viver, mais do que sobreviver, parecem-nos algo de potencial realmente revolucionário, embora ainda embrionário. Sabemos, no entanto, que não se automatiza o desejo por uma vida melhor à ação e reconhecemos a importância da consolidação de um trabalho de base relacionado à formação em todas as esferas que lhes permitam compreender a combinação feita, eventualmente, de forma estratégica, de meios convencionais em relação às instituições políticas: as urgências precisam ser atendidas e, na construção coletiva, essa é a base que pode levar as ações de resistência urbana à um processo subversivo dessa realidade.

A experiência de visualizar de perto uma ocupação urbana organizada pelo MTST coloca diante de nossos olhos a dura realidade de famílias de baixa renda que, via de regra, têm que optar por pagar o aluguel para não sofrer despejo ou comprar alimento básico, e de imediato esse fato nos leva a pensar porque isso não é visto como uma questão coletiva pela qual a sociedade como um todo deve se responsabilizar de alguma forma.

Durante a produção da pesquisa, surgiram questionamentos sobre as possibilidades de um olhar desinteressado sobre os movimentos sociais. A contribuição sociológica bourdieusiana buscou superar uma cisão analítica entre subjetivo/objetivo, partindo do conhecimento sobre a prática. A prática viria como uma espécie de fio condutor derivada das relações entre os sujeitos e seus campos, do jogo de subversão/manutenção de poder entre dominantes e dominados, segundo estruturas estruturantes que intervêm e condicionam, embora não determinem por completo a agência.

Com o contexto de pandemia que me impossibilitava realizar as pesquisas de campo, as prévias conversas com Eduardo Borges (ainda na fase de elaboração do pré-projeto de tese) e o uso dessas redes sociais foram deveras importantes como fonte de informações e como ferramentas de aproximação. O maior desafio ao longo desse processo teria sido a dificuldade de construir uma relação de confiança com os

integrantes do movimento, aquilo que seria o Emic de Marvin Harris, o acesso aos traços culturais que somente nativos podem produzir em sua descrição - o que viria a ser o conteúdo mais lapidado segundo “o olhar do outro”. Ora, não esqueçamos que as colocações observadas pelo pesquisador não podem sobrepujar às colocações subjetivas da própria comunidade estudada, aliás, vale lembrar o aforismo que diz: “por vezes, seus olhos são defeitos em seu trabalho de campo”.

Ainda que tivesse intenções acadêmicas e profissionais perante o movimento/objeto, eu pertencia a outras organizações, que, não raro, atuavam de forma presencial nos mesmos espaços políticos: ora convergindo, ora divergindo, outrora conspirando junto com outras organizações.

Sobretudo, por essa condição, a minha presença nos espaços traria desconforto a alguns membros do MTST. Por este motivo, compreendi que não era bem-vindo nas reuniões e pensei em mudar o recorte do meu objeto. Após esse período inicial da pesquisa, paralisei as tentativas de incursão ao campo, me dedicando à leitura e às aulas teóricas.

Em meio a esse processo, me angustiei, passando por algumas crises que surgiram durante a pesquisa. Além das frustrações para com a inserção no campo, sofri um conflito interno, decorrente de dúvidas sobre a produção científica acerca dos movimentos sociais e o retorno desta para os mesmos. Faço até outra observação importante neste sentido, de que esses impasses também podem ajudar a refletir sobre a essência desses atores que são refratários às análises dos pesquisadores.

Mas, ao conseguir reunir algumas informações e manter os primeiros contatos com acampados, resolvi que fortalecer os caminhos investigativos e levantar as primeiras hipóteses. Algumas das conclusões a qual cheguei é que o MTST se coloca como um movimento de luta “pela reforma urbana” (MTST, p. 4, s/d), e, não apenas por moradia, mote capaz de organizar as demandas do movimento, e que se articula à proposição de uma nova constituição de cidade, como um projeto de poder popular.

Assim, este pesquisador encontra-se empenhado com algumas propostas sobre uma ocupação urbana, incrustada na periferia de Brasília e dirigida por um movimento social: é preciso haver maior sintonia e comprometimento da parte do governo federal e local com movimentos sociais que preveem moradia de qualidade para – mais que trabalhadores – pessoas de baixa renda independentemente de sua profissão e/ou vínculo empregatício.

Levando em consideração as reflexões bourdieusianas sobre cidade e



etnografia, que estabelecem dois modelos em contraste para a compreensão das formas de socialização presentes nas grandes cidades contemporâneas, podemos considerar pelo menos dois vieses do MTST no quesito da política habitacional e construção de cidadania em Brasília-DF: no primeiro, denominado por de fora e de longe, tem-se um MTST desprotegido da Estado, atacado por parte significativa da população, onde seu papel desagrada simpatizantes de uma ideologia liberalista, tornando-se vítima de *Fake News* (mentiras), preconceitos, ataques e, além disso, as únicas mídias que os cobre jornalisticamente não são lidas pela massa ou pelos oponentes, tornando-os ainda mais leigos dessa importância.

E pelo outro viés, de cunho etnográfico, chamado de perto e de dentro, tem-se um movimento corajoso, forte e altamente preparado na formação educativa e intelectual de seus líderes – são pessoas preparadas politicamente, que fazem parte das ocupações e lutas por moradias, cujas propostas encontram-se amparadas pelo instituto da Lei, da constituição brasileira.

Vale ressaltar que, esse período de incursão sobre o campo foi de pouco sucesso, o que me causou certo sentimento de desânimo e preocupação, por não superar barreiras para inserção. Refleti sobre suspender a pesquisa, porém prossegui. Entre as minhas atividades de “observação de perto e de fora”, em 2019, diariamente, acompanhava a página do MTST-DF na rede social de internet, isso após reuniões presenciais com o líder do movimento, Eduardo Borges, mediante conversas e entrevistas, nas quais a imponência de sua fala sempre ressaltou o papel de líder que exerce, que sabe de onde veio, onde e como quer chegar. Não se trata apenas de um programa habitacional, as dinâmicas das ações do MTST envolvem a condição da marginalidade na qual está inserida a população-alvo do projeto, o moco como ocupam espaços urbanos, a forma como são acolhidos pelo grupo, mas, na contramão, expelidos pela sociedade, desprotegidos da segurança pública, desapoitados dos projetos sociais estatais, e desassistidos nos mais diversos meios de direitos básicos. O MTST não aceita esse descaso, pois tem a priorização do conceito de cidadania elencadas na idealização de seus escopos e conquistas. Embora, as propriedades ainda se mostrem precárias, essa precariedade não está na conta do cidadão que se aloca precariamente nela até o presente momento, mas retrata o descaso da máquina pública com políticas sociais mais sérias, mais comprometidas e de fato ativas na efetivação da Reforma Urbana e, conseqüentemente, à moradia, um direito social antecipado no Art. 6º da nossa Carta

Magna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAINCO. Déficit habitacional é recorde no País. Publicação em: 7 de janeiro de 2019. Disponível em: < <https://www.abrainco.org.br/noticias/2019/01/07/deficit-habitacional-e-recorde-no-pais/>>. Acesso em 3 out. 2023.

ABRAMOVICH, V; COURTIS. Direitos sociais são exigíveis. Dom Quixote: Porto Alegre, 2011

ABREU, J.M.M. A moradia informal no banco dos réus: discurso normativo e prática judicial. Revista Direito FGV, 28 maio, 2011.

ABREU, J.M.M. Construção histórica do modelo proprietário no Brasil: apresentação de uma hipótese sobre o direito à moradia. Revista Direito e Práxis, v. 5, n. 8, p. 213-239, 15 jul. 2014.

ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens

ALMEIDA, Isaura Florisa Gottschall de. Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8907/1/Isaura%2520Almeida.pdf> . Acesso em: 3 jan. 2020.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em Movimento– o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? In: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, jan/jun 2003.

BARROS, José D`Assunção. Teorias da História. Os primeiros paradigmas - positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2011, 447p.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. Revista Latino Americana de Estudos Urbanos Regionais - EURE. n. 84, v. 28. Santiago, 2002. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612002008400008](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008) Acesso em 3 fev. 2020.

BOLAFFI, G. Habitação. Estado de S. Paulo, matérias dos dias 2 e 10 de dezembro de 1986.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 24. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

BOULOS, Guilherme. Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

BORGES, Eduardo. Movimento dos trabalhadores sem-teto no Distrito Federal. [Entrevista concedida a Vagno Batista]. Tese Doutorado, São Leopoldo – RS, março, 2021.

BRASIL DE FATO. MST e MTST: Você realmente conhece esses movimentos? Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 25 de Outubro de 2018 às 05:58. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/mst-e-mtst-voce-realmente-conhece-essas-organizacoes>>. Acesso em 3 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. LEI 11.977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e da outras providências. D.O.U. 07/07/2009.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia. 2 ed: São Paulo: UNESP, 2010;

CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis, Vozes, 2000.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª. Ed. Coimbra-PT: 2002, p. 480.

CARLOS, Ana F. A. Espaço urbano e movimentos sociais. Boletim de Geografia Teorética, nº 43-44, 1992, p.147-153.

CARRILLO, A. T. A. Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: D. R. STREK; M. T. ESTEBAN (Orgs.). Educação Popular: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis/RJ, Vozes, p. 15-32. 2013.

CASTEL, R. As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. The Power of Identity, The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. II. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1997.

CAVALLI, A. Estratificação social. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: UnB, 1991.

CEPAL. La protección social de cara al futuro: acceso, financiamiento y solidaridad. Montevideo, 2006.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira Usos e Abusos da história Oral (Org.) 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 13, p.215-218.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CORREIO BRAZILIENSE: Manifestantes sem Teto entram em confronto com PMS em protesto contra a Copa. Publicação: 15 mai. 2014. Disponível em: <[https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/05/15/interna\\_cidad esdf,427648/manifestantes-sem-teto-entram-em-confronto-com-pms-em-protesto-contra-copa.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/05/15/interna_cidad esdf,427648/manifestantes-sem-teto-entram-em-confronto-com-pms-em-protesto-contra-copa.shtml)>. Acesso em 4 nov. 2022.

CYMBALISTA, Renato. Conselhos de habitação e desenvolvimento urbano. Instituto Pólis: São Paulo, SP, 2000.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para uma discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. da (Orgs.). Redes, sociedade e território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, 2a. ed.

DONZELOT, Jacques. Les transformations de l'intervention sociale face à l'exclusion. In: PAUGAM, Serge (Org.). L'exclusion, l'état des savoirs. Paris: Éditions La Découverte, 1996.

DOSSE, F. A História em migalhas – dos Annales à Nova História. São Paulo, Editora Ensaio, 1992.

ESCOREL, S. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERNANDES, Bernardo M. O todo é a parte e a parte é o todo, a interação EspaçoSujeito, Revista Geográfica, São-Paulo, n°151, 1992, p. 31-39.

FERRARI, Terezinha. Fabricalização da cidade e ideologia da circulação. São Paulo: Coletivo Editorial, 2ª ed., 2008.

FERREIRA, Alvaro. Conflitos no espaço urbano: labirinto e dialética. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica (Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008), Universidad de Barcelona, 26-30 de maio de 2008.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FITTIPALDI, Mônica. Habitação social e Arquitetura sustentável em Ilhéus/BA. 2008.

136p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2008.

G1: Movimento dos Sem Teto invadem 6 terrenos no DF. Publicação: 07 fev. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/02/mtst-faz-maior-ocupacao-da-historia-e-invade-seis-terrenos-no-df.html>>.

GALVÃO, Walder. Especial para o Correio. Moradores do Sol Nascente, em Ceilândia, contam como é morar na região. postado em 26/08/2018 08:00. Correio Braziliense. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/08/26/interna\\_cidade\\_sdf,701954/moradores-do-sol-nascente-em-ceilandia-contam-como-e-morar-na-regiao.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/08/26/interna_cidade_sdf,701954/moradores-do-sol-nascente-em-ceilandia-contam-como-e-morar-na-regiao.shtml)>. Acesso em 12 fev. 2022.

GERSHMAN, J. & IRWIN, A. Getting a Grip on the Global Economy. In: KIM, J.Y.; MILLEN, J.V.; IRWIN, A.; GERSHMAN, J. Dying for Growth: Global Inequality and the Health of the Poor. Cambridge, MA: The Institute for Health and Social Justice, 2000.

GEURB/DEURA/CODEPLAN. Panorama Habitacional Prospectivo para o Distrito Federal – 2020/2025. Documento elaborado pela Gerência de Estudos Urbanos GEURB/DEURA/CODEPLAN (Sergio Jatobá) com colaboração da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – DIPOS/CODEPLAN (Ana Maria Nogales Vasconcelos), 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2ª ed, São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GOULART, Débora Cristina. MTST, avanços e obstáculos de uma luta anticapitalista. In: Territórios Transversais, resistência urbana em movimento, junho 2014. pp. 24.

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília (SP), 2011.

GOV.BR. A luta pela terra no Brasil. Publicado: Quarta, 11 de Agosto de 2021, 01h16 | Última atualização em Quarta, 15 de Dezembro de 2021, 14h15. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/uma-surpresa/326-a-luta-pela-terra-no-brasil.html>>. Acesso em 2 mai. 2022.

GRAMSCI. Antônio. Cadernos do Cárcere. Vol. 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização – Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 2a. ed.

HALL, StuArt. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HAMMNOD, S. & Barrett, P. The Psychometric and Practical Implications of the use of Ipsative, forced-choice formal, Quotionaires. The British Psychological Society: Occupational Psychology Conference. Book of Proceedings, 1996, p. 135-144.

HARVEY, David, Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2008.

HERNÁNDEZ, M. et al. Análisis del discurso sobre exclusión social de los organismos internacionales en América Latina. In: Superando la exclusión social en la región norte de América Latina. Informe Final del Grupo Colombia - Nodo conjunto Regional para América Latina. Social Exclusion Knowledge Network. WHO Commission on Social Determinants of Health, 2008.

IBGE. <https://www.poder360.com.br/brasil/ibge-sol-nascente-em-brasilia-e-a-2a-maior-favela-do-pais/#:~:text=Localizado%20no%20Distrito%20Federal%2C%20o,o%20enfrentamen to%20%C3%A0%20covid%2D19>.

IHU - Revista Humanidade Unisino Online [Online]. A política do precariado no mundo do trabalho Edição 441, publicação em: 28 abril 2014. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5453-ruy-braga-3>>. Acesso em 3 fev.2022.

IPEA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Habitação – Brasil em síntese. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/habitacao.html> Acesso em 3 mai. 2020.

IPEA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Relatório 1, A Construção de um Novo Programa Habitacional para o Distrito Federal, 2012.

JASPER, J. M. Emotions and social movements: twenty years of theory and research. The Annual Review of Sociology, Palo Alto, v. 37, p. 285-303, 2011.

JASPER, J. M. The art of moral protest. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

JASPER, J. M. The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements. Sociological Forum, Hoboken, v. 13, n. 3, p. 397-424, 1998.

JINGFENG, Xia. An Anthropological Emic-Etic Perspective On Open Access

Practices Academic Search Premier, 2013.

JOÃO PAULO II. Epígrafe deste texto. Disponível em:  
<<https://www.pensador.com/habitacao/>>. Acesso em 3 nov. 2022.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOPES, J. R. B. (Coord.) 1989: um estudo socioeconômico da indigência e da pobreza urbana. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Unicamp, 1992.

LÚCIO, José; MARQUES, Filomena. Inclusão Social-do conceito à estratégia: o caso dos sem-abrigo na Cidade de Lisboa In: Actas do Seminário Geografias de Inclusão: desafios e oportunidades, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, p.01-24, dez. de 2010.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 204p.  
Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&pid=S1984-2201201700010021400010&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1984-2201201700010021400010&lng=en)>. Acesso em 3 jan. 2020.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente (SP), n°19/20, p.26-41, Nov. 1997.

MARTINS, Amanda de Melo. Entre a utopia do direito à Cidade e a resistência urbana: a luta pelo habitar em Brasília/DF. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, UnB, como parte dos requisitos para obtenção do grau de doutor em Geografia. Linha de Pesquisa Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

MARTINS, Victor Hugo Teixeira. Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: Conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento do Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

MASTRODI, Josué. Direitos Sociais Fundamentais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MASTRODI, Josué. O direito fundamental à moradia e a existência efetiva da reserva do possível. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 113-134, julho/dezembro de 2013.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. A casa própria: Sonho ou realidade? Um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas letras e artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.



MERRIEN, François-Xavier. État-providence et lutte contre l'exclusion. In: PAUGAM, Serge (Org.). L'exclusion, l'état des savoirs. Paris: Éditions La Découverte, 1996, p.417-427.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão Habitacional no Brasil. In: Mercator, vol. 16, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4215/rm2017.e16015>

MTST. Quem somos. Disponível em: < <https://mtst.org/quem-somos/>>. Acesso em 3 jan. 2021.

MTST.ORG. MTST faz em Brasília casas populares e ecológicas. Videoreportagem, publicação em: 18/07/2018. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/videoreportagem-mtst-faz-em-brasilia-casas-populares-e-ecologicas/>. Acesso em 12 jan. 2023.

NASCIMENTO, E.P. Exclusão social no Brasil: as múltiplas dimensões do fenômeno. Série Sociológica, Brasília: UnB, 1993.

O Estatuto da Cidade: comentado. The City Statute of Brazil : a commentary / organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Educação e exclusão: uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2002.

PANSIERI, Flávio. Do Conteúdo à Fundamentalidade da Moradia. In: OLIVEIRA NETO, José Rodrigues de. (Org.) Constituição e estado social: os obstáculos à concretização da Constituição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PAUGAM, S. (Org.) L'Exclusión: l'etat des saviors. Paris: La Découverte, 1996.

PAVIANI, Aldo. Brasília: Moradia e Exclusão. Editora Edu UNB. Brasília, 1996.

PAVIANI, Aldo. Urbanização e Metropolização – A gestão dos conflitos em Brasília. Editora Edu UNB. Brasília, 1987.

PERES, Sarah (especial para Correio). Integrantes do MTST ocupam terreno no Sol Nascente em Ceilândia. Correio Braziliense, Caderno Cidades [Online]. Disponível em: <[https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/22/interna\\_cidade/675395/integrantes-do-mtst-ocupam-terreno-no-sol-nascente-em-ceilandia.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/22/interna_cidade/675395/integrantes-do-mtst-ocupam-terreno-no-sol-nascente-em-ceilandia.shtml)>. Acesso em 10 jan. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 144-146.

PORFÍRIO, Francisco. "Movimentos sociais"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

RANGEL, Gláucio Valença Pereira. Políticas públicas de habitação: uma análise do preurbis na comunidade boa vista em Fortaleza/CE. Fortaleza – Ceará 2016. Disponível em: <<https://storage.woese.com/documents/be12d302127fcee3c3b06bc90bd168a132b05c43.pdf>>. Acesso em 2 jan. 2022.

REDE BRASIL ATUAL. MTST e movimentos: 'Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito'. Redação RBA. Publicado 02/05/2018 - 08h37. São Paulo, 1º de maio de 2018. Matéria disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/05/mtst-e-movimentos-enquanto-morar-for-privilegio-ocupar-e-um-direito/>. Acesso em 3 jun. 2022.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Políticas Públicas no Espaço. Revista: Cidades, vol. 13, n. 12, 2016.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Políticas Públicas, FGTS e Planos Diretores. Conteúdos e significados. Revista Cidades, Presidente Prudente. v.9. n. 16.p.10-30, 2012.

RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

ROSANVALLON, P. La Nueva Cuestión Social: repensar el Estado providencia. Buenos Aires: Manantial, 1995.

ROTHMAN, Franklin Daniel (ed.). Vidas alagadas – Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: EFV, 2008.

RUY BRAGA. Revista Humanidade Unisino Online - IHU Online. A política do precariado no mundo do trabalho EDIÇÃO 441, de 28 abril 2014. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5453-ruy-braga-3>>. Acesso em 3 fev.2022.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em:

SCHERER-WARREN, Ilse & FERREIRA, J. M. Carvalho (orgs.). Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal. Portugal: Celta Editora, 2002 e São Paulo: Cortez, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA, vol. 15, n. 1, 2007d, pp 5 – 22. ISSN 1513-0580. Versão em Inglês: The social movements'politics for the rural world. Disponível em

<[http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-05802007000100002&lng=en&nrm=iso](http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-05802007000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 mai. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, 2006., p. 109-130.

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepção sobre exclusão social e cidadania. Revista Política & Sociedade. Florianópolis: PPGSP/UFSC, v. 6, n. 11, out. 2007a, p. 19-40.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... as teorias por onde andam? In: SCHERER-WARREN, Ilse, et al. Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo. Lisboa: Socius, Florianópolis: Editora da UFSC, 2000. p. 23-51.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – Caminhos para uma política emancipatória? Conferência de abertura a Sessão 4 – O “global em Interface: a journal for and about social movements Volume 1 (1): 105 – 124 (January 2009).

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. Interface: a journal for and about social movements Volume 1 (1): 105 - 124 (January 2009).

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais e de movimentos. In: Luiz Antonio Ferraro Júnior. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadoras. Brasília: MMA, 2007c, v. 02, p. 323-332.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Orgs.). Redes, sociedade e território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007b, 2a. ed.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. Nueva Sociedad, Venezuela, n. 196, mar-abr. 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Social movements networks in a multicultural world: The case of Latin America. In: Seminar Democracy and Recognition: a North-South Debate. Berlim, 15-17/04/2002.

SEN, A. Social Exclusion: Concept, Application, and Scrutiny. Office of Environment and Social Development. Asian Development Bank. Social Development Papers n 1, 2000.

SENNETT, Richard. Construir e habitar: Ética para uma cidade aberta. 1ª Ed. São

Paulo: Record, 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Política habitacional brasileira. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Vinícius Luís de Oliveira. The housing issue: the struggle of the MTST and the homeless. 2019. 33 f. Monografia (Graduação em história) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SILVER, H. European national policies to promote the social inclusion of disadvantaged groups: lessons for Latin America and the Caribbean. Inter-American Development Bank, 2003.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. MTST 20 anos de história – “Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil”. Autonomia Literária, 2017.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia, ago. 2000. In: Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de America Latina y el Caribe.

TOURAINE, Alain. ¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global. Trad. Horácio Pons. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1997.

TOURAINE, Alain. Actores sociales y sistemas políticos em America Latina. Chile, OIT/PREALC, 1987.

TOURAINE, Alain. La production de la société, in PLEYERS, Geoffrey. Sociologie de l'action et enjeux sociétaux chez. In: Épistémologie de la sociologie. 1973.

VÉRAS, M. P. B. (Ed.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? In: Saúde e Sociedade, v.15, n.3, p.15-29, set-dez, 2006.

ZIZEK, S. Arriscar o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ZIZEK, S. Bem-vindos ao deserto do real. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

ZIZEK, S. O mais sublime dos histéricos. Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.



## APÊNDICES

### Apêndice A

**Formulários para entrevistas com líderes,  
Formulários para Bolos (sem êxito);  
Maria José (sem êxito),  
Documentos de solicitação de dados como MDR,  
CODAHB**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**Ofício 01/2021/Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal**

Brasília - DF, 11 de fevereiro de 2021.

Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos do presente, para manifestar nosso interesse em documentos com as relações dos contemplados com habitação na cidade de Brasília – Distrito Federal.

Considerando que o discente XXXXXXXXX, regularmente matriculado no Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, está realizando a pesquisa intitulada “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO: POLÍTICA HABITACIONAL, CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM BRASÍLIA – DF”, cujos objetivos consistem em: estudar a trajetória política e organizacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Brasil e em Brasília, Distrito Federal, ressaltamos que é de extrema importância a disponibilização dos documentos, uma vez que em muito contribuirá para a realização desta pesquisa.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador em possibilitar, aos participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Solicitamos assim, a permissão para a divulgação desses documentos e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Une-se a este, documentos que comprovam a atuação na referida pesquisa e o vínculo institucional citado.

Coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento.

Na oportunidade, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

---

**Apêndice B**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**Ofício 01/2021/ Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap)**

Brasília - DF, 11 de fevereiro de 2021.

Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos do presente, para manifestar nosso interesse em documentos com as terras destinadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em Brasília – Distrito Federal.

Considerando que o discente Vagno Batista Ribeiro, regularmente matriculado no Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, está realizando a pesquisa intitulada “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO: POLÍTICA HABITACIONAL, CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM BRASÍLIA – DF”, cujos objetivos consistem em: estudar a trajetória política e organizacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Brasil e em Brasília, Distrito Federal, ressaltamos que é de extrema importância a disponibilização dos documentos, uma vez que em muito contribuirá para a realização desta pesquisa.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador em possibilitar, aos participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Solicitamos assim, a permissão para a divulgação desses documentos e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Une-se a este, documentos que comprovam a atuação na referida pesquisa e o vínculo institucional citado.

Na oportunidade, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

---

Vagno Batista Ribeiro

## Apêndice C

### UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

#### Ofício 01/2021/ Ministério do Desenvolvimento Regional

Brasília - DF, 11 de fevereiro de  
2021.

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos do presente, para manifestar nosso interesse em Atas de Reunião do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST e documentos que apresentem pautas do grupo.

Considerando que o discente Vagno Batista Ribeiro, regularmente matriculado no Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, está realizando a pesquisa intitulada “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO: POLÍTICA HABITACIONAL, CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM BRASÍLIA – DF”, cujos objetivos consistem em: estudar a trajetória política e organizacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Brasil e em Brasília, Distrito Federal, ressaltamos que é de extrema importância a disponibilização dos documentos, uma vez que em muito contribuirá para a realização desta pesquisa.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador em possibilitar, aos participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Solicitamos assim, a permissão para a divulgação desses documentos e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Une-se a este, documentos que comprovam a atuação na referida pesquisa e o vínculo institucional citado.

Na oportunidade, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

---

Vagno Batista Ribeiro



## Apêndice D

### UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Vagno Batista Ribeiro

#### Propostas de Questionários

- **Questionário 1** Para ser aplicado à (s) Liderança (s) do MTST em Brasília – DF.
- **Questionário 2** Para ser aplicado aos membros do MTST em Brasília – DF.
- No **questionário 1** formulamos questões que visam entender de que forma os líderes do Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto – MTST em Brasília organizam suas ações para suprir as demandas do movimento.
- No **questionário 2** formulamos questões que buscam compreender a percepção dos integrantes do MTST quanto as ações e estratégias do movimento diante do contexto sócio-econômico no qual estão inseridos.

#### QUESTIONÁRIO 1

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de Tese do Curso de Doutorado da Universidade do Vale do Rio Sinos – UNISINOS. No âmbito do trabalho de investigação intitulado “*MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM – TETO: POLÍTICA HABITACIONAL, CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM BRASÍLIA – DF*”, cujo objetivo é analisar as ações que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tem realizado ao longo dos últimos dez anos de lutas em Brasília, Distrito Federal, gostaria de pedir o seu contributo, através do preenchimento deste questionário. Esclarecemos que os resultados deste questionário servirão apenas para fins informativos, garantindo-se a sua confidencialidade e anonimato.

Observação: Nas informações solicitadas abaixo, assinale com um X na resposta correta. E coloque a sua opinião nas perguntas subjetivas.

#### Caracterização

Nome: \_\_\_\_\_

**Sexo:** Feminino  Masculino

**Idade:** De 16 a 30 anos  De 31 a 45 anos  Mais de 45 anos

**Formação:**

Ensino Fundamental Completo

Ensino Superior em incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Completo

1. Há quanto tempo você faz parte do MTST?

---

---

---

2. Como surgiu o MTST em Brasília? Comente.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Como você iniciou no Movimento? Comente.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4. Na sua trajetória enquanto líder (coordenador) do MTST, você alcançou muitos objetivos? Quais?

---

---

---

---



8. Ainda sobre esse contexto de pandemia, foram noticiados vários despejos de trabalhadores do Movimento, principalmente em regiões de São Paulo. Houve casos semelhantes nas ocupações em Brasília? De que forma pensaram suas ações diante dos desafios que envolviam São Paulo?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

9. De que maneira (s) as suas demandas chegam às mídias sociais, redes sociais e mídia televisa do Brasil? Em outros termos, como se organizam para que suas reivindicações cheguem à população?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

10. Com a pandemia, foi possível a organização de ações de mobilização através das mídias sociais? Como isso ocorreu?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**QUESTIONÁRIO 2**

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do



3. Antes de fazer parte do MTST como era sua moradia? Quantas pessoas moravam com você? Comente.

---

---

---

---

---

---

---

---

4. Na sua trajetória enquanto membro do MTST, você alcançou muitos objetivos? Quais?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

5. Como são organizadas as ações e estratégias de luta dentro do MTST? Os líderes/ coordenadores o estimulam a participar dessas mobilizações? Comente.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

6. Dentro do MTST você participa de discussões sobre a unidade entre os trabalhadores da cidade, por exemplo? Quais temas são mais debatidos? Comente.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

7. Após a sua inserção no MTST você convidou mais trabalhadores a participarem das suas ações?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

8. Como você se sente em relação ao contexto sócio-econômico atual do Brasil?

---

---

---

---

---

---

---

---

9. Como você se sente no contexto das mobilizações de resistência e nas estratégias de ocupação do Movimento? Comente.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

10. Com a pandemia, foi possível a organização de ações de mobilização através das mídias sociais? Como isso ocorreu?

---

---

---

---

---

---

---

---